

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS
Programa de Pós-graduação em Psicologia

Diêgo Alves Fernandes

**PROCESSOS DE SUBJETIVAÇÃO E A EXPERIÊNCIA POLÍTICA DE JOVENS NO
BRASIL**

Belo Horizonte
2021

Diêgo Alves Fernandes

**PROCESSOS DE SUBJETIVAÇÃO E A EXPERIÊNCIA POLÍTICA DE JOVENS NO
BRASIL**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Psicologia da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Psicologia.

Orientadora: Luciana Kind do Nascimento

Linha de Pesquisa: Intervenções Clínicas e Sociais

Belo Horizonte
2021

FICHA CATALOGRÁFICA

Elaborada pela Biblioteca da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais

F363p	Fernandes, Diêgo Alves Processos de subjetivação e a experiência política de jovens no Brasil / Diêgo Alves Fernandes. Belo Horizonte, 2021. 137 f. : il. Orientadora: Luciana Kind do Nascimento Dissertação (Mestrado) – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Programa de Pós-Graduação em Psicologia 1. Foucault, Michel - 1926-1984. 2. Jovens - Aspectos psicológicos - Brasil. 2. Participação política. 3. Subjetividade. 4. Verdade. 5. Comunicação de massa - Aspectos políticos. 6. Mídia digital - Aspectos políticos. I. Nascimento, Luciana Kind do. II. Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Programa de Pós-Graduação em Psicologia. III. Título. SIB PUC MINAS CDU: 301.151
-------	---

Ficha catalográfica elaborada por Fabiana Marques de Souza e Silva - CRB 6/2086

Diêgo Alves Fernandes

**PROCESSOS DE SUBJETIVAÇÃO E A EXPERIÊNCIA POLÍTICA DE JOVENS NO
BRASIL**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Psicologia da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Psicologia.

Área de concentração: Intervenções Clínicas e Sociais

Prof^a. Dr.^a Luciana Kind do Nascimento - PUC Minas (orientadora)

Prof. Dr. João Leite Ferreira Neto - PUC Minas (Banca examinadora)

Prof. Dr.^a Vanina Costa Dias - Faculdade Ciências da Vida (Banca examinadora)

Belo Horizonte, 20 de dezembro de 2021

*A Deus, a Jesus e ao Espírito por todas as oportunidades;
A minha esposa Camila Fernandes por sempre me
apoiar;
A minha filha Maria Clara fonte de inspiração;
As minhas tias Gisélia e Elza Maria;
As cooperações da minha sogra Márcia da Cruz!*

AGRADECIMENTOS

A minha orientadora profa. Dr^a Luciana Kind do Nascimento, que tornou possível a realização deste trabalho.

A profa. Dr^a Vanina Costa Dias, pelo apoio e confiança que motivou e acreditou na realização desta pesquisa.

A todos àqueles e àquelas que se dispuseram a participar deste estudo.

A CAPES que tornou exequível este trabalho por meio de financiamento.

A todos os meus familiares que contribuíram direta e indiretamente para a construção aqui disposta!

RESUMO

Este trabalho está arquitetado estruturalmente por artigos, onde cada qual corresponde a um eixo de aprofundamento da pesquisa. Todos os artigos estão sob a égide dos processos de subjetivação conectados às experiências políticas de jovens brasileiro. Além disso, os artigos estão separados didaticamente, tendo premissas e objetivos próprios, mantendo certa independência, mas sem perder de vista o objetivo geral como o fio condutor do estudo. Iniciamos com o ensaio teórico que visa explicitar a noção de subjetividade e verdade. A partir dos pressupostos Michel Foucault (1926-1984), indicamos a possibilidade do sujeito se relacionar com a verdade construída na sociedade contemporânea. Pois existe uma obrigatoriedade em aderir a determinados discursos de verdade (Foucault, 2016). Por fim, discorremos sobre a viabilidade de aplicar os conceitos de subjetividade e verdade para explicar a experiência política dos jovens na atualidade. Ficando apontado algumas objeções teóricas e operacionais desses conceitos a partir dos parâmetros estabelecidos por Foucault em suas análises para o entendimento do fenômeno por nós perscrutado. No artigo subsequente, descrevemos como os meios de comunicação de massa apresentaram o cenário político brasileiro, apontando que desde o ano de 2013, o país tem se mostrado um ambiente ríspido, marcado por antagonismos e discursos radicalizados. Além disso, ficou constatado que a forma de vínculo político estabelecida por pessoas próximas aos 30 anos de idade, ocorre mediante as mídias de massa e as mídias sociais digitais (Hur & Sabucedo, 2020). Sendo as últimas, uma das ferramentas utilizadas na propagação de discursos políticos radicalizados e extremistas na contemporaneidade (Empoli, 2020). Por último, o terceiro artigo de natureza teórico-metodológica, buscamos versar sobre alguns desafios e desconfiças que enfrentamos na produção da pesquisa. Isso porque, presumivelmente ficou evidenciado como alguns temas de pesquisa, especificamente em nosso caso, a política, apresentam-se sensíveis aos atores sociais que entraram em contato com o trabalho. Dentre os atores sociais, despontaram, por exemplo, o Comitê de Ética em Pesquisa, os professores de curso superior, coordenadores de cursos universitários, alguns discentes e também de pares que compartilham os espaços em comum com o responsável pela pesquisa em questão.

Palavras-chave: Modos de subjetivação, Experiência política, Jovens, Brasil.

ABSTRACT

This work is structured structurally by articles, each of which corresponds to an axis for deepening the research. All articles are under the aegis of subjectivation processes connected to the political experiences of Brazilian youth. In addition, the articles are didactically separated, having their own premises and objectives, maintaining a certain independence, but without losing sight of the general objective as the guiding principle of the study. We start with the theoretical essay that aims to explain the notion of subjectivity and truth. Based on Michel Foucault's assumptions (1926-1984), we indicate the possibility for the subject to relate to the truth constructed in contemporary society. Because there is an obligation to adhere to certain truth speeches (Foucault, 2016). Finally, we discuss the feasibility of applying the concepts of subjectivity and truth to explain the political experience of young people today. Some theoretical and operational objections to these concepts are pointed out, based on the parameters established by Foucault in his analyzes for the understanding of the phenomenon we have investigated. In the subsequent article, we describe how the mass media presented the Brazilian political scenario, pointing out that since 2013, the country has shown itself to be a harsh environment, marked by antagonisms and radicalized discourses. Furthermore, it was found that the form of political bond established by people close to 30 years of age occurs through mass media and digital social media (Hur & Sabucedo, 2020). The latter being one of the tools used in the propagation of radicalized and extremist political discourses in contemporary times (Empoli, 2020). Finally, the third article of a theoretical-methodological nature, we seek to discuss some challenges and mistrust we face in research production. This is because, presumably, it was evidenced how some research themes, specifically in our case, politics, are sensitive to the social actors who came into contact with the work. Among the social actors, emerged, for example, the Research Ethics Committee, higher education professors, university course coordinators, some students and also peers who share common spaces with the person responsible for the research in question.

Keywords: Modes of subjectivation, Political experience, Youth, Brazil.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	9
1.2 Metodologia.....	12
Referência.....	18
2 IMPASSES ENTRE SUBJETIVIDADE E VERDADE NA PERSPECTIVA FOUCAULTIANA E A EXPERIÊNCIA POLÍTICA DE JOVENS.....	19
2.1 Introdução.....	19
2.2 Subjetividade e verdade uma breve descrição.....	21
2.3 Dispositivos e instituições da contemporaneidade brasileira e suas implicações na subjetivação política dos jovens	28
2.4 A desconexão entre subjetividade e verdade na experiência política dos jovens em um país hiper conectado	34
2.5 Considerações finais.....	36
Referências.....	38
3 DISCURSO POLÍTICO POLARIZADO E SEUS EFEITOS NOS MODOS DE SUBJETIVAÇÃO DE JOVENS NO BRASIL.....	41
3.1 Introdução.....	41
3.2 Modos de subjetivação e o cenário político brasileiro	43
3.4 DISCURSO E POLARIZAÇÃO POLÍTICA: o papel das mídias sociais digitais nos modos de subjetivação dos jovens.....	53
3.5 Considerações finais.....	59
Referências.....	60
4 DESCONFIANÇAS E IMPLICAÇÕES NO PERCURSO DE UMA PESQUISA: quando é preciso redefinir rotas	64
4.3.1 Materiais e métodos utilizados no questionário online.....	76
4.3.3 Materiais e métodos para as entrevistas	84
4.3.4 Análise das entrevistas	85
4.4 Considerações finais.....	100
Referências.....	103

Referências.....	106
APÊNDICE A: TCLE PARA O QUESTIONÁRIO	113
APÊNDICE B: TCLE PARA A ENTREVISTA	115
APÊNDICE C: ROTEIRO DE PERGUNTAS DO QUESTIONÁRIO.....	118
APÊNDICE D: ROTEIRO PARA A ENTREVISTA	124
APÊNDICE E: PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP.....	127
APÊNDICE F: SEGUNDO PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP.....	131
APÊNDICE G: PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP.....	135

1 INTRODUÇÃO

O delineamento para a realização desta pesquisa surge de um questionamento pessoal suscitado durante a graduação no curso de psicologia que percorreu os anos de 2015 a 2019. Em dados momentos, era possível perceber em diálogos, seminários e debates em aulas, um acentuado interesse dos estudantes com o campo político em que se manifestam as relações humanas, transpondo algumas vezes para a questão político-partidária. Esse interesse se mostrava compreensível, tendo em vista o cenário político brasileiro nos últimos anos.

Contudo, o que chamava a atenção era a maneira como os discentes advogavam com convicção seu ponto vista, não importando se suas argumentações eram congruentes ou não para se opor ao seu interlocutor. Percebi, por vezes, um discurso polarizado dos envolvidos em defesa do que disputavam como verdade. Temas como aborto, casamento homoafetivo, questões de gênero, desarmamento e descriminalização das drogas, quase sempre terminavam em discussões de cunho político-partidárias. Considerações do tipo, “a esquerda roubou o país”, “o comunismo é um perigo para o Brasil”, ou “a direita é extremista, racista, fascista e homofóbica”, eram alguns dos enunciados mais presentes nesse período.

Ficou ainda mais acentuada a busca pela compreensão da temática com o impedimento da então Presidente da República Dilma Rousseff em 2016. Esse período foi marcado pelo engajamento dos atores sociais em manifestações nas ruas e nas mídias sociais, com movimentos pró e contra o impeachment da até então Presidente da República. Algo que antecedeu esse ocorrido e foi um fator importante no debate público em torno das questões políticas de forma intensa começou por volta de 2013. Foi quando o movimento denominado de “Passe livre”, levou muitos jovens estudantes às ruas para protestarem contra algumas atitudes adotadas pela gestão municipal de São Paulo envolvendo o aumento de tarifas do transporte público.

Segundo o portal EBC, esse movimento surge na capital catarinense no ano de 2005, como movimento apartidário, horizontal e independente, possuindo como premissa básica, batalhar por um legítimo transporte público, gratuito para toda a população e desvinculado da iniciativa privada (Melito, 2013). Um fato a ser mencionado, é que as manifestações de junho

de 2013, funcionaram como uma espécie de mola propulsora para o debate político envolvendo jovens nas principais capitais do Brasil.

A última e mais recente motivação para esta investigação, foram as eleições Estaduais e Federais do ano de 2018 no Brasil, período em que foram trazidas à tona, narrativas de várias alas do campo político, o que intensificou os debates nos campus universitários. Tais eventos culminaram em rompimento de amizades, laços sociais e, em alguns casos, até com rupturas familiares. Este é um fenômeno que merece ser investigado para uma compreensão dos modos de subjetivação no presente período histórico brasileiro. Sobretudo, tendo em vista os jovens, pois as ações desse público como no contexto universitário que nos despertaram possíveis questões de pesquisa.

Com isso, se tornou fundamental formular questões para se responder às propostas aqui sugeridas, por exemplo: Quais processos estão envolvidos na constituição subjetiva de jovens na atualidade e que implicam em suas experiências políticas? De que modo essa parcela da sociedade tem se posicionado no espectro político? O que leva o estudante durante sua trajetória universitária a optar por alguma ala política e não por outra? Existem outras vias, ou está instaurada uma polarização política binária no país? Ou ainda, qual o papel que o tempo de estadia nos cursos universitários possui na produção de subjetividades dos discentes?

No intento de responder a tais indagações, partimos inicialmente da seguinte problemática: Quais processos de subjetivação estão envolvidos na experiência política dos jovens no Brasil? Para tentar responder esta pergunta foi elencado como objetivo geral, compreender os processos de subjetivação relacionados à experiência política de jovens no contexto brasileiro. Complementares a este, são objetivos específicos da pesquisa: indicar elementos políticos presentes na conjuntura brasileira a partir de 2013 que possam ser relevantes para a produção das subjetividades de jovens; identificar quais são os meios utilizados pelos jovens tanto para obterem informações, quanto para estabelecerem sua socialização política na contemporaneidade; por fim, apontar alguns componentes que possam se articular com a experiência política dos jovens no Brasil.

Os questionamentos que nortearam esta pesquisa demonstraram sua pertinência, pelo que indica Hur e Sabucedo (2020), ao apontarem a existência na atualidade de uma

potencialização dos extremismos e da intolerância nos debates políticos e sociais. Os autores acentuam ainda, que hoje em dia o radicalismo e a polarização estão tão exacerbados que extrapolam o contexto político, não sendo particular apenas a ativistas desta área; mas sutilmente demonstram seus desdobramentos de novas maneiras. Essa insurgência se manifesta em novos campos, como em atividades do dia a dia, nas modalidades de ser dos agentes sociais, seus princípios, “[...] em variadas instituições sociais (escola, trabalho, família), e nos debates em redes sociais da internet, que geralmente são marcados por muita agressividade e hostilidade” (Hur & Sabucedo, 2020, p. 14, grifo do autor).

Entretanto, o que nos propomos a investigar não foi tarefa simples, isso porque concordamos com a observação de Bolognezi, Babireski e Maciel (2019, p. 87, grifos dos autores), de que inexistente “[...] classificação espacial que tente localizar atores políticos em uma dada policy¹ que não sofra de problemas metodológicos”. Mas entendemos que isto não deve ser motivo para desistência na investigação, pelo contrário, parece-nos abrir uma brecha para se abordar o assunto pela via da psicologia social, tendo como máxima, de que forma tudo isso ocorre na subjetividade dos estudantes durante sua trajetória universitária.

Assim sendo, a pesquisa teve como premissa compreender o fenômeno dos processos de subjetivação dos jovens que possam estar ligados à experiência política deles. Para isto, analisamos esse fenômeno centralmente por meio das bases epistemológicas foucaultianas. Para estabelecer um raciocínio sobre os modos de subjetivação pensados a partir de Michel Foucault, em conexão com a contemporaneidade, optamos por utilizar alguns eixos da obra do Francês, sendo estes: saber, poder e subjetivação, pois segundo Martins e Peixoto Júnior (2013), esses três pontos se conectam um ao outro e atravessam toda a obra do filósofo. Além disso, também introduzimos em um dos capítulos as concepções de verdade e subjetividade na tentativa de responder nossa questão de pesquisa. Contudo, de forma preventiva avisamos ao leitor que estes pontos aparecerão de maneira transversal nos diferentes capítulos, estando conectados pela noção de sujeito por nós assumida na pesquisa.

Portanto, para abordar teoricamente a complexidade e dimensões dos processos de subjetivação que atravessam a formação acadêmica na atualidade, foi preciso além das obras do pensador nuclear no trabalho, isto é, Michel Foucault, fazer uma articulação com preceitos

¹ Policy = Política em tradução livre

da psicologia social, ciências políticas, sociologia, filosofia e da psicologia política, para assim, trabalharmos os impasses na contemporaneidade em relação a dinâmica das singularidades produzidas no contexto sócio-histórico e cultural.

1.2 Metodologia

Trata-se de uma pesquisa qualitativa, tendo em vista o objeto a ser investigado, uma vez que neste trabalho buscou-se a compreensão dos modos de subjetivação de um determinado sujeito social, no presente caso, são os jovens. Desse modo, conforme nos aponta González-Rey, (2017, p. 103), a pesquisa qualitativa tem como marca a “[...] construção de um modelo teórico como via de significação da informação produzida, a qual não está fragmentada em resultados parciais associados aos instrumentos usados, mas está integrada em um sistema cuja e inteligibilidade é produzida pelo pesquisador”. Já Deslauriers e Kérisit (2008, p. 131), alegam que a finalidade por excelência de uma pesquisa desta natureza seria a atividade de uma interpretação simultânea por parte do pesquisador e pelos sujeitos da pesquisa, vindo daí a relevância da linguagem e das conceituações que sustentem tanto os objetos vividos, como os analisados neste processo.

Este trabalho teve uma finalidade descritiva, pois, em consonância com o que preconizam Deslauriers e Kérisit (2008), tal modalidade busca o aprofundamento e detalhamento de informações contextuais no estudo do problema proposto. Estando isto em afinamento com a proposta de pesquisa qualitativa sustenta aqui, ou seja, que vise construir um modelo teórico como “via de significação da informação” (González-Rey, 2017, p. 103); que insurge nas vivências e análises simultâneas entre pesquisador e sujeitos de pesquisa (Deslauriers & Kérisit, 2003, p. 131). Além disso, nos fundamentamos por meio de argumentações indutivas (Marconi & Lakatos, 2019). Pois admitimos que o conteúdo de nossas premissas foram ampliados, o que inevitavelmente nos levou a renunciar a uma maior precisão (Marconi & Lakatos, 2019, pp. 89-90). Assim, a partir do público por nós investigado, analisamos se nossas hipóteses anteriormente formuladas foram corroboradas ou refutadas, sem ter um intuito de generalizações que extrapolam nosso sujeito de pesquisa, isto é, os jovens.

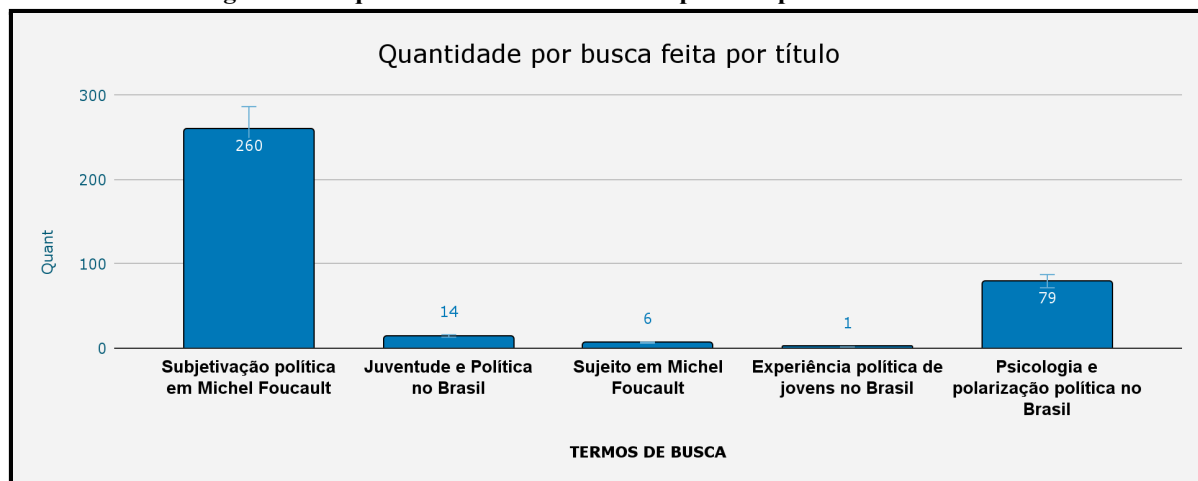
Outro ponto é a modalidade de pesquisa, pois, aqui adotamos o conceito de campo-tema proposto por Spink (2003). Segundo a autora, o campo não diz respeito exatamente a um local, mas corresponde à processualidade de temáticas situadas que acompanham a pesquisa, desde as escolhas conceituais aos procedimentos de produção de material empírico e conclusões do estudo. Nesse aspecto, ao elaborarmos o projeto de pesquisa e designando tanto os objetivos quanto às bases teórico-epistemológicas, já estávamos em contato com o campo que nos empenhamos em investigar no presente trabalho.

Assim sendo, foi realizada uma pesquisa bibliográfica que permitiu um aprofundamento no tema, partindo de artigos científicos, teses de doutorado, dissertações de mestrado, livros e periódicos que tenham sido publicados preferencialmente após o ano de 2013, contendo, porém, autores clássicos que são estudiosos do tema. Para a composição teórica, realizamos buscas em periódicos, no Banco de Dissertações e Teses da Capes, além de consultar livros no acervo da biblioteca da PUC Minas. Os termos de busca utilizados na pesquisa bibliográfica, relacionam-se com a temática abordada, conforme demonstrado nas figuras 01 e 02 a seguir:

Figura 01- Busca por indexadores no Periódicos CAPES/MEC

Busca feita por título com os indexadores	Quant	Publicado entre os anos	Crítérios no refinamento das buscas
Subjetivação política em Michel Foucault	260	2013-2018	Periódicos revisado por pares, ano de publicação, termos contidos no título, autor e assunto
Juventude e Política no Brasil	14	2013-2018	Periódicos revisado por pares, ano de publicação, termos contidos no título
Sujeito em Michel Foucault	06	2013-2018	Periódicos revisado por pares, ano de publicação, termos contidos no título
Experiência política de jovens no Brasil	01	2013-2018	Periódicos revisado por pares, ano de publicação, termos contidos no título
Psicologia e polarização política no Brasil	79	2013-2018	Periódicos revisado por pares, ano de publicação, termos contidos no título, autor e assunto
Total	360		

Fonte: Elaborado pelo autor

Figura 02- A quantidade de trabalhos comparados pelo termo de busca

Fonte: Elaborado pelo autor

Mesmo diante do volume de 360 trabalhos que apareceram com os termos utilizados a partir do ano de 2013, como descrito no quadro e no gráfico apresentados, a extrema maioria não possui correlação com a temática de nossa pesquisa, bem como, diferem também em grande parte das bases epistemológicas por nós estabelecida. Fato que pode indicar não haver grande volume de trabalhos abordando o tema político pelo ângulo aqui delineado. Supomos que isso não é decorrente da irrelevância do tema, pois como negar que a política em todos os seus aspectos é um fator singular para o sujeito, mesmo que este desconheça essa prerrogativa? Esse levantamento apresenta-se mais como uma evidência que justifica a pesquisa por nós empreendida e aponta para a necessidade da elaboração de mais trabalhos na mesma perspectiva. Algo que acrescentará possibilidades de análise diversas ao campo das ciências humanas, em especial, para a psicologia social.

A partir disso, começamos a produção do material empírico que aconteceu em duas etapas distintas. Na primeira, foi realizado um convite aberto a universitários para responderem a um questionário online (Apêndice A), sendo divulgado por meio de plataformas digitais pela internet. Publicamos o *link* do questionário em nossos perfis

peçoais, pedindo para que amigos e conhecidos também compartilhassem amplamente, especialmente aqueles que têm experiência como docentes. Isso porque sou integrante do grupo de pesquisa Narrativas, Gênero e Sexualidade (NaGeS), que conta com pesquisadores ligados a várias instituições brasileiras, além de ter publicado o convite no perfil do grupo. O convite continha os critérios de inclusão, os quais foram: o participante deveria estar devidamente matriculado em algum curso de graduação, do terceiro período em diante, independente da área de conhecimento; ter 18 anos ou mais e responder voluntariamente ao questionário.

Tínhamos por expectativa na aplicação do questionário de se obter dados exploratórios sobre o tema de estudo, com isso, esperávamos a quantidade de aproximadamente 400 participantes, pois segundo Günter (2003), essa é uma ferramenta cardeal na construção de dados por amostragem. O número de 400 respondentes não foi atingido, sendo um “não dado” apontado em nossas análises.

Porém, mesmo não alcançando elementos para trabalharmos com dados quantitativos, procuramos analisar os dados produzidos no questionário e destacá-los a partir de algumas premissas, a saber: Gênero, etnia, idade, religião, aspecto socioeconômico, curso e período que está matriculado, natureza da instituição que estuda, Estado em que estuda, posição política, plataformas utilizadas para socialização política, elementos preponderantes na escolha política dos estudantes e percepção sobre cenário político brasileiro. Isso porque mesmo não sendo produtores para responder aos objetivos do trabalho de forma *quanti*, cogitamos que esses dados podem corroborar com a análise *quali* de nossa pesquisa.

Na segunda etapa, foram feitas entrevistas com 05 respondentes do questionário que indicaram sua disponibilidade para esse novo momento da pesquisa. Os participantes dessa etapa seriam selecionados entre os respondentes, considerando-se diversidade de grandes áreas de formação, estimando-se que participassem do estudo pelo menos dois estudantes de cada uma das grandes áreas de conhecimento, Ciências Exatas e da Terra, Ciências Biológicas, Engenharias, Ciências da Saúde, Ciências Agrárias, Ciências Sociais Aplicadas, Ciências Humanas e Linguística, Letras e Artes. Critério esse não alcançado, diante da reduzida quantidade de pessoas dispostas a participarem do segundo momento da pesquisa.

O terceiro critério foi concentrar a amostra em Belo Horizonte e cidades da região metropolitana. Isto porque as cidades próximas à capital mineira viabilizaram o deslocamento para a realização das entrevistas presenciais, segundo todas as medidas de biossegurança que estavam em vigor durante a realização do estudo. Quarto e último critério, o posicionamento político apresentado pelos participantes. Esta etapa foi elencada para proporcionar o aprofundamento qualitativo do estudo de modo a compreender a relação entre formação universitária e a escolha política dos respondentes.

Esperávamos ter o número de 20 participantes na segunda etapa, por considerarmos uma quantidade relevante na busca de responder os questionamentos propostos na pesquisa. Contudo, não foi possível alcançarmos essa quantidade de material, sendo isso uma pauta de discussão, tanto no capítulo denominado de *Desconfianças e implicações no percurso de uma pesquisa: quando é preciso redefinir rotas*. Isso porque esse revés na obtenção de participantes para a segunda etapa, apontou para algo paradoxal no caminho teórico-metodológico, questão discutida nos capítulos supracitados.

Ao passo que isso nos levou a modificarmos o título de nosso trabalho, que antes era *Processos de subjetivação e a escolha política na formação universitária* para *Processos de subjetivação e a experiência políticas dos jovens no Brasil*. Mas como o questionário já tinha sido aplicado e automaticamente já encaminhamos as entrevistas a partir dessa aplicação, todos os entrevistados continuaram sendo do público universitário. Porém, as proposições aqui levantadas não se restringem estritamente a esse universo.

Devido a pandemia queríamos realizar as entrevistas por meio remoto, respeitando assim as recomendações sanitárias das agências e órgãos de saúde, preservando a saúde de todos os envolvidos na pesquisa. Entretanto, apenas uma das entrevistas ocorreu por meio remoto, todas as demais, que somam o total de quatro entrevistas, foram presenciais. Essa escolha ocorreu por parte dos participantes, além de terem sido selecionadas pelo critério geográfico, bem como por atenderem alguns dos critérios já indicados.

Todos os participantes incluídos no estudo concordaram com o Termo de Consentimento Livre Esclarecido (TCLE), tanto no preenchimento do questionário (Apêndice A), quanto na entrevista (Apêndice B). Ressaltamos que esta pesquisa se pautou nos trâmites éticos apresentados pela portaria n. 466/12 do Conselho Nacional de Saúde (CNS, 1990),

respeitando assim, as diretrizes de pesquisa envolvendo seres humanos. Estando a pesquisa devidamente registrada e liberada pelo Conselho de Ética no número do CAAE 35471120.6.0000.5137.

Convém ressaltar neste ponto que houve alguns embargos para a aprovação ocorrer, pois o projeto foi rejeitado duas vezes antes de ser aceito. A título de exemplo, na primeira vez que foi enviado, fomos questionados sobre qual seria a natureza da instituição que atenderia os participantes, caso algum deles necessitasse de suporte psicológico, ou seja, se pública via Sistema único de Saúde (SUS), ou se pela iniciativa privada. Presumimos assim, ser algo atípico, uma vez que havíamos destacado que os riscos de desconforto psicológico seriam mínimos para a participação na pesquisa. Este ponto de discussão foi aprofundado no capítulo sobre as *Desconfianças e implicações no percurso de uma pesquisa: quando é preciso retrair rotas*.

Para a realização das aferições, utilizamos a análise de conteúdo compreendida na perspectiva de Bardin (2011). Ela define a análise de conteúdo como um “conjunto de técnicas de análise das comunicações” (Bardin, 2011, 37, grifos da autora). Ela continua e diz que essa técnica é composta por inúmeros procedimentos com o objetivo de averiguar as comunicações. Não se tratando apenas de uma ferramenta, pois contém vários dispositivos, falando de forma restrita, será exclusivo tal instrumento, mas contando com uma disparidade de recursos aplicáveis a um local diverso que é a comunicação (Bardin, 2011, p. 37). Comunicações estas que se manifestam das mais variadas formas, dentre as quais, nos discursos escritos, orais, gestuais e imagéticas (Severino, 1941/2016)².

Ao que concerne às delimitações para utilização da análise de conteúdo, Bardin (2011), sustenta que é um campo muito vasto, aliás, podendo ser avaliada qualquer tipo de comunicação, dispositivo de significados que faça transitar a mensagem de um emissor para um receptor, estando sob a direção deste ou não, poderia ser escrito, desvendado pelos procedimentos da análise de conteúdo (p. 38). Com isso, analisamos o conteúdo buscando a compreensão e descrição crítica daquilo que esteja no “[...] sentido manifesto ou oculto das

² A primeira data indica o ano de publicação original da obra e a segunda data indica a edição consultada pelo o autor que só será pontuada na primeira citação da obra no texto. Nas seguintes será registrada apenas a data de (2016) que se refere ao ano de publicação da obra consultada.

comunicações” Severino (2016, p. 129), do que nos apresentaram os participantes da pesquisa.

Referência

- Bardin, L. (2011). *Análise de conteúdo* / (1 ed.). (L. A. Reto,, & A. Pinheiro, Trans.) São Paulo:, SP, Brasil: Edições 70.
- Deslauriers, J.-P., & Kérisit , M. (2008). O delineamento de pesquisa qualitativa. Em J. Poupart, J.-P. Deslauriers, L.-H. Groulx, A. Laperrière, R. Mayer, & Á. Pires, *A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos* (A. C. Nasser, Trad., pp. 127-153). Petrópolis, RJ, Brasil: Vozes.
- González-Rey, F. (2017). *Pesquisa qualitativa e subjetividade: os processos de construção da informação*. (M. A. Silva, Trad.) São Paulo, SP, Brasil : Cengage Learning.
- Günther, H. (2003). *Como Elaborar um Questionário (Série: Planejamento de Pesquisas em Ciências Sociais, Nº1)*. Brasília, DF, Brasil: UnB, Laboratório de Psicologia Ambiental.
- Marconi, M. d., & Lakatos , E. M. (2019). *Fundamentos de metodologia científica* (8 ed.). São Paulo, SP, Brasil: Atlas.
- Severino, A. J. (1941/2016). *Metodologia do trabalho científico* (24 ed.). São Paulo, SP, Brasil: Cortez.
- Spink, P. K. (jul./dez de 2003). Pesquisa de Campo em Psicologia Social . *Psicologia & Sociedade*, pp. 18-42.

2 IMPASSES ENTRE SUBJETIVIDADE E VERDADE NA PERSPECTIVA FOUCAULTIANA E A EXPERIÊNCIA POLÍTICA DE JOVENS ³

RESUMO

Objetivamos neste texto teórico investigar a possibilidade de entendermos a experiência política de jovens no Brasil contemporâneo mediante os conceitos de subjetividade e verdade em Foucault. Para tal, realizamos uma revisão de textos do filósofo e autores secundários em torno dos conceitos supracitados, correlacionando-os ao tema. Porém, ficou apontado, as limitações de se aplicar uma interpretação dos conceitos de subjetividade e verdade para entendermos a experiência política dos jovens. Porque subjetividade e verdade tinham na antiguidade um vínculo ético por parte dos sujeitos. Enquanto na modernidade, a verdade é constituída por intermédio de parâmetros epistemológicos oriundos da ciência, o que suprime o sujeito de se ligar eticamente à verdade. Indicamos também, como a escola, as universidades, a TV e a internet, implicam sobre a subjetividade dos jovens na contemporaneidade. Por fim, apresentamos como podem aparecer entraves teórico-epistemológicos em pesquisas na atualidade ao se recorrer a especificidades na obra de Foucault.

Palavras-chave: *Subjetividade; Verdade; Jovens; Experiência Política.*

IMPASSES BETWEEN SUBJECTIVITY AND TRUTH IN THE FOUCAULTIAN PERSPECTIVE AND THE POLICY EXPERIENCE OF YOUNG PEOPLE

ABSTRACT

In this theoretical text, we aim to investigate the possibility of understanding the policy experience of young people in contemporary Brazil through Foucault's concepts of subjectivity and truth. To this end, we carried out a review of texts by the philosopher and secondary authors around the aforementioned concepts, correlating them to the theme. However, it was pointed out the limitations of applying an interpretation of the concepts of subjectivity and truth to understand the political experience of young people. Because, in antiquity, subjectivity and truth had an ethical bond on the part of subjects. While in modernity, truth is constituted through epistemological parameters derived from science, which suppresses the subject from ethically connecting to the truth. We also indicate how schools, universities, TV and the internet imply the subjectivity of young people in contemporary times. Finally, we present how theoretical and epistemological obstacles may appear in current research when resorting to specificities in Foucault's work.

Keywords: *Subjectivity; Truth; Young; Policy; Contemporaneity*

2.1 Introdução

Ao ser inquirido em uma entrevista em 1984, sobre em qual localização política seu trabalho se encontraria, Michel Foucault assim ponderou:

³ Manuscrito será adequado às normas da revista *Athenea Digital*, indexada na Scopus e SciELO, com h5 20, no Google Acadêmico.

- Não sei... Se fosse político, seria preciso encontrar sua localização no campo político. De fato, quis sobretudo questionar a política e fazer aparecer no campo da política, assim como no do questionamento histórico e filosófico, problemas que não podiam ser colocados. As questões que tento colocar não são determinadas por uma concepção política prévia e não tendem à realização de um projeto político definido (Foucault, 1984/2017⁴, p. 214, grifos do autor).

Com uma resposta como essa, torna-se questionável em determinados momentos fazer recortes na obra foucaultiana para discutir qualquer tema, mais ainda o político. Pois conforme dito pelo próprio Foucault (2017, p. 214), é justamente por esse posicionamento que o “recriminam por não apresentar uma teoria de conjunto”. Com isso, ele se referia a ser tido como inimigo, tanto de marxistas, quanto de pessoas de direita e do centro político (Foucault, 2017, p. 214).

Dessa maneira, mesmo com todos os riscos, visamos problematizar a questão política na conjuntura brasileira contemporânea da seguinte maneira: De que modo os conceitos de subjetividade e verdade em Foucault contribuem para o entendimento acerca da experiência política de jovens no Brasil contemporâneo? Seguindo nessa perspectiva, tivemos por objetivo geral, investigar se os conceitos de subjetividade e verdade desenvolvidos na filosofia de Michel Foucault, podem auxiliar para a compreensão acerca da experiência política de jovens brasileiros. Bem como, descrever os conceitos de subjetividade e verdade em Foucault; indicar o que no Brasil contemporâneo pode produzir implicações sobre a subjetividade de jovens brasileiros no que corresponde à política; e por último, apontar se há possibilidades das concepções de subjetividade e verdade contribuírem para a compreensão da experiência política de jovens na contemporaneidade.

O Brasil contemporâneo vem passando por uma intensificação e tomadas de posições extremistas nos debates políticos, algo que se tornou corriqueiro nas relações sociais (Hur & Sabucedo, 2020, p. 07). Se os assuntos políticos têm emergido dentro do cenário atual com tanta força e intrepidez como indicado pelos autores, isso é algo que torna a execução deste trabalho relevante. Em primeiro lugar porque se a política pode ser entendida, tanto em sua dimensão *lato*, quanto *estrita*, como algo que possui um lugar *sui generis* na vida dos sujeitos. O que pode ser entendido pelas lentes foucaultianas como um infortúnio, uma vez que para

⁴ A primeira data indica o ano de publicação original da obra e a segunda data indica a edição consultada pelo autor que só será pontuada na primeira citação da obra no texto. Nas seguintes será registrada apenas a data de (2017) que se refere ao ano de publicação da obra consultada.

ele, as totalizações propostas pela política são sempre, peremptoriamente limitadas (Foucault, 2017, p. 214).

Por conseguinte, indicamos que para Foucault (1979/2019c⁵), existem algumas instituições e veículos de comunicação que reúnem uma grande economia política da verdade. Sendo a ciência como a maior porta voz desta economia política da verdade (Foucault, 2019c, p. 52); a escola é um ambiente onde se busca produzir subjetividades serializadas e normalizadas, a partir dessas verdades (Sinder & Paula, 2019, p. 35). Além de encontrar nas Universidades um depositário dessa produção da economia política da verdade, tanto para forjar, quanto na transmissão dessa verdade (Sueth & Paula, 2019, p. 189).

Sendo por meio da reprodução do discurso científico nesta última, que acontece a epistemologização da verdade na modernidade (Stone, 2018). Mas para que a subjetivação permaneça ativa dentro dos parâmetros construídos nessas instituições, cogitamos que entra o papel dos dispositivos de comunicação e informação, a TV e a internet. Por meio das quais são atualizadas e redistribuídas as relações de poder dispostas pelas instituições (Deleuze, 1988/2019⁶). O que faz ocorrer uma grande aderência do público jovem que se utilizam dos meios tecnológicos. Dispositivos esses com grande potencial de intermediar em alguma medida a experiência política dos jovens na contemporaneidade.

Finalmente, chegamos à consideração, de que os conceitos de subjetividade e verdade entendidos pelas análises de Foucault, tornam-se inoperantes para se realizar uma analítica da experiência política dos jovens na contemporaneidade. Em um primeiro plano pelo escopo histórico da análise de Foucault, isto é, a ideia de que na antiguidade os sujeitos estabeleciam uma relação ética com a verdade, enquanto que na modernidade, isso se torna inexequível, uma vez que existe uma espécie de *episteme* que reduz as chances de haver essa relação entre subjetividade e verdade (Stone, 2018, p. 185).

2.2 Subjetividade e verdade uma breve descrição

⁵ A primeira data indica o ano de publicação original da obra e a segunda data indica a edição consultada pelo autor que só será pontuada na primeira citação da obra no texto. Nas seguintes será registrada apenas a data de (2019c) que se refere ao ano de publicação da obra consultada.

⁶ A primeira data indica o ano de publicação original da obra e a segunda data indica a edição consultada pelo autor que só será pontuada na primeira citação da obra no texto. Nas seguintes será registrada apenas a data de (2019) que se refere ao ano de publicação da obra consultada.

Como bem explicitado por Gracia (2014, p. 05, tradução livre):

O pensamento de Foucault não era unidimensional, mas poliédrico, polimorfo, complexo, e ousaria dizer que foi hologramático, assim a modalidade do que ele fez esteve presente em cada uma de suas elaborações singulares. O sujeito, poder, verdade, conhecimento, liberdade, todos esses elementos estão reunidos mesmo que apenas um deles fosse investigado.

Nessa direção e levando em consideração a grande produção intelectual de um filósofo como Michel Foucault (1926-1984), talvez seja sempre precário, insatisfatório e até mesmo arriscado epistemologicamente, realizar qualquer experimento de uma descrição acerca de conceitos por ele elaborados, o que inclui as concepções sobre subjetividade e verdade. Tornando necessário ao menos indicar as direções que tomamos neste trabalho, para quem sabe, amenizar possíveis reveses. Desse jeito, intentamos descritivamente fazer um breve apanhado em textos abarcando subjetividade e verdade, que possam especificamente contribuir para as proposições em torno da temática suscitada, ou seja, no entendimento acerca da subjetividade de jovens brasileiros e sua relação com o campo político.

Posto isso, optamos por iniciar nossa arguição por meio das argumentações de um Foucault tardio, mais especificamente, a partir de um curso ministrado por ele no *Collège de France* entre os anos de 1980 a 1981, curso este que recebeu o nome de *Subjetividade e Verdade*. Ressaltamos que não seguiremos uma ordem cronológica e progressiva, podendo ter regressos dentro da obra do filósofo e de comentadores de seus textos para sustentar as articulações aqui pretendidas. O que não demonstra nenhuma incongruência, tendo em vista que o próprio Foucault é tido como um autor assistemático (Taylor, 2018, p.09).

Em uma aula ministrada no dia 07 de janeiro de 1981, Michel Foucault discorre que na clássica tradição filosófica de Platão a Kant, a temática subjetividade e verdade fica em torno de questionar como e em quais condições o sujeito pode conhecer a verdade (Michel Foucault, 1981/2016, p. 11). Desse modo, o empreendimento da tradição filosófica está em propor as relações de subjetividade e verdade para um sujeito universal (Foucault, 1981/2016⁷, p. 12).

⁷ A primeira data indica o ano de publicação original da obra e a segunda data indica a edição consultada pelo autor que só será pontuada na primeira citação da obra no texto. Nas seguintes será registrada apenas a data de (2016) que se refere ao ano de publicação da obra consultada.

Contudo, para Foucault, esse ponto de vista possui uma questão controversa, pois como haveria a possibilidade de verdade do sujeito, uma vez que só há verdade para um sujeito? (Foucault, 2016, p. 11). Isso porque, para Foucault, existe uma distinção entre duas concepções históricas de verdade, uma da verdade interna do [sujeito], e uma outra história externa de verdade [a este] (Castro, 2016, p. 421, grifos nossos).

Assim, ele reformula a interrogação envolvendo subjetividade e verdade, partindo de outro prisma que seria: “que experiência o sujeito pode fazer de si mesmo, a partir do momento em que se vê na possibilidade ou na obrigação de reconhecer, a propósito de si mesmo, algo que passa por verdadeiro?” (Foucault, 2016, p. 11). Infere-se com isso, que Foucault radicaliza a questão, acentuando que se é verdade, ela só pode ser a do sujeito e das experiências que esse tem a partir do que é tido por verdade. Logo, para Foucault, não existe a verdade em que o sujeito deve residir antecipadamente, porém, o que se tem é uma “[...] ontologia do presente, ontologia da atualidade, uma ontologia da modernidade, uma ontologia de nós mesmos” (Corrêa, 2016, p. 85).

Fundamentado nisso, Foucault (2016, p. 13), aponta primeiramente que subjetividade e verdade passam pelas questões históricas da loucura, das patologias, da morte e do crime, assim, a subjetividade não se dá por uma teoria *a priori* e universal do sujeito, nem está fundamentada numa gênese fundadora deste, muito menos se trata de uma antropologia universal. Porém, a subjetividade ocorre na relação que esta estabelece e se transforma com a verdade processada por ela própria (Foucault, 2016, p. 13). O que evidencia, que para Foucault, a evolução da problemática no que concerne o sujeito se dá antes de mais nada, “de uma abordagem histórica da subjetividade. Caracterizando-se como uma clara oposição à tradição cartesiana [...]” (Castro, 2016, p. 407).

Em segundo lugar, os moldes propostos acerca da verdade, não podem ser universalizados e nem aplicados de maneira peremptória e indiscriminada (Foucault, 2016). Pois a verdade é tida como um “sistema de obrigações, independentemente do fato de, deste ou daquele ponto de vista, se poder considerá-la verdadeira ou não” (Foucault, 2016, p. 13). Porque “por ser verdade, a verdade basta por si mesma, conclui Foucault” (Martins, 2021, p. 41). O que fatalmente introduz a ideia de não importar se algo era tomado como verdadeiro em um determinado período e não mais em outro (Foucault, 2016, p. 13).

Assim, o que importa é a verdade que vigora, o que a legitima em determinado período histórico, pois é em torno dessa prerrogativa que a subjetividade dos sujeitos irá gravitar, quer seja para segui-la ou mesmo questioná-la. Sendo esta última uma possibilidade diminuta, uma vez que como dito por Foucault (2016), a verdade é um “sistema de obrigações”, ou se preferir de sujeições (Deleuze, 2019, p. 79). Logo o que está em voga para Foucault (1979-80/2014c⁸), é o que no curso intitulado *Do governo dos vivos* de 1979-1980, ele denominou como “regimes de verdade”.

O filósofo entende que existem na sociedade forças que impelem os sujeitos a determinadas quantidades de atos de verdade (Foucault, 2014, p. 85). Desse jeito, o regime de verdade é aquilo que constrange os sujeitos a empenhar-se a esses atos de verdade, moldando de forma decisiva as condições de realização e os efeitos específicos para que isso aconteça (Foucault, 2014, p. 85). Porém, só vigora um regime de verdade, quando o que existe é tudo, menos a verdade, pois se for a legítima verdade que está em voga, logo não haveria necessidade de um regime de verdade para fazer esta valer como tal (Foucault, 2014, p. 87). Não à toa, Foucault (2014), utiliza-se da expressão “constrange” para designar o que isso representa nas subjetividades dos sujeitos. Evidenciando desse modo, o “império de verdades”, que estão postos para que todos sigam e busquem apenas o que for verdadeiro dentro da conjuntura social.

Retomando o cerne da discussão, Foucault (2016), ainda no curso *Subjetividade e verdade*, introduz um quinto eixo que é a sexualidade. Este último difere das quatro instâncias anteriores, primeiro por causa da ambiguidade de seu entendimento. Com isso, Foucault quer dizer que no caso da loucura, das doenças, do crime e da morte, há uma relação fundamentada na negatividade, ou seja, na *rejeição* e na *recusa* (Foucault, 2016, p. 14, grifos nossos). Assim a verdade, sobre a loucura, das patologias, do crime e da morte, só existem por meio dessa recusa (Foucault, 2016, p. 14).

Em contrapartida, nas palavras dele, “quaisquer que sejam os sistemas de regulação, de desqualificação, de pressão ou mesmo de rejeição a que é exposta, a sexualidade [não é] objeto de rejeição sistemática, fundamental e quase constante” (Foucault, 2016, p. 14, grifos

⁸ A primeira data indica o ano de publicação original da obra e a segunda data indica a edição consultada pelo o autor que só será pontuada na primeira citação da obra no texto. Nas seguintes será registrada apenas a data de (2014c) que se refere ao ano de publicação da obra consultada.

do autor). A ambiguidade então, ocorre pelo fato de a sexualidade ser objeto de um “jogo sempre complexo de recusa e aceitação, de valorização e desvalorização [...]” (Foucault, 2016, p. 14).

A segunda diferença da qual Foucault se referiu, encontra-se na institucionalização do discurso verdadeiro acerca da sexualidade ter sido muito diverso do discurso envolvendo a loucura, a doença, o crime e a morte (Foucault, 2016, p. 14). O discurso verdadeiro no que tange a sexualidade, se institucionalizou em certo sentido, “como discurso obrigatório do sujeito sobre si mesmo” (Foucault, 2016, pp. 14-15). Isso quer dizer que o discurso verdadeiro sobre a sexualidade não foi fruto de uma observação externa ao sujeito, sendo mais coerente ligá-lo com as práticas de confissão (Foucault, 2016, p. 15). Assim, o discurso baseado na confissão, é uma parte indissociável do sujeito, sendo a partir dessa premissa que os questionamentos sobre subjetividade e verdade quanto ao sexo devem girar (Foucault, 2016 p. 15).

Cogitamos que até o presente momento venha ficando esclarecido que para Foucault, o dizer a verdade acerca de quem a pessoa é, suas atitudes, falar a respeito de suas questões *mnemônicas*, quer seja as que o indivíduo possa acessar ou as que ele esquece, sobre aquilo que busca esconder ou que naturalmente venha se ocultar, bem como, na formulação dos enunciados discursivos acerca do que se pensa ou mesmo o que independe da sua vontade, mas que no fim, produz pensamentos, é o que para ele constitui a pessoa enquanto sujeito (Martins, 2021, p. 36). Assim, a concepção fulcral para Foucault é de uma subjetividade que advém do poder e do saber, mas que é independente destes (Deleuze, 2019, p. 102). Dito de outra forma, Foucault, “define a ‘subjetividade’ como o que fazemos de nós mesmos quando realmente nos dedicamos a cuidar de nós mesmos” (McGushin, 2018, p. 165, grifo do autor).

A propósito disso, e direcionando a discussão para o tema nevrálgico de nosso trabalho, quando se trata de um regime político na perspectiva foucaultiana, por exemplo, tornar-se plausível constatar em seu modo de exercício “todo um conjunto de instituições e procedimentos aos quais os indivíduos são obrigados a se submeter, comprometendo-se a cumprir as decisões tomadas coletivamente ou determinadas por uma instância individual [...]” (Martins, 2021, p. 39). O que leva a subjetividade a ser compreendida por Foucault, como resultado de uma construção das experiências nas “práticas sociais, sendo fabricada nas

diferentes relações mantidas pelo indivíduo com si próprio, com o outro e com as instituições” (Paula, 2019, p. 12).

Tudo o que foi demonstrado até aqui, pode ser sintetizado na descrição que o próprio Foucault faz sobre o método de estudos por ele empreendido, aproximadamente um ano antes de sua morte, quando fala em uma aula ministrada em 05 de janeiro de 1983 no curso *O governo de si e dos outros*, que visou:

Substituir a história dos conhecimentos pela análise histórica das formas de verificação, substituir a história das dominações pela análise histórica dos procedimentos de governamentalidade, substituir a teoria do sujeito ou a história da subjetividade pela análise histórica da pragmática de si e das formas que ela adquiriu, eis as diferentes vias de acesso que procurei precisar um pouco a possibilidade de uma história do que se poderia chamar de ‘experiências’. Experiências da loucura, experiência da doença, experiência da criminalidade e experiência da sexualidade, focos de experiências que são, creio eu, importantes na nossa cultura (Foucault, 1983/2010b⁹, pp. 06-07, grifos do autor).

Neste ponto é que surge a questão central em nosso ensaio, isto é, da possibilidade de compreendermos a experiência política dos jovens na contemporaneidade brasileira a partir dos conceitos de subjetividade e verdade. Mas a primeira questão a se perguntar, é se, verdade e subjetividade ainda são indissociáveis na sociedade contemporânea como aparece nas análises de Foucault sobre a antiguidade greco-romana. Stone (2018, p. 185), discorre que a resposta foucaultiana para esse problema seria negativa, ou seja, verdade e subjetividade estão divorciadas na modernidade. Isso porque, o que está em voga é um quesito importante na obra do filósofo envolvendo subjetividade e verdade, que é um tipo de subjetivação chamada de *parrésia* (Castro, 2018, p. 144).

À vista disso, a condensada explicação de Castro (2018), sobre a *parrésia* pode ajudar. Pois ele aponta que no curso ministrado por Foucault no *Collège de France* em meados dos anos de 1980 a 1981, intitulado de *A Hermenêutica do sujeito*, a “parrésia faz sua irrupção no contexto do estudo das práticas do cuidado de si mesmo, para qualificar o discurso que dirige o mestre ao discípulo” (Castro, 2018, p. 144). Assim, falar de maneira [*parresista*], consistiria em falar de forma franca, sem artifícios retóricos que só visam o convencimento em

⁹ A primeira data indica o ano de publicação original da obra e a segunda data indica a edição consultada pelo o autor que só será pontuada na primeira citação da obra no texto. Nas seguintes será registrada apenas a data de (2010b) que se refere ao ano de publicação da obra consultada.

detrimento do falar a verdade (Castro, 2018, p. 144, grifos nossos). Foucault (1980-81/2010a¹⁰, p. 14), diz que é paradoxal a ideia que corresponde a cuidar de si, pois na modernidade, isso designa um tipo de egoísmo por parte do sujeito, enquanto que durante séculos, isso foi tomado como um princípio virtuoso, a matriz rigorosa de moralidade.

Ainda nessa linha, a ética demonstra-se por meio dos “hábitos e modos de comportamento que dizem respeito ao modo de ser do sujeito e a sua maneira de se conduzir. Orientada nesses moldes, a ética é um tipo de prática e problematização da liberdade que advém do trabalho sobre si mesmo” (Correa, 2016, p. 20). Nesse sentido, o trabalho do francês caminhou na logicidade de “realizar uma história moral, não em função dos códigos ou dos comportamentos, mas em função da constituição de si. Como, para Foucault, a ética é a própria relação consigo, fazer a história da moral é fazer a história da subjetivação em função das técnicas de si” (Márcio Fonseca, 2011, n.p).

Stones (2018, p. 201, grifos do autor), diz que para Foucault, é quimérico na modernidade se pensar as práticas de si como método de auxiliar alguém a ser um *parrhēsiastes*, e vice-versa. Pois naquelas promessas comumente realizadas em finais de ano, a maioria das pessoas que dizem que irão cuidar melhor de si, o fazem apenas no sentido médico do termo (Stone, 2018, p. 202). Não tendo nada de moral, ou ético, nesse empreendimento (Stone, 2018, p. 202). Combinado a esses elementos, Deleuze (2019, p. 106), aponta para o fato de haver na modernidade uma luta para que haja uma subjetividade que possa resistir a dois modelos de sujeição, um que diz respeito à individualização provocada pelas exigências do poder, outra em vincular de forma definitiva, cada pessoa a uma identidade pré-estabelecida e conhecida.

Talvez esteja aqui o motivo da afirmativa de Stone (2018), que para Foucault, subjetividade e verdade não possuem mais relação na modernidade. Porque ao se falar francamente na antiguidade pelo método *parresista*, produzia-se automaticamente uma ligação ética do sujeito com a verdade. Na modernidade essa verdade corresponde a uma natureza exclusivamente epistemológica Stone (2018, p. 185), propicia uma enfraquecida probabilidade do sujeito estabelecer uma relação ética com a verdade como na antiguidade.

¹⁰ A primeira data indica o ano de publicação original da obra e a segunda data indica a edição consultada pelo o autor que só será pontuada na primeira citação da obra no texto. Nas seguintes será registrada apenas a data de (2010a) que se refere ao ano de publicação da obra consultada.

Porque em nada essa o exige moralmente, mas apenas se lhe apresenta como um problema epistemológico (Stone, 2018, p. 190). O que difere e muito do que os gregos chamavam de *parrhēsia* e, os latinos de *libertas* (Stone, 2018, p. 190, grifos do autor).

Por conseguinte, diante desse exíguo apanhado de textos, esperamos que tenha ficado inicialmente descrito o que concerne subjetividade e verdade dentro da proposta de Michel Foucault. Porém, antes de chegar a qualquer consideração mais objetiva acerca da temática em voga, gostaríamos de indicar quais dispositivos e instituições podem estar circunscrevendo a subjetividade dos jovens na contemporaneidade brasileira, constrangendo-os as obrigações impostas pelos regimes de verdade vigentes na sociedade. Porque ao fazermos isso, ponderamos que será mais viável e categórico, expor se está descartado ou validadas as chances de se realizar uma analítica das experiências políticas de jovens por meio dos conceitos supracitados.

2.3 Dispositivos e instituições da contemporaneidade brasileira e suas implicações na subjetivação política dos jovens

Foucault (1979/2019c, p. 52¹¹), em um trecho de sua obra *Microfísica do poder* diz existir ao menos cinco características históricas em nossas sociedades no que tange o que ele chamou de “economia política da verdade”. Sendo elas:

a “verdade” é centrada na forma de discurso científico e nas instituições que o produzem; está submetida a uma constante incitação econômica e política (necessidade de verdade tanto para a produção econômica, quanto para o poder político); é objeto, de várias formas, de uma imensa difusão e de um imenso consumo (circula nos aparelhos de educação ou de informação, cuja extensão no corpo social é relativamente grande, não obstante algumas limitações rigorosas); é produzida e transmitida sob controle, não exclusivo, mas dominante, de alguns grandes aparelhos políticos e ou econômicos (universidade, Exército, escritura, meios de comunicação); enfim, é objeto de debate político e de conforto social (as lutas “ideológicas”) (Foucault, 2019c, p. 52, grifos do autor).

Suspeitamos que algumas das características acerca do que o filósofo denomina como “economia política da verdade”, pode auxiliar e indicar componentes na atualidade que ainda são contundentes para a produção das subjetividades. Pois essas instâncias estão em

¹¹ A primeira data indica o ano de publicação original da obra e a segunda data indica a edição consultada pelo autor que só será pontuada na primeira citação da obra no texto. Nas seguintes será registrada apenas a data de (2019c) que se refere o ano de publicação da obra consultada.

consonância com o tópico anterior no que concerne a “produção de verdades”. Isso porque Foucault (1977/2015¹²), diz não acreditar em uma verdade como norma geral. Mas entende a verdade “como conjunto de procedimentos que permitem a cada instante e a cada um pronunciar enunciados que serão considerados verdadeiros” (Foucault, 2015, p. 227). Havendo assim, “regiões onde esses efeitos de verdade são perfeitamente codificados, onde o procedimento pelos quais se pode chegar a enunciar as verdades são conhecidos previamente, regulados” (Foucault, 2015, pp. 227-228).

Desse modo, ao voltarmos às questões indicadas por Foucault, vemos que a primeira descrita por ele reside na existência de um “discurso científico institucionalizado” (Foucault, 2019, p. 52). Aqui podemos começar a refletir sobre como a ciência é tomada no tecido social. Pois de maneira geral, os domínios científicos são onde previamente se encontram o que Foucault (2015, pp. 227-228), chamou de “efeitos de verdade”. Pois a chamada ciência, isto é, “o conhecimento objetivo, é somente um momento possível de todas essas formas pelas quais pode-se manifestar o verdadeiro” (Foucault, 2014, p. 08).

Deleuze (2019, p. 77), diz que as denominadas “ciências do homem não são separáveis das relações de poder que as tornam possíveis e que suscitam saberes mais ou menos capazes de atravessar um limiar epistemológico [...]”. À vista disso, o que é tido como científico circula nos pensamentos de maneira a subjetivar as pessoas, com o que é uma verdade a ser seguida. Até porque existe sempre uma tendência de que se é “verdade, eu me inclino. E me inclino porque é verdadeiro, e me inclino na medida em que é verdadeiro”(Foucault, 2014c, p. 87).

Essa epistemologização moderna da verdade, conforme já apontado por Stones (2018, p. 185), e por Deleuze (2019, p. 77), se choca com as proposições de Foucault ao pensar a relação do sujeito com a verdade como era na antiguidade pelo método *parresista*. Visto que na modernidade o sujeito precisa residir em uma verdade universalizada que é codificada e estabelecida anteriormente a relação dele consigo mesmo (Foucault, 2015). Então, a subjetividade produzida pela verdade intermediada pela instância científica, torna-se um item que pode deturpar em alguma medida a relação do sujeito consigo próprio. Sendo a ciência

¹² A primeira data indica o ano de publicação original da obra e a segunda data indica a edição consultada pelo o autor que só será pontuada na primeira citação da obra no texto. Nas seguintes será registrada apenas a data de (2015) que se refere ao ano de publicação da obra consultada.

um “regime de verdade específico, bem particular, é um regime no qual o poder da verdade está organizado de maneira que, nela, a constrangência seja assegurada pelo próprio verdadeiro” (Foucault, 2014, p. 90).

Outras instâncias citadas pelo filósofo em que essa “economia política da verdade” se estabelece, estão nos aparelhos de “educação ou informação” (Foucault, 2019c, p. 52). Aqui pressupomos que muitas categorias poderiam ser enquadradas, mas gostaríamos de lançar luz apenas a um reduzido número de possibilidades, tendo em vista o lugar privilegiado dessas na subjetivação dos jovens. As escolas e universidades como instituições, bem como, nos dispositivos de comunicação e informação onde circula exponencialmente essa economia política de verdade na contemporaneidade, a TV e a Internet.

Concomitante a economia política da verdade em relação a educação suscitada por Foucault (2019), está o que nos aponta Sinder e Paula (2019). As autoras dizem que a práxis educacional e as instituições escolares podem ser consideradas como *lôcus* na produção de subjetividades, tendo em vista as potencialidades de relações propiciadas em conhecimento, do sujeito sobre si próprio e suas práticas, quanto deste com os demais e o mundo (Sinder & Paula, 2019, p. 35). Uma das características presentes nessas instituições está na técnica de seriação dispostas na escola (Sinder & Paula, 2019, p. 35). As subjetividades produzidas nessas condições, acabam inevitavelmente recompensando aqueles que se adequam a um tipo de “normalização” (Sinder & Paula, 2019, p. 35).

Temos por entendimento de que, ao que Sinder e Paula (2019), denominam como “normalização”, está em consonância com a ideia de economia política da verdade descrita por Foucault (2019). Assim, a escola se torna em um depósito dessa economia política da verdade e vai “serializando” e “normatizando” todos os sujeitos ali inseridos para que esses venham se adequar a essa verdade pré-estabelecida. O que ocorre de maneira naturalizada, uma vez que, se é verdade, logo o indivíduo se inclina em direção a ela (Foucault, 2014c, p. 90).

Como explicitado em outro momento, para Foucault a subjetividade é construída à medida que os sujeitos realmente se aplicam a cuidarem de si mesmos (McGushin, 2018, p. 165). Nessa perspectiva, Sinder e Paula (2019), apontam que isso fatalmente desponta em um paradoxo, pois de um lado o sujeito possui o dever de constituir-se a si mesmo enquanto tal.

Por outro, as verdades não foram criadas por ele, mas possuem sua gênese nos modelos normativos à revelia de seu querer (Sinder & Paula, 2019, pp. 34-35). Estando aqui, um princípio fundamental no pensamento foucaultiano acerca da construção do conhecimento, isto é, como o sujeito vê a si mesmo, de suas práticas e do mundo, atravessada por discursos postos por meio das relações de poder no contato consigo mesmo e com os outros (Sinder & Paula, 2019, p. 35).

Paradigmaticamente, supomos que a proposição de que a educação é o *lócus* de subjetivações apresentada por Singer e Paula (2019), esteja alinhada com o que ocorre nas universidades. Isso porque nessas instituições também se estabelecem como locais de circulação dos discursos de “economia política da verdade” (Foucault, 2019c, p. 52). E de maneira inevitável, todos os que se encontram na universidade, quer nas graduações ou nas pós-graduações, passaram em algum momento pela escola e pelo processo de educação normatizador que essas propiciam.

Já Sueth e Paula (2019), dissertam que aquilo que se percebe como “verdade”, possui vínculos com os sistemas de poder que são responsáveis por sua produção e reprodução; em se tratando das Universidades, estas são ambiente que possuem primazia tanto para produzir quanto para transmitir essa “verdade”, tendo como técnica fulcral neste processo discursivo, as políticas de avaliação que determinam os resultados que professores e alunos devem alcançar (Sueth & Paula, 2019, p. 189, grifos dos autores).

Seguindo essa linha de raciocínio, as escolas e as universidades são verdadeiros depositários da economia política da verdade como indicado por Foucault (2019c). Deleuze (2019, p. 79), disserta que as instituições conseguem englobar as relações de poder, estabelecendo saberes que se atualizam e redistribuem-se. Não obstante, acreditamos que não seria suficiente a sustentação das subjetivações dispostas nessas instituições e as relações de poder em torno da mesma, apenas pela experiência política vivenciada pelos jovens nesses locais. Sendo necessário para a manutenção desses discursos de verdade, a atuação de dispositivos que os faça permanecer produzindo subjetividades em torno de suas máximas e venham assim extrapolar os muros institucionais. Entrando nesse momento a função da TV e da Internet.

Michel Foucault (2017), certa vez assim se referiu acerca das relações de poder:

As relações de poder têm uma extensão consideravelmente grande nas relações humanas. Ora, isso não significa que o poder político esteja em toda parte, mas que, nas relações humanas, há todo um conjunto de relações de poder que podem ser exercidas entre os indivíduos, no seio de uma família, em uma relação pedagógica, no corpo político (Foucault, 2017, p. 260).

Diante da proposição do filósofo francês em 1984, ao dizer que o poder político não estaria em toda parte, somado às prerrogativas da economia política da verdade presente nos aparelhos de informação e comunicação (2019c). Será que poderíamos repetir a mesma diagnóstica para a contemporaneidade brasileira depois da ampliação ao acesso a veículos de massa como a TV e com o advento da internet? Hipotetizamos que a premissa foucaultiana de que o “poder político não está em toda parte”, começa a sofrer alterações, se não completamente, pelo menos em partes depois desse fenômeno tecnológico.

A título de exemplo, no caso do Brasil, segundo Stabile e Bülow (2021) “os meios tradicionais (em especial, televisão) têm se mantido como relevantes fontes de informação política ao longo do tempo” (Stabile & Bülow, 2021, p. 484, grifos dos autores). Eles continuam e dizem que uma pesquisa de opinião realizada pelo Senado Federal em 2009, apontou que 67% dos participantes tinham como fonte central de informação política a TV, em segundo lugar despontou a internet com 19% (Stabile & Bülow, 2021, p. 484). Após dez anos da pesquisa, ou seja, em 2019, ao se contrastar os mesmos dispositivos, excluindo apenas aqueles que disseram não se informar politicamente, ficou constatado que a televisão continua em 1º lugar, mas agora com 53%, estando ainda a internet em 2º lugar, entretanto, com 33% de pessoas que dizem se informar por esse meio politicamente (Stabile & Bülow, 2021, p. 484).

Nessa perspectiva, os dados do estudo citado demonstram um exponencial crescimento do uso da internet para a aquisição de informações políticas. Stabile e Bülow (2021, p. 485), dizem que em outra pesquisa, agora realizada pela TIC Domicílios no ano de 2009, onde esta destacou que 39% dos brasileiros tinham, quando não categorizando nenhum dispositivo específico, acesso à internet em alguma medida (Stabile & Bülow, 2021, p. 484). Uma década depois, o número saltou de forma colossal para 74% de usuários (Stabile & Bülow, 2021, p. 485). Valendo apenas destacar neste ponto, que não houve um

acompanhamento relativo no número de pessoas que indicaram usar a internet para adquirirem informações acerca do tema político (Stabile & Bülow, 2021, p. 485).

Quando colocados em milhões de habitantes é possível dimensionar o quanto o uso da internet tem crescido em solo brasileiro. Segundo León (2020, n.p), por meio do site *Agência Brasil*, uma pesquisa promovida pelo Comitê Gestor da Internet do Brasil, demonstrou que em 2020 o país chegou a marca de 152 milhões de pessoas como usuários da internet, apresentando um aumento de 7% em relação ao ano anterior. Isso indica que 81% da população do país com mais de 10 anos têm internet em casa (León, 2020, n.p).

Lima, Berni e Dias (2019, p. 12), discorrem que estamos vivendo mergulhados em uma cultura digital, onde ocorre uma complexificação da realidade, nas práticas, nas significações, nos conceitos e ideologias que emergiram com o aparecimento das tecnologias digitais. A afirmativa dessas autoras nos auxilia a compreendermos melhor o que concerne a experiência dos jovens próximo dos 30 anos de idade.

Pois segundo Hur e Sabucedo (2020, p. 135, grifos nossos), esse público específico estabeleceu sua sociabilidade ao que tange política pelos veículos de comunicação de massa [dentre os quais destacamos a TV] e pela internet. Assim, qualificamos que diante das afirmativas de Lima, Berni e Dias (2019), bem como, nas colocações de Hur e Sabucedo (2020), conjugadas com os dados das pesquisas apontadas por Stabile & Bülow (2021), e por León (2020), mesmo não podendo ratificar categoricamente, arriscamos ao menos aludir que exista aqui, algumas verossimilhanças de que a experiência política da maioria dos jovens brasileiros passa inevitavelmente pelo uso da internet.

Assim, perante esses dados e retomando a discussão do início deste tópico acerca da economia política da verdade, levantada por intermédio das provocações de Foucault (2019). Vemos que esta possui lugar *sui generis* na produção científica. Produção esta que encontra nas escolas um reduto reprodutor de “normalizações” Sinder e Paula (2019, p. 185), e nas universidades as produtoras desse saber científico que resulta na epistemologização da verdade na modernidade (Stones, 2018, p. 185); e de aglutinação das relações de poder, que as atualiza e as redistribui (Deleuze, 2019, p. 79). Tendo hoje muito provavelmente em maior dimensão dispositivos de informação e comunicação como a Tv e a internet para essa redistribuição das relações de poder a qual se refere Deleuze (2019), do que na época em que

Foucault (2019c), apresenta suas argumentações. Isso devido a expansão e acréscimo de outros dispositivos de informação vinculados à internet (Lima, Berni e Dias, 2019).

Constatando-se desse modo, que as premissas indicadas por Foucault (2019c), no que concerne ao capital econômico da verdade, continuam válidas, tanto em seus meios de produção, como naqueles de institucionalização e propagação dessa verdade. Acreditamos, portanto, que as instituições e dispositivos por nós selecionados, possuem um singular papel na subjetivação dos jovens no contexto brasileiro ao que corresponde a sua experiência política na contemporaneidade. Ao passo que resta apenas respondermos a questão central de nosso trabalho, isto é, se há possibilidades das concepções de subjetividade e verdade poderem ser utilizadas para a compreensão da experiência política de jovens na contemporaneidade.

2.4 A desconexão entre subjetividade e verdade na experiência política dos jovens em um país hiper conectado

Como dissemos anteriormente, no entendimento foucaultiano a subjetividade é construída por meio daquilo que o sujeito realiza sobre si mesmo quando de fato busca cuidar de si (McGushin, 2018, p. 165). O que leva o sujeito ao estabelecimento de uma relação ética com a verdade (Stones, 2018, p. 185). O que dispõem de uma verdade singularizada, que só pode emergir à medida que o sujeito volta sua atenção aos seus cuidados de si mesmo. Algo que poderia ser observado no método *parresias* que era adotado na antiguidade grega (Castro, 2016).

Em contraste a esse fato, na modernidade, a verdade se estabelece por uma epistemologização (Stones, 2018), Deleuze (2019). Ou seja, pelo que a ciência dita, se caracterizando assim por uma verdade universalizada (Foucault, 2016, p. 12). Que antecipadamente está pronta para que o sujeito nela se deposite. Isto automaticamente se não anula, esvazia de forma profunda a oportunidade do sujeito estabelecer uma relação ética com a verdade. Pois ao voltarmos a pergunta de Foucault, onde ele questiona: como pode haver a verdade do sujeito se o que existe é apenas a verdade para um sujeito? (Foucault, 2016, p. 11).

Ao que tudo indica, na modernidade, as subjetividades derivam do poder e do saber, mas com uma ínfima probabilidade de conseguir se desvincular destes. Onde o exercício ético do sujeito com a verdade se mostra cada vez menor, devido a serialização e normalização dos sujeitos produzidos no contexto escolar (Sinder & Paula, 2019, p. 35); e reproduzidos pelas Universidades (Sueth & Paula, 2019, p. 189). Levando ao dilema de por um lado o sujeito ter que constituir-se, e por outro ter que desprender-se de um sistema de verdades que não foi criado por ele, mas por outros, independente do seu querer (Sinder & Paula, 2019, pp. 34-35). Aparece, a nosso ver, um descompasso entre subjetividade e verdade na modernidade. Isso porque conforme apontado por Deleuze (2019), para Foucault a questão central é de uma subjetividade advinda do poder e do saber, mas que deve ser independente destes (Deleuze, 2019, p. 102).

Assim, quando escolhemos as instituições escolares e as universidades para expressar o lugar privilegiado destas na subjetivação do público jovem. Surgiu a necessidade de indicar por intermédio de quais dispositivos poderia ser mantido o processo de subjetivação acerca da economia política da verdade construída pelo discurso científico aglutinado nesses ambientes, como dito por Foucault (2019c, p. 52). Quando o tema é política, aparece em nossas análises a importante função da TV e da internet como os veículos de informação e comunicação predominantes nos últimos anos (Stabile & Bülow, 2021, p. 484).

Destacando sobretudo, o crescimento exponencial do uso da internet no Brasil nos espaço de dez anos, que teve um salto de 39% em 2009, para 74% em 2019 (Stabile & Bülow, 2021, p. 485). Que em 2020 já soma um total de 152 milhões de brasileiros que possuem acesso à internet no Brasil (León, 2020, n.p). Cogitamos que tenha havido uma hiperconexão mediante esses dispositivos tecnológicos e digitais de comunicação e informação por parte dos brasileiros. O que tem se demonstrado verdadeiro mais especificamente entre os anos de 2009 a 2020, levando em consideração as duas pesquisas.

Mas diametralmente de forma oposta a isso, suspeitamos que possa estar acontecendo uma desconexão entre subjetividade e verdade na modernidade como salientado por Stones (2018, p. 185). Porque ocorrendo como já dito, uma epistemologização da verdade, essa começa cada vez mais ser considerada uma verdade universalizada onde todos devem se anexar. Assim, quanto mais acesso à informação se tem, parece-nos que menos os sujeitos

debruçam-se aos cuidados de si mesmos como na antiguidade. Pois como já salientado, a economia política da verdade presente no discurso científico produzido pelas universidades e ratificada nas escolas é o que compõem a subjetividade dos indivíduos.

Desse jeito, como os sujeitos vão estabelecer uma relação ética com a verdade ao que tange e sua experiência política, uma vez que as subjetividades são produzidas dentro desse contexto histórico de epistemologização da verdade? Subjetivação essa estabelecida por instituições como escolas, universidades que reforçam as relações de poder e propiciam a circulação desses discursos nos meios de informação e comunicação como a TV e na internet?

A partir dessas perguntas é que gostaríamos de apontar, ao que tudo indica, a ineficiência dos conceitos de subjetividade e verdade pensados a partir de Michel Foucault para realizar uma análise da experiência política dos jovens no Brasil contemporâneo. Assim, presumivelmente, o que poderia viabilizar tal empreendimento, seria investigar o que os sujeitos têm feito consigo mesmos, a partir do momento em que estão nas escolas e nas universidades. Além disso, averiguar quais regimes de verdade estariam circulando nos meios científicos e nos veículos de informação e comunicação como a TV e na internet. Sendo esses fatores que fornecem potencialmente os elementos que compõem a logicidade de produção das subjetividades dos jovens brasileiros na contemporaneidade.

Por fim, destacamos que esses pressupostos e questionamentos ultrapassam os limites metodológicos e os objetivos estabelecidos no presente trabalho. Impossibilitando desse jeito, que consigamos conceder uma resposta mais contundente, de como os jovens têm vivido sua experiência política na atualidade brasileira. Mas deixando vestígios de um potencial caminho a ser seguido que leve a considerações mais producentes sobre o assunto aqui designado.

2.5 Considerações finais

Consideramos que os conceitos de subjetividade e verdade apresentam limitações para se fazer uma analítica da experiência política de jovens na contemporaneidade brasileira. Pelo menos, se levado em conta os mesmos paradigmas apresentados por Foucault (2019c), sobre a antiguidade. Pois o método *parrisista* exigia que o sujeito estabelecesse uma relação ética

com a verdade (Stone, 2018, p. 185). Algo que não apresenta os mesmos contornos diante da epistemologização que a verdade sofreu na modernidade (Stone, 2018), Deleuze (2019).

Suspeitamos, contudo, que a denominação estabelecida por Foucault (2019, p. 52), de economia política da verdade. Prossegue avançando na contemporaneidade de maneira ainda mais contundente do que no período em que ele propôs tais questões. Isso porque ao se considerar o público jovem, constatamos que esses estão submetidos ao processo de serialização e normatização que as escolas apresentam como dito por (Sinder & Paula, 2019, p. 35). Estando aquilo que é percebido como verdade, ligado diretamente às universidades, que manifestam seus vínculos com os sistemas de poder através das técnicas de controle de aferição dos discentes e docentes (Sueth & Paula, 2019, p. 189).

Além disso, o acesso progressivo aos meios de comunicação e informação, como, por exemplo, a TV e a internet (Stabile & Bülow, 2021, p. 484). Demonstrem, que ainda mais pessoas são expostas a esses discursos que circulam por esses dispositivos, o que inclui os temas políticos. Fabricando desse modo, uma manutenção das subjetividades para além dos muros institucionais. Atualizando as subjetivações em torno desses regimes de verdade, presentes nessas instituições e nesses veículos. O que tem formado, subjetividades que são subordinadas a uma verdade unificada construída *a priori* para que o sujeito nela se encontre, o que coaduna com a tradição filosófica (Foucault, 2016, p. 12). Pois como dito por Foucault (1981/2016, p. 13), a verdade é um sistema de obrigações. E se é verdade, inevitavelmente me inclino a esta verdade (Foucault, 2014c, p. 87). O que antagoniza com as propostas de subjetividade e verdade presente nas análises de Michel Foucault na antiguidade greco-romana (Foucault, 2016).

Porém, ao levarmos em conta os conceitos de subjetividade e verdade entendidas por meio das lentes de Michel Foucault, para tentar fazermos uma analítica da experiência política de jovens na contemporaneidade. Nos deparamos com alguns problemas teórico-metodológicos que nos inibiu de melhor esclarecer a questão. Restando apenas dizer, que as investigações aqui iniciadas necessitam de empreendimentos com outros contornos metodológicos que dêem conta de maneira direta a responder a problemática suscitada.

Assim sendo, diante das limitações que surgiram neste empreendimento, gostaríamos de apontar, que talvez seja mais viável uma pesquisa de cunho empírico, através de um

trabalho de campo em detrimento da elaboração teórica. Pois ao se fazer isso, consideramos que seja fornecida constatações mais convincentes acerca da experiência política dos jovens na contemporaneidade brasileira. Pois ao se fazer isso, consideramos que seja fornecida constatações mais convincentes acerca da experiência política dos jovens na contemporaneidade brasileira. Pois ao nos propormos a investigar teoricamente o tema, nos chocamos com a proposição foucaultiana de que se é verdade, essa só pode existir para um sujeito (Foucault, 2016, p. 11). Então, sugerimos que nada melhor para se entender como o as subjetividades têm sido produzidas politicamente, ouvindo os sujeitos, por meio de entrevistas, rodas de conversa, aplicação de questionários e outras técnicas que como já dito, extrapolam nossa proposta no artigo em questão.

Referências

- Castro, E. (2016). *Vocabulário de Foucault - Um percurso pelos seus temas, conceitos e autores* (2 ed.). (I. M. Xavier, Trad.) Belo Horizonte, MG, Brasil: Autêntica Editora.
- Castro, E. (2018). *Introdução a Foucault* (1 ed.). (B. d. Magalhães, Trad.) Belo Horizonte, MG, Brasil: Autêntica Editora.
- Corrêa, S. F. (2016). *O 'sujeito' da interpretação em Nietzsche e Foucault: uma leitura da genealogia da moral e da ética do cuidado de si*. (R. Moura, Ed.) Curitiba , PR, Brasil: CRV.
- Deleuze, G. (1988/2019). *Foucault*. (C. S. Martins; revisão da tradução R. Ribeiro, Trans.) São Paulo, SP, Brasil: Brasiliense.
- Fonseca, M. A. (2011). *Michel Foucault e a constituição do sujeito* (3 ed.). São Paulo, SP, Brasil: EDUC, [e-book].
- Foucault, M. (1981/82/2010a). *A Hermenêutica do Sujeito* (3 ed.). (F. Ewald, A. Santana, F. Gros, Eds., M. A. Fonseca, & S. T. Muchail, Trans.) São Paulo, SP, Brasil: WMF Martins Fontes.
- Foucault, M. (1982/83/2010b). *Governo de si e dos outros*. (E. Brandão, Trad.) São Paulo, SP, Brasil: WMF Martins Fontes.
- Foucault, M. (1979/80/2014c). *Do governo dos vivos: Curso no Collège de France*. (E. Brandão, Trad.) São Paulo, SP, Brasil: Editora WMF Martins Fontes.

- Foucault, M. (2015). *Ditos e escritos, vol IV: estratégia, poder-saber* (3 ed.). (V. L. Ribeiro, Trad.) Rio de Janeiro, RJ, Brasil: Forense Universitária.
- Foucault, M. (1980/81/2016). *Subjetividade e Verdade*. (F. Gros, F. Ewald, A. Fontana, Eds., & R. C. Abílio, Trad.) São Paulo, SP, Brasil: WMF Martins Fontes.
- Foucault, M. (1984/2017). *Ditos e escritos, vol V: ética. sexualidade. política* (3 ed.). (E. Monteiro, & I. A. Barbosa, Trans.) Rio de Janeiro, RJ, Brasil: Forense Universitária.
- Foucault, M. (1979/2019c). *Microfísica do Poder* (10ª ed.). (R. Machado, Ed.) Rio de Janeiro/São Paulo, Rio de Janeiro, Brasil: Paz e Terra.
- Gracia, T. I. (13 de 06 de 2014). Foucault o la ética y la práctica de la libertad. Dinamitar espejismos y propiciar insumisiones. *Athenea Digital*, p. 14. Recuperado a partir de: <http://dx.doi.org/10.5565/rev/athenea.1390>
- Hur, D. U., & Sabucedo, J. M. (2020). Apresentação: Psicologia dos extremismos políticos e polarizações sociais. Em D. U. Hur, & J. M. Sabucedo (orgs.), *Psicologia dos extremismos políticos* (1ª ed., p. 296). Petrópolis, Rio de Janeiro, Brasil: Vozes.
- León, L. P. (23 de 08 de 2020). *Brasil tem 152 milhões de pessoas com acesso à internet*. Recuperado a partir de: Agência Brasil: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2021-08/brasil-tem-152-milhoes-de-pessoas-com-acesso-internet>
- Lima, N. L., Berni, J. T., & Dias, V. C. (2019). Apresentação. Em N. L. Lima, J. T. Berni, V. C. Dias (orgs.), *A escola navega na web: que onda é essa?* (p. 266). Belo Horizonte, MG, Brasil: Universo & Cidade.
- Martins, L. P. (2021). *Sujeitos de verdade: Foucault e uma genealogia da psicanálise* (1 ed.). Curitiba, PR, Brasil: Kotter editorial.
- McGushin, E. (2018). A teoria e a prática da subjetividade de Foucault. Em D. Taylor (org), *Michel Foucault: conceitos fundamentais* (F. Creder, Trad., pp. 164-184). Petrópolis, RJ: Vozes.
- Paula, M. d. (2019). Introdução. Em M. d. (org.), & N. R. Moura (Ed.), *Educação, poder, resistência e subjetividade: Pensando em Foucault* (pp. 11-24). Florianópolis, SC, Brasil: Insular.
- Sinder, M., & Paula, M. d. (2019). A concepção de sujeito na pós-modernidade: um desafio para a educação: pensando com Foucault. Em M. d. Paula (org.), & N. R. Moura (Ed.),

Educação, poder, resistência e subjetividade: pensando com Foucault (pp. 25-42). Florianópolis, Brasil: Insular.

Stabile, M., & Bülow, M. v. (2021). O velho não morreu, o novo já está aqui: informação e participação digital na era do bolsonarismo. Em L. Avritzer, F. Kerche, & M. Marona, (orgs.). *Governo Bolsonaro: retrocesso democrático e degradação política* (1 ed., pp. 481-494). Belo Horizonte , MG, Brasil: Autêntica.

Stone, B. E. (2018). Subjetividade e verdade. Em D. Taylor (org.). *Michel Foucault: Conceitos fundamentais* (pp. 185-202),. (F. Creder, Trad., pp. 09-19). Petrópolis : Vozes.

Sueth, R., & Paula, M. d. (2019). Políticas de avaliação do trabalho acadêmico e seus desdobramentos na pós-graduação . Em M. d. Paula (org.), & N. R. Moura (Ed.), *Educação, Poder, Resistência e Subjetividade: pensando com Foucault* (pp. 181-208). Florianópolis , SC, Brasil: Insular.

Taylor, D. (2018). Introdução: Poder, liberdade e subjetividade. Em D. Taylor (org.). *Michel Foucault: Conceitos fundamentais* (F. Creder, Trad., pp. 09-19). Petrópolis, RJ, Brasil: Vozes.

3 DISCURSO POLÍTICO POLARIZADO E SEUS EFEITOS NOS MODOS DE SUBJETIVAÇÃO DE JOVENS NO BRASIL¹³

RESUMO

Nossa intenção neste ensaio foi suscitar a discussão sobre os efeitos do discurso político polarizado nas subjetividades da população jovem. Trata-se de um ensaio teórico, recorrendo centralmente aos conceitos de *relações de poder*, *modos de subjetivação* e *discurso* do filósofo Michel Foucault. Inicialmente realizamos uma revisão narrativa dos trabalhos de alguns autores que tomam reportagens veiculadas na mídia de massa e pesquisas de opinião como material empírico de suas análises. Apontando a animosidade social que passa a existir a partir do ano de 2013. No segundo momento, discutimos sobre o que essa conjuntura política tem produzido nos modos de subjetivação dos jovens, articulando a ideia de relações de poder e a concepção aqui proposta de *modos subjetivação polarizada*, algo que apresentou significativas repercussões nas eleições de 2018 no Brasil. Por fim, indicamos como é reproduzida essa subjetivação e o papel das mídias sociais digitais na propagação desse discurso.

Palavras-chave: *Discurso polarizado; Subjetivação Política; Jovens*

POLARIZED POLICY SPEECH AND ITS EFFECTS ON THE SUBJECTIVATION MODES OF YOUTH IN BRAZIL

ABSTRACT

Our intention in this literature review was to raise a discussion about the effects of polarized political discourse on the subjectivities of the young population. This is a theoretical essay, using centrally the concepts of power relations, modes of subjectivation and the philosopher Michel Foucault's discourse. Initially, we carried out a narrative review of the works of some authors who take reports published in the mass media and opinion polls as empirical material for their analyses. Pointing to the social animosity that comes into being from the year 2013. In the second moment, we discuss what this political situation has produced in the ways of subjectivation of young people, articulating the idea of power relations and the conception proposed here of ways of polarization, something that had significant repercussions in the 2018 elections in Brazil. Finally, we indicate how this subjectivation is reproduced and the role of digital social media in propagating this discourse.

Keywords: *Polarized speech; Policy Subjectivation; Young*

3.1 Introdução

De acordo com Mayorga (2013, p. 344), há debates tanto no Brasil como em outros países acerca da não correlação da inclinação natural entre juventude e política. A autora identifica por meio de pesquisas que muitas experiências desse grupo, isto é, de jovens, “são compreendidas de forma demasiadamente rápida como experiências políticas ou, no outro

¹³ Manuscrito será adequado às normas da revista *Psicoperspectivas: Individuo y Sociedad*, indexada na Scopus e SciELO, com h5 20, no Google Acadêmico.

extremo, a relação com a dimensão da política é facilmente descartada” (Mayorga, 2013, p. 344).

Indo de encontro a isso, Baquero e Moraes (2014, p. 69), dizem que várias pesquisas de opinião apontam para o descontentamento, afastamento e indiferença de jovens quando o assunto é política. Os autores ainda discorrem que levando em consideração grupos de outras faixas etárias, os jovens não votam na mesma proporcionalidade. Ao passo que esse tipo de comportamento pode ser prejudicial para o sistema democrático de um país (Baquero & Moraes, 2014, p. 70).

Com isso, partimos do seguinte questionamento para compreender algumas questões em torno da subjetivação política desse público: Quais efeitos o discurso político contemporâneo tem produzido nos modos de subjetivação dos jovens brasileiros? Para responder essa pergunta, tivemos por objetivo geral, compreender quais elementos estão presentes no contexto brasileiro a partir de 2013 e são relevantes para o posicionamento político dos jovens. Tal como, por objetivos específicos, descrever como foi retratado o cenário político brasileiro nas mídias de comunicação de massa a partir do ano de 2013; explorar alguns enunciados que compõem os discursos políticos vigentes na sociedade contemporânea, e por último, analisar por quais meios são reproduzidos e difundidos esses discursos na conjuntura social.

O estudo se destaca por realizar uma revisão narrativa sobre autores que tomaram como dados empíricos o conteúdo midiático, pesquisas de opinião e o senso crítico ante as concepções políticas no Brasil, por ser algo que impacta diretamente e indiretamente as relações humanas em suas várias facetas. Tendo como enfoque os jovens, sobretudo a partir do que afirma Mayorga (2013, p. 345), ao dizer que muitas das análises sobre a experiência política dos jovens é tomada pelo prisma dicotômico, isto é, hora eles são tidos como inovadores, numa espécie de “reinvenção do social”, ou esse grupo é tomado por apatia e inclinações apolíticas. A autora ainda discorre que essa visão dicotômica é uma “armadilha teórica e política”, isto tendo em vista a complexidade do processo que em torno da relação entre jovens e política no mundo contemporâneo (Mayorga, 2013, p. 345).

Foi possível elucidar neste trabalho alguns dos processos que podem estar envolvidos no fenômeno da polarização política. Indicando assim, que as relações de poder, conceito

disposto nos trabalhos de Foucault (2019c), e o processamento histórico/social presente nos últimos anos, tem desencadeado posicionamentos e discursos extremados; o que faz com que os sujeitos, *sui generis*, os jovens, rejeitem tudo quanto possa diferenciar de suas convicções políticas, diminuindo as possibilidades de diálogo entre pensamentos contrastantes. Discursos esses difundidos de forma massiva pelas redes sociais digitais que exerceram um singular papel nas eleições de 2018 (Nicola, 2020). Bem como, um acentuado lugar na constituição das subjetividades dos jovens na contemporaneidade (Dias, 2016).

Assinalamos assim, sobre a necessidade de repensar como estão se estabelecendo as relações através das mídias sociais digitais, dado que a informações inseridas nas malhas virtuais, tem que necessariamente passar pelo crivo de julgamento e verificação do próprio usuário da plataforma. Para então, obter um aproveitamento político favorável às bases democráticas, atentando-se ao que Bobbio (2019, p.105), chamou de “regras do jogo”. O que produzirá um aprendizado de se conviver com o contraditório em todos os setores civilizacionais dispostos num país diversificado e plural politicamente como o Brasil.

3.2 Modos de subjetivação e o cenário político brasileiro

A sociedade em suas muitas instâncias, vêm atravessando intensos debates político-partidários, nos círculos familiares, nas escolas e locais de trabalho (Hur & Sabucedo, 2020, p. 14). A partir dessa afirmativa, buscamos compreender questões em torno dos modos de subjetivação de jovens em torno do tema político no Brasil contemporâneo. Supomos que um conceito deixado elucidado por Michel Foucault (1926-1984), no ano de sua morte, ao explicar sobre o objetivo do seu empreendimento intelectual dos seus últimos 20 anos, pode nos ajudar a problematizar esse período sócio-histórico que estamos vivendo. Ele disse que seu intuito foi: “[...] elaborar uma história dos diferentes modos pelos quais os seres humanos são constituídos em sujeitos” (Dreyfus & Rabinow, 1984/1995, p. 231¹⁴). Dito de outra forma, “os modos de subjetivação são, precisamente, as práticas de constituição do sujeito” (Castro, 2016, p. 408).

¹⁴ A primeira data indica o ano de publicação original da obra e a segunda data indica a edição consultada pelo o autor que só será pontuada na primeira citação da obra no texto. Nas seguintes será registrada apenas a data de (1995) que se refere o ano de publicação da obra consultada

Conforme nos indica Mansano (2009), as investigações de Foucault o impeliram a compreender como são produzidos e transmitidos os modos de subjetivação na cultura. Para Foucault (1926-1984), a subjetividade não pode ser tomada como algo definitivo no momento em que se manifesta, mas está em constante processo, intrinsecamente ligado à cultura e ao período histórico em que o sujeito está inserido. Vale destacar as limitações impostas por uma espécie de análise de um a priori histórico da experiência (Gracia, 2014). Isso porque, nas palavras de Gracia (2014, p. 07, tradução livre), “[...] é impossibilitado ao olho, enxerga-se, uma vez que ele é o instrumento utilizado para ver. Não é possível ser causa e efeito, produto e processo, a única coisa que ele, o olho, pode ver, é uma fotografia de si mesmo”.

Hur e Sabucedo (2020, p. 07), apontam que no campo macropolítico, há uma virada aos extremos, tanto na ala esquerda quanto para a direita do espectro político, algo que tem estabelecido agudos e polarizados debates políticos. Eles citam vários países nesse processo, no caso específico do Brasil, delimitamos nossas análises a partir do ano de 2013, quando algumas reportagens veiculadas na imprensa, podem descortinar o entendimento acerca do assunto, sobretudo, sobre o grupo de nosso interesse, ou seja, os jovens.

Jairo Nicolau (2020), destaca que a partir da Constituição de 1988, a idade para que uma pessoa pudesse votar em algum pleito eleitoral foi reduzida de 18 para 16 anos de idade. Sendo que para as pessoas de dezesseis e dezessete anos, o voto é facultativo, mas de dezoito até setenta anos de idade obrigatório (Nicolau, 2020, p. 62). Ele usou como critério de idade os mesmos dados da pesquisa do Estudo Eleitoral Brasileiro (Eseb), onde os eleitores respondentes foram divididos em quatro grupos: de 16 a 29 anos, de 30 a 44, de 45 a 59 e de 60 anos ou mais (Nicolau, 2020, p. 64).

A título de exemplo da afirmativa anterior, podemos pensar no tradicional binômio da política, direita-esquerda. Como indicado por Tavares (2016, p. 19), na concepção política esquerda-direita aproxima-se das funções da orientação geográfica. Assim, “usamos a esquerda e a direita para nos situarmos, para explicar qual é a nossa posição relativa aos outros e para partilhar o rumo com quem está ao nosso lado e na política também” (Tavares, 2016, p. 19). Ao situar-se no campo político-partidário, ao menos uma parcela significativa dos ideários dos jovens pode ser compreendida, como sendo mais progressista ou mais

conservador, revolucionário ou reacionário, ou seja, quem pensa parecido comigo e quem não pensa.

Uma vez explicado esses pontos, buscamos selecionar como algumas narrativas aparecem em reportagens, além de trabalhos de autores que concebem matérias veiculadas tanto em mídias sociais digitais, quanto nos veículos de comunicação de massa como material empírico para suas análises. Pois essas narrativas podem nos indicar como os modos de subjetivação estão sendo entendidos e reproduzidos por esses canais.

Começamos por destacar uma reportagem do portal de notícias G1, publicada em 18 de junho de 2013, que estampava o seguinte título: “Imprensa internacional destaca manifestações no Brasil”. No corpo do texto eles apontaram como vários jornais do mundo noticiaram os acontecimentos políticos no Brasil, tais como: “O descontentamento no Brasil provoca o maior protesto em décadas”, citando o jornal espanhol El País. Já em outra reportagem que aparece no Francês Le Monde, dizia que “uma maré de manifestantes no Brasil; cenas de caos no Rio”, segundo o G1 (2013), a reportagem dos espanhóis e franceses correspondia a indignação da população pelo preço do transporte e da copa do mundo de 2014 que o país receberia. Na rede britânica BBC, foi noticiado “Violência no Rio, atos pacíficos em São Paulo e tentativas de subir no prédio do congresso em Brasília”. No jornal estadunidense The New York Times, falava de “milhares de manifestantes nas ruas brasileiras, contra o alto custo de vida e os gastos com estádios de futebol”. Já no Inglês The Financial Times, destacaram que: “fala sobre movimento de jovens que ecoa em diversas cidades do país” (G1, 2013).

Em consonância com a última reportagem que retrata os jovens nas ruas, Santo, Diniz e Ribeiro (2016), apontam que estava na cena dessas manifestações, que foram denominadas como “Jornadas de junho”. Os autores destacam que essas manifestações foram fomentadas naquele momento, em especial no mês de junho, por um movimento chamado de “Movimento Passe Livre” (MPL). Uma das bandeiras desse movimento era a eliminação de tarifa nos transportes públicos do Brasil (Santo, Diniz & Ribeiro, 2016, p.141). As ruas de algumas cidades brasileiras, a começar pela capital paulista, foram tomadas por milhares de jovens em protestos, sendo essas manifestações marcadas em dados contextos por uma tensão. Ao passo que as chamadas Jornadas de Junho de 2013, foram “uma espécie de interrogação lançada

sobre a democracia brasileira, incitando compreensão e elaboração de respostas políticas” (Corrochano; Dowbor & Jardim, 2018, p. 59).

Segundo Couto (2021, p. 36), nessas manifestações não raro era possível ver bandeiras e faixas com frases genéricas representando um anti-partidarismo. Neste contexto, ficou demonstrado em uma pesquisa realizada em meados de junho pelo Datafolha em meados de junho de 2013, sobre protestos na cidade de São Paulo. Que 84% dos manifestantes não tinham predileção partidária, já 24% dos que estavam no protesto, eram contra os políticos (Couto, 2021, p. 36). Algo que proporcionou um terreno fértil para favorecer aquele que aparecesse dizendo ser um outsider, ou seja, aquela pessoa que teoricamente não faz parte do sistema político estabelecido.

Além dos já citados ocorridos, a sintética descrição política do período de 2013 a 2018 realizada por Andréa Freitas e Glauco Silva (2019), pode trazer lucidez na compreensão do que chamamos no tópico subsequente de modos de subjetivação polarizado, como sendo fruto de algo que vem amadurecendo ao longo dos últimos anos no Brasil. Eles dizem que é um processo que incorpora desde as manifestações de junho de 2013, seguidas das disputas eleitorais em 2014, do impeachment da presidente Dilma, da prisão do ex-presidente Lula, para destacar alguns pontos-chave. Esse ambiente turvo tem sido alvo de cientistas políticos para alcançar alguma explicação (Freitas & Silva, p.138).

A explicação da qual eles se referem corresponde a vitória do presidente eleito em 2018, Jair Messias Bolsonaro, pelo Partido Social Liberal (PSL). Vencendo as eleições no segundo turno sobre o Partido dos Trabalhadores (PT), que pleiteava a presidência com o candidato Fernando Haddad. Mesmo tendo aproximadamente três décadas na política, Bolsonaro soube captar muito bem o que estava acontecendo naquele momento, sendo o suposto “outsider anti-político brasileiro”.

O Presidente eleito, se autodeclara de direita e conservador, mas que contém traços do que o cientista político João Pereira Coutinho (2018), indica ser características de um reacionarismo político. O reacionarismo seria uma espécie de movimento ideológico que busca reviver a utopia de um suposto passado glorioso, mas que na verdade nunca existiu (Coutinho, 2018). Este tipo de movimento pode colocar em risco as instituições democráticas do país, uma vez que para se instaurar esse suposto passado, os avanços que foram

construídos ao longo dos tempos precisam necessariamente ser destituídos ou mesmo destruídos. Sendo mais adequado caracterizá-lo como de extrema-direita.

Seguindo nessa perspectiva, as eleições de 2018 no Brasil, que é o ponto de chegada de nossas análises, pode nos ajudar a entender como tem sido vivenciada a experiência política dos jovens e possivelmente os modos de subjetivação em torno da temática a partir do ano de 2013. Segundo Nicolau (2020, p. 66), nas eleições de 2018, os jovens de dezesseis a 29 anos, do gênero masculino optaram em sua maioria por votar no candidato Jair Bolsonaro. Em contraste, o autor diz que nos anos anteriores, ou seja, em 2010 e 2014, o Partido dos Trabalhadores (PT), que é um partido político autodeclarado de esquerda, teve o público de dezesseis a 29 anos votando majoritariamente nele (Nicolau, 2020, p. 66). Na verdade, o Partido dos Trabalhadores perdeu em todas as faixas etárias em 2018 para Jair Bolsonaro (Nicolau, 2020, p. 66).

Dados do Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística (Ibope), reforçam o que apresenta Nicolau (2020). Pois essa pesquisa apontou serem os jovens entre 16 e 34 anos de idade o maior público dos eleitores de Jair, somando um total de 60% dos votantes (Hur & Sandoval, 2020, p. 135). Isto quer dizer que o público por nós abordado estatisticamente foram os que mais votaram em Jair Messias Bolsonaro. Este dado demonstra sua relevância em nosso trabalho, pois não estamos fundamentando como critério de idade por meio do Estatuto da Criança e Adolescente (Eca). Mas é a partir dessa pesquisa do Ibope que estabelecemos a quem chamamos de jovens neste trabalho, ou seja, as pessoas que possuem entre 16 e 34 anos de idade.

Mas como entender com maior segurança a constituição dos modos de subjetivação política dos jovens brasileiros se o que temos é aparentemente mais a negação de um partido ou um político em detrimento da aderência de outro? Talvez seja insuficiente a partir dos dados indicados deduzir que a maioria dos jovens nessa faixa etária são de direita, ou mesmo identificam-se com então candidato vencedor nas eleições de 2018. Isso porque o que se tinha no Brasil, era um sentimento antipetista (Bello, 2019), (Nicola, 2020). Assim, neste ponto, para entender e termos mais robustez de quem são as pessoas que mais aderiram ao discurso de Jair Bolsonaro, faz-se necessário ampliarmos as análises em torno do gênero e da escolaridade dos seus eleitores.

No critério de escolaridade, Bolsonaro venceu o Partido dos Trabalhadores (PT), em todas as três faixas escolares, isto é, pessoas com baixa, média e alta escolaridade (Nicola, 2020, p. 44). Ressaltando apenas que seu maior número de votos foi entre pessoas com escolaridade média e superior (Nicola, 2020, p. 44). Sendo os com escolaridade média o mais relevante para sua eleição, pois é o público que mais cresce em números relativos desde de 2002 dentre o eleitorado brasileiro, representando 40% do total em 2018 (Nicolau, 2020, p. 52). Assim, esses dados estão em simetria com o que aponta Hur e Sandoval (2020, p. 135), ao dizerem que, quem aderiu a um discurso pautado na “violência e na punição” nas eleições em 2018 no Brasil, não foram as “classes mais pobres e sem formação”, ou seja, foram os mais escolarizados que se identificaram em alguma medida com o discurso de Bolsonaro.

Quando o quesito é gênero, no momento em que o nome de Bolsonaro era apresentado nas primeiras pesquisas de opinião durante a sua candidatura, constatou-se que a maioria dos seus apoiadores era composta por homens (Nicolau, 2020, p. 53). Uma pesquisa do Ibope apresentada em 16 de agosto de 2018, sendo a primeira após a confirmação da candidatura de Bolsonaro, ele tinha 26% de apoio dentre os homens e só 13% entre as mulheres (Nicolau, 2020, p. 53). O autor acredita que essa maior aderência do público masculino deve ter acompanhado Bolsonaro em toda sua carreira política de deputado federal. A explicação para isso, seria que sua vida parlamentar é marcada pela defesa do discurso de pautas militaristas, corporação que é predominantemente composta por homens. Em diversos momentos de sua carreira política, Bolsonaro se envolveu em polêmicas com discursos repletos de conteúdos machistas e misóginos, o que contribui para seu insucesso entre o público feminino (Nicolau, 2020, p. 54).

Em consonância com essa perspectiva, em 2018 foi criado um movimento no Facebook denominado, Mulheres Unidas Contra Bolsonaro (Nicolau, 2020, p. 56, grifos do autor). Esse movimento suscitou a hashtag “Ele Não”, promovendo manifestações contra a candidatura de Bolsonaro em dezenas de cidades brasileiras no dia 29 de setembro de 2018, tendo maior aderência em São Paulo e Rio de Janeiro (Nicolau, 2020, p. 56, grifos do autor). Uma pesquisa realizada pelo Grupo de Pesquisa em Políticas Públicas para o Acesso à Informação (GPOPAI), da Universidade de São Paulo (USP), destacou que nas manifestações do “Ele Não” em São Paulo, foi composta de 62% de mulheres, destas que se autodeclararam

de esquerda foram 80%, elas tinham entre 18 e 44 anos de idade 78%, com escolaridade alta que estavam cursando a faculdade ou já tinham curso superior completo 80% (Nicolau, 2020, p. 56).

Contudo, mesmo diante de todos esses eventos, algo ocorreu entre o primeiro e segundo turno que fez o apoio a Bolsonaro disparar entre o grupo feminino. Como apresentado pelos dados da pesquisa do Eseb-2018, ele recebeu 53% dos votos válidos entre as mulheres e 64% entre os homens, ao passo que seu adversário, Fernando Haddad, obteve aproximadamente 47% dos votos entre as mulheres e só 36% entre os homens (Nicolau, 2020, p. 57). Temos por hipótese que dois fatores podem ajudar a explicar essa virada até mesmo do público feminino em apoio ao candidato Bolsonaro. A aposta dele em um discurso polarizado, e nas mídias digitais. Isso porque aquele que foi escolhido pela maioria dos jovens para presidir o país tem como premissa de governo um discurso permeado pelo mecanismo da polarização (Tatagiba, 2021, p. 448).

Portanto, cogitamos que os últimos anos têm sido preponderantes no quesito de uma radicalização e intolerância, o que têm interposto os modos de subjetivação dos jovens. Tipificado uma polarização nos posicionamentos políticos, que aos poucos vêm minando a possibilidade de diálogo e a resolução do comum entre os inseridos nesse quadro social. O que pode em nosso entendimento colocar em disfuncionalidade a própria acepção de política, como sendo o campo onde as heterogeneidades podem se manifestar sustentadas pelas premissas do Estado Democrático de Direito.

3.3 MODOS SUBJETIVAÇÃO POLARIZADOS: uma alternativa para se entender o contexto político brasileiro

A sociedade atual tem sido marcada por intensos antagonismos políticos, isto tem produzido frequentes discursos extremistas, desencadeando uma erupção de ânimos nas relações sociais, culturais e, diríamos, históricas. Algo que julgamos manifestar-se por meio de discursos político-partidários. Segundo Bobbio (2011, p. 51), os espectros, direita e esquerda, são “programas contrapostos com relação a diversos problemas cuja solução pertence a política, contrastes não só de ideias, mas também de interesses e de valorações a

respeito da direção a ser seguida pela sociedade [...]”. Ou ainda, como indica Tavares (2016, p. 36), ao se identificar com direita ou esquerda, o sujeito estabelece uma forma de estar na sociedade, na cultura.

Na busca de explicar a presente conjuntura social e política brasileira, bem como, interpretar as idiossincrasias dos sujeitos no campo político nos últimos anos, especialmente de 2013 em diante. Articulamos as concepções de “modos de subjetivação” e a ideia de “relações de poder”, ambos conceitos presentes na obra de Michel Foucault (1926-1984). Chegando então ao que denominamos de modos subjetivação polarizados, termo tomado em última instância, como definição operacional para se discutir os processos de subjetivação na contemporaneidade.

Em suma, diríamos que estamos chamando de modos de subjetivação polarizado a manifestação em que os sujeitos evocam mediante o discurso, a defesa de suas ideias e pareceres no campo político, não sendo único e exclusivo da área supracitada, mas tendo forte ligação com esta. Discursos estes que são elevados à concepção do que se sabe ao estatuto de absoluto. Esses modos de subjetivação polarizados são marcados por conflitos explícitos e implícitos com um indivíduo ou grupo de pensamento destoante, quer seja pessoal ou virtualmente, terminando na maioria das vezes com rupturas nas relações do campo social e até mesmo familiar.

Para nos fazer entender, analisemos o que Foucault (1926-1984), disse em uma entrevista envolvendo o que ele conceituou de relações de poder. Foucault (2015), aponta que as relações de poder são entendidas em muitos casos somente como força de Estado em suas muitas instâncias. Entretanto, na sociedade há variadas relações de poder, supondo com isso, que podem tanto ser compreendidas à luz de um Estado que a impõe de cima para baixo sua força, como também, acontecendo o oposto, isto é, existindo tais relações debaixo para cima. Pois a estrutura de Estado só funciona bem devido a existência basilar destas relações. Ou seja, tem que haver em torno dos indivíduos, “[...] relações de força de pequenos enfrentamentos, microlutas, de algum modo” (Foucault, 2015, p. 226).

As relações de poder se manifestam de formas diversificadas a depender do período histórico e época se apropriando de estratégias diferentes umas das outras (Foucault, 2015). Ele ainda afirma que as relações de poder possuem grande alcance em meio aos

relacionamentos humanos. O que não é um indicativo de que o poder político esteja localizado em todos os lugares. Mas que há uma soma de relações de poder que seja capaz de reproduzir-se entre indivíduos nos diferentes contextos, familiar, através do ensino ou no campo político (Foucault, 1984/2017¹⁵). Cabe questionar quais métodos essas microlutas, ou se preferir, esses “micropoderes” Foucault (1976/2019b, p. 162), tem utilizado para insurgir na sociedade contemporânea? Nas palavras de Sabucedo, Alzate e Gómez-Román (2020): “Os comportamentos, incluindo o político, não são independentes do contexto no qual se produzem” (Sabucedo; Alzate & Gómez-Román, 2020, p. 16).

Entendemos que há um avanço de discursos extremados no cenário político brasileiro, como já explicitado anteriormente, sendo então, responsáveis por gerar disputas entre os agentes políticos na base da sociedade civil. Reputamos que os escritos de Hur e Sabucedo (2020), sobre extremismos políticos partindo de uma leitura psicopolítica do tema, podem contribuir em respaldo ao que sugerimos sobre modos de subjetivação polarizados. Quando esses autores declaram a respeito de algumas possíveis manifestações extremistas dizendo que:

[...] os extremismos políticos não se expressam somente nos conflitos radicais, como na luta armada, nos atentados e mobilizações terroristas, mas em muitas formas de ativismo político. No âmbito cognitivo, configuram-se como comportamentos rígidos e intolerantes ao que emerge como diferença. Constata-se uma rigidez que não aceita novas ideias; se alguém afirma algo distinto do que o grupo crê ou pensa, não é aceito. (Hur & Sabucedo, 2020, p. 08).

Eles usam a expressão “crê”, para designar a forma como os sujeitos que aderem a tais posturas, se enrijecem não dando espaço ao diferente. Os autores ainda destacam que esse tipo de comportamento equivale a interpretar a realidade nas mesmas bases dos “fundamentalismos religiosos, porém fora do âmbito da religião” (Hur & Sabucedo, 2020, p. 09). Isto pode ser característico de um fanatismo que indica “a certeza de quem fala em nome de um princípio absoluto e, portanto, pretende que suas palavras também sejam absolutas”. (Abbagnano, 2012, p. 497).

Todavia, temos por hipótese que isso pode ser compreensível se levarmos em consideração a noção indicada até aqui sobre as relações de poder disposta por Michel

¹⁵ A primeira data indica o ano de publicação original da obra e a segunda data indica a edição consultada pelo o autor que só será pontuada na primeira citação da obra no texto. Nas seguintes será registrada apenas a data de (2017) que se refere ao ano de publicação da obra consultada.

Foucault (1926-1984). Pois na perspectiva do filósofo, “[...] as relações de poder são relações de força, enfrentamentos, portanto, sempre reversíveis. Não há relações de poder que sejam completamente triunfantes e cuja dominação incontornável”. (Foucault, 2015, p. 227). Assim sendo, ao polarizar o discurso, o sujeito gradualmente vai reforçar a subjetivação no intuito de sobrepor-se ao oponente político em busca de reverter a “dominação política” supostamente vigente. Em geral esses comportamentos se manifestam de maneira radicalizada, não importando o grau de proximidade ou distância afetiva que se tenha com o outro a que se opõe politicamente, impondo sua concepção de verdade como sendo a única possível.

Guardadas as devidas proporções epistemológicas sustentadas por cada autor, arguimos que o entendimento de Hur e Sabucedo (2020), se articula em alguma medida de forma harmônica com a concepção de relações de poder descrita por Foucault (2015). O que pode fornecer elementos para se compreender o que a sociedade brasileira contemporânea, ou pelo menos, parte dela, tem apresentado no campo político. Em outras palavras, os sujeitos têm caído na tentação do absolutismo do que se sabe, rejeitando tudo e todos que não coadunam com sua verdade. Ficando um grupo de um lado com suas verdades incontestes e diametralmente na outra ponta os outros sujeitos, resultando em modos de subjetivação polarizados.

Assim, consideramos ser preciso registrar os efeitos que tais condutas e formas de apreender a realidade dentro do arranjo social e político podem causar nos processos de subjetivação. Uma vez que em nossa interpretação, mesmo divergindo em vários aspectos, o que é próprio da política, esta ainda é o que viabiliza o debate dialético no sistema democrático entre os diferentes. Possibilidade esta, que pode esvair em meio a discursos polarizados. Cogitamos que esses discursos polarizados e fanatizados foram gradualmente introduzidos no debate público no contexto brasileiro, permeando os sujeitos, produzindo posicionamentos radicalizados.

Assim, queremos despertar o senso crítico em torno da temática, para que estratégias possam ser analisadas em avaliação do cenário atual. A fim de que dessa maneira, possamos ressignificar os modos de subjetivação ao que corresponde a formação política do público jovem, pois como nos diz Taylor (2018, p. 17, grifo da autora) “[...] assumimos e ocupamos as posições de sujeito que o nosso contexto sócio-histórico nos disponibiliza: sujeitos não são

apenas feitos, nós nos fazemos”. Porém, pensamos ser preciso agora esclarecer dois elementos para minimizar os questionamentos que possam ter surgido na argumentação até aqui apresentada. O primeiro sobre a noção de discurso aqui tomada e o segundo, como esses discursos são propagados na contemporaneidade tendo amplo alcance na conjuntura social, mais especificamente entre o público jovem.

3.4 DISCURSO E POLARIZAÇÃO POLÍTICA: o papel das mídias sociais digitais nos modos de subjetivação dos jovens

O discurso é entendido por Foucault (1969/2019a¹⁶), como o “conjunto de enunciados que se apoia em um determinado sistema de formação [...]”, podendo falar com isso de “discurso clínico, do discurso econômico, do discurso da história natural, do discurso psiquiátrico” (Foucault, 2019a, p. 131). Assim, propomos acrescentar aos citados pelo filósofo, o discurso político. Edgardo Castro (2016), aponta que o termo discurso tem papel nuclear no pensamento de Michel Foucault. Em obras como: *A ordem do discurso*, em *Arqueologia do Saber*, *As Palavras e as Coisas*, *Ditos e Escritos IV*, isso para ficarmos em alguns exemplos, ele fornece questões relevantes em nossa interpretação para se entender o que está implícito aos discursos.

As proposições suscitadas por Michel Foucault, possibilitam pensar o discurso por ângulos opostos dos abordados pela linguística estrutural. Isso porque ele discorre que a ideia de estrutura não estava em seu escopo de investigação, tão pouco a noção de sentidos dos discursos. Mas o que lhe importava era apontar a função do discurso quando alguém diz determinada coisa em um determinado momento. Assim o discurso tem a função “[...] de estabelecer e descrever as relações que esses acontecimentos – que podemos chamar de discursivos – mantêm com os outros acontecimentos que pertencem ao sistema econômico, ou ao campo político, ou às instituições” (Foucault, 2015, p. 249-250, grifos do autor).

Foucault (2014a, p. 09), diz que um discurso pode não aparentar relevância, mas logo fica manifesto em suas interdições que surgem pelo confronto, sua conexão com o desejo de

¹⁶ A primeira data indica o ano de publicação original da obra e a segunda data indica a edição consultada pelo o autor que só será pontuada na primeira citação da obra no texto. Nas seguintes, será registrada apenas a data de (2019a) que se refere ao ano de publicação da obra consultada.

poder. O ponto que nos interessa na afirmação feita por Foucault, não está no estatuto do que ele designou de desejo, mas sim, na ideia de poder. Pois ele declara que o poder está associado a acontecimentos políticos e que o discurso está vinculado à dimensão da história (Foucault, 2015). Nessa perspectiva, ele afirma, que a história insiste em ensinar que “[...] o discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo porque, pelo que se luta, o poder do qual nos queremos apoderar” (Foucault, 2014a, p. 10). Assim, deve-se levar em consideração a conjuntura histórica e política que determinado discurso está inserido.

Partindo disso, explicitada a noção de discurso aqui adotada, acreditamos que se possa dizer da existência de um discurso produtor de um poder-saber, que tem capitaneado os sujeitos, explicando-os a partir de estereótipos formulados pelos interlocutores e portadores desse discurso. Esta conduta é adotada pelas diferentes matrizes políticas, manifestando em suas variações, dependendo apenas do lado que está sendo escolhido nessa “disputa de poder político”.

Neste instante, cabe questionar, como esses discursos são fecundados no meio social, fazendo surgir posturas enrijecidas e extremadas. Presumimos que entra no jogo o papel que as mídias sociais possuem na propagação desses discursos que tem sido parte constituinte de modos de subjetivação atuais, se tornando mais um espaço onde se materializa as relações de poder.

Um fator indispensável para entender esses ocorridos, foi o papel, até então, inédito, que a internet protagonizou na difusão da mensagem para mobilização social massiva (Ruediger; Martins; Luz & Grassi, 2014). Vanina Dias (2016, p. 33), aponta que na contemporaneidade as redes sociais não têm protagonismo apenas para o “[...] entretenimento, mas também para a cultura, a política, a economia e outros setores da sociedade”. Essa afirmativa pode ser notada nos últimos anos, pois tem aparecido no repertório de parte dos brasileiros expressões como, fascista, comunista, neonazista, feminista, lulista, bolsonarista, direitista, esquerdista, militarista, racista, homofóbico, xenofóbico, transfóbico. Discursos estes, que chegam com rapidez a todas e todos que se conectam pelas mais variadas plataformas como, por exemplo, *Twitter*, *WhatsApp*, *Instagram*, *Facebook* e *YouTube*, dentre outras.

Outro detalhe que chama a atenção, é o que Empoli (2020, p. 21), elucida sobre os novos promotores da política, pois para estes “[...] o jogo não consiste mais em reunir as pessoas em torno de um denominador comum, mas ao contrário, em inflamar as paixões do maior número possível de grupelhos para, em seguida, adicioná-los, mesmo à revelia” (Empoli, 2020, p. 21). O autor ainda explica, que o algoritmo funciona “[...] cultivando a cólera de cada um sem se preocupar com a coerência do coletivo, o algoritmo dos engenheiros do caos [consultores políticos] dilui antigas barreiras ideológicas e rearticula o conflito político [...]” (Empoli, 2020, p. 21, grifo nosso). Algo que pode tornar-se danoso tanto no âmbito pessoal, quanto para o funcionamento do estado democrático de direito (Mercuri & Lima-Lopes, 2020, p. 1217).

Isso sem entrar no mérito da verossimilhança se é correspondente ou não com a conduta do indivíduo, pois o que importa é “ultrajar o inimigo”, entrando em cena também as chamadas *fake news*. Ainda dentro dessa perspectiva, Raquel Recuero e Anatoliy Gruzd (2019, grifo nosso), explicam que o termo *fake news*, corresponde a desinformação, sendo algo que não tem compromisso com a verdade nem com a averiguação dos fatos, mas que possui livre trânsito nas mídias sociais. Ocorrendo no campo político o que os autores designaram de “cascatas de Fake News política” (2019, p. 45, grifo do autor). Se traduzido de forma literal, *fake* = falso e *news* = notícias, pode ser entendido então como, notícias falsas ou no mínimo seria algo que indica rumores ou boatos que tomam aspecto de notícias jornalísticas (Recuero & Gruzd 2019, grifos nossos).

Segundo Empoli (2020, p. 78), uma pesquisa do Instituto de Tecnologia de Massachusetts (MIT), evidenciou que uma notícia inverídica possui, em média, 70% de probabilidade de ser compartilhada na internet do que uma verdadeira. Como nas redes sociais, a atual divulgação é nutrida especialmente de “emoções negativas”, o que favorece as “fake news e as teorias da conspiração” (Empoli, 2020, p. 21). Assim, uma vez soltas as correntes da cólera no ser humano, é então, “possível construir qualquer tipo de operação política” (Empoli, 2020, p. 90). As redes sociais exerceram um singular papel no processo eleitoral brasileiro, pois “além de ampliar a velocidade de propagação de uma notícia falsa, adicionaram às eleições de 2018 um componente ausente do boato tradicional: o eleitor agora

pode assistir e ouvir e ‘ter certeza’ de que aquela notícia é verdadeira” (Nicolau, 2020, p. 92, grifos do autor).

Esse tipo de comportamento ocorre porque as redes sociais não suportam intermediadores (Empoli, 2020). Além de não haver em muitos casos a preocupação dos usuários em avaliar se um dado discurso proferido e divulgado pelas mídias sociais, seja congruente ou não diante da realidade dos fatos em comparação com a narrativa atribuída a esse discurso. Isso porque na contemporaneidade essas práticas discursivas circulam também através dessas mídias. Mesmo que o objeto escolhido para compor o discurso, não seja considerado uma ofensa, mas apenas uma categoria política ou étnica em defesa de causas raciais ou de gênero, assume o posto de algo que deve ser combatido, passando a ser interpretado como algo deletério.

Está tipificado com isso o indício do quão problemático pode ser adotar determinado discurso político na atualidade, uma vez que pode ser existente e congruente com a conduta de determinada pessoa ou grupo. Os discursos podem ter sido criados, para um lixamento virtual de um “inimigo político”, nessa disputa instituída pelas relações de poder, fazendo robustecer ainda mais os modos de subjetivação polarizados nas mídias sociais. Assim fica evidenciado como as fake news, possuem o potencial de debilitar o debate político, o transportando para regiões perigosas e obscuras, tornando precária a interpretação dos fatos, deturpando a percepção daqueles que entram em contato com essas (des)informações, sendo um fator relevante para se pensar a temática política na contemporaneidade.

Contudo, cabe ressaltar nesse instante, que não há aqui, a intenção de demonizar as mídias sociais, pois o uso destas pode ser positivo, isso se levar em consideração que mais pessoas se envolvem na problemática política e se informam por meio delas cotidianamente, havendo assim um grande alcance da população, especialmente os jovens. Como também, não temos o intuito de discutir o campo teórico específico de cada uma das mídias sociais citadas. Nossa prerrogativa se encontra em indicar o papel potencializador que as mídias podem assumir, enquanto ferramenta na divulgação e propagação de discursos políticos, se mostrando um importante meio pelo qual acontece a produção de subjetividades no presente período histórico (Dias, 2016).

Uma pesquisa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), demonstrou que em 2017 a internet era utilizada “em 75% dos domicílios brasileiros, na área urbana chegando a 80% das casas e na área rural, a 41% [...]” (Nicolau, 2020, p. 88). A promoção na utilização das redes sociais no Brasil ao longo da última década, isto é, de 2010 em diante, está associada ao alargamento do acesso à internet (Nicolau, 2020, p. 88).

Desse modo, Nicolau (2020, p. 89), aponta que a grande utilização de Bolsonaro das “redes sociais e do YouTube e pela ampla rede de apoiadores conquistados no meio digital foi um dos fatores decisivos para a consolidação de sua candidatura”. O autor ainda destaca que Bolsonaro foi o político brasileiro que mais cresceu nas redes sociais no decurso do seu último mandato de deputado federal, que foi entre os anos de 2015-2018. Tendo em 2014 um número de 68 mil seguidores, passando para 376 mil três anos depois e no Facebook, no ano de 2017 ele atingiu 4,7 milhões de seguidores (Nicolau, 2020, p. 89).

Talvez esse seja o fator preponderante para explicar o sucesso de sua vitória de Bolsonaro entre o público mais jovem. Pois conforme já apontado no presente trabalho, esse público próximo dos 30 anos teve sua socialização política realizada por intermédio das mídias de comunicação de massa e pelas redes sociais (Hur & Sandoval, 2020, p. 135).

Seguindo nessa linha, a afirmativa de Nicola (2020, p. 66), de que no grupo de eleitores na faixa de dezesseis a 29 anos já foram “socializados na era digital e usam extensivamente as redes sociais no seu dia a dia”. Esse detalhe se torna importante para retomarmos um ponto do primeiro tópico deste trabalho, onde ficou demonstrado que o público jovem votou maciçamente em Jair Bolsonaro, atingindo 60% do seu eleitorado (Hur & Sandoval, 2020, p.135). Sendo possivelmente essa a via que melhor explica a aderência do público dessa faixa etária ao discurso radicalizado de Bolsonaro.

Outro ponto de discussão, está em torno do termo mídias sociais, pois gostaríamos de levar em conta o que nos aponta Ciribeli e Paiva (2011, p. 59), ao dizerem que: “Confunde-se muito redes sociais com mídias sociais, que, apesar de estarem no mesmo universo, são coisas distintas. Mídia social é o meio que determinada rede social utiliza para se comunicar”. Assim, pressupomos que seja melhor pensar em mídias sociais digitais, que é um dos meios pelo qual a comunicação atual se estabelece através de suas mais variadas formas, como já citado anteriormente, sendo um fator indispensável para se pensar os modos de subjetivação.

Temos por hipótese que as relações de poder, conforme formulado por Foucault (2019c), se manifestam por intermédio dessas ferramentas na contemporaneidade, repercutindo em vários cenários da vida da população, onde encontram-se inclusive os jovens no caso citado por Dias (2016). Neste momento alguém pode questionar qual a conexão estabelecida no presente trabalho, entre polarização política, discurso, relações de poder, jovens e mídias sociais digitais. Talvez essa inquietação possa ser ao menos apaziguada com a afirmativa de Hur e Sandoval (2020, p. 135), ao dizerem que:

Hoje em dia, o jovem de quase 30 anos, que nasceu após o fim do bipolarismo mundial, não teve sua socialização política por meio da participação em grêmios estudantis, partidos ou outros tipos de associações civis. Sua socialização política se deu, em grande parte, através da recepção dos conteúdos dos meios de comunicação de massas e atualmente por meio de sua interação com a internet. Houve assim a transição de um enquadramento coletivo presencial para um individual e digital.

Os autores ressaltam que consideram essa mudança uma variável importante na forma de ativismo político contemporâneo (Hur & Sandoval, 2020). Para Dias (2016, p. 17), hoje com mudanças tão agudas na esfera social e tecnológica existe uma “nova sociedade”. De sorte que, consideramos que as relações de poder como indicado por Foucault (2019c), é exercida por jovens na presente conjuntura nos diferentes espectros políticos, se manifestando em demasia por meio das mídias sociais digitais.

Nos ambientes virtuais, aparece como já indicado, discursos radicalizados e cada vez mais acirrados pelo espaço político no país. Sendo uma característica própria da contemporaneidade a produção de modos de subjetivação permeados por uma polarização no espectro político. Algo que foi e é bem utilizado por Bolsonaro, que ao “traduzir as diferenças categóricas como norte orientador do processo político, o governo radicaliza a polarização [...]” (Tatagiba, 2021, p. 448).

Essa categorização corresponde em atribuir a indivíduos ou grupos critérios de semelhança, podendo ser legítimas ou criadas, por exemplo, “[...] lugar de nascimento, sexo, situação econômica, ideologia, cor de pele, para citar apenas algumas das mais relevantes na cena política” (Hur & Sabucedo, 2020, p. 25). Os autores dizem que o grupo injustiçado ou ameaçado não se identifica com o todo, “[...] se colocando em marcha a dinâmica do nós contra eles” (Hur & Sabucedo, 2020, p. 25, grifo do autor). Ativando dispositivos de “favoritismo endogrupal e diferenciação intergrupala, que em situações de conflito dão lugar a

vieses negativos e atitudes hostis aos exogrupos [...]” (Hur & Sabucedo, 2020, p. 25). Elemento este introduzido por Bolsonaro no que ele estigmatiza como esquerda.

Segundo Tatagiba (2021, p. 448), na classificação esquerda, entram grupos que ultrapassam o que se chama de esquerda partidária, como, por exemplo, “defensores dos direitos humanos, movimentos populares, feministas, ambientalistas, grupos antirraciais, movimentos populares, sindicalistas, homossexuais, professores universitários, artistas, entre outros.

Então, marcas que serão deixadas por processos de subjetivação firmados nesses parâmetros, só poderão ser melhor analisadas em médio e longo prazo. Pois a tentativa aqui é a de indicar quais os paradigmas estão vigentes até esse instante, lembrando que estamos também no meio do fenômeno. E retomando ao que Gracia (2014, p. 07), nos disse, é impossível ao olho ver a si mesmo, restando apenas a possibilidade de ver uma foto de si. Portanto, o máximo que podemos oferecer com este trabalho no momento, são alguns potenciais problemáticas que esse período histórico tem produzido nos modos de subjetivação de jovens na contemporaneidade brasileira.

3.5 Considerações finais

Apresentamos neste trabalho, a crise no contexto político brasileiro, decorrente sobretudo dos anos de 2013 em diante. Eventos políticos marcados por discursos polarizados, onde a efervescência dos ânimos tomou parte da sociedade brasileira, apontando assim, os possíveis efeitos desta conjuntura nos modos de subjetivação dos sujeitos, sobretudo dos mais jovens. Assim, supomos que os objetivos elencados neste estudo foram alcançados, pois ficou declarado que os processos de subjetivação vinculados ao posicionamento político de jovens entre 16 e 34 anos no contexto brasileiro passam pelo escrutínio das mídias sociais digitais e pelos meios de comunicação de massa (Hur & Sandoval, 2020, p. 135). Além de indicarmos de que como as fakenews podem precarizar a forma de se discutir a política devido a sua composição deletéria e falsa (Empoli, 2020). Sendo o ambiente, o virtual, um dos locais onde as relações de poder Foucault (2019c), tem se manifestado, surgindo disputas acirradas, em muitos casos extremadas, com discursos radicalizados em busca do espaço político no país.

Ficou também descrito alguns fatos no cenário político brasileiro a partir do ano de 2013, tem sido um campo propício para uma convulsão social, dada a insatisfação da população com a conjuntura política do período abarcado. Outro ponto que ficou identificado, corresponde à existência de discursos políticos radicalizados na sociedade contemporânea, algo que tem produzido modos de subjetivação marcados por uma subjetivação polarizada. O que favoreceu a eleição a presidente de Jair Bolsonaro, que em nossa concepção, pode ser um risco para a estabilidade social quanto para as bases democráticas do país. Apontamos também que o meio pelo qual os discursos se reproduzem na conjuntura social, alcançando um grande público, em especial, os jovens, ocorre através das mídias sociais digitais e dos meios de comunicação de massa.

Por fim, gostaríamos de deixar explícito, que a pesquisa apresenta limitações, como, por exemplo, em seus objetivos, que não esgotam toda a temática; o período temporal que abarcou, isto é, delimitando os anos de 2013 até o ano de 2018. Outro ponto a ser levantado é que o trabalho se balizou apenas em referências bibliográficas traduzidas para o português e duas obras em Espanhol. Ainda tem-se o fato de que o trabalho se restringe ao público jovem, que consideramos ser de 16 até 34 anos de idade. Recomendamos assim, que se possa realizar mais pesquisas de cunho empírico e com outras abordagens metodológicas, que venham aferir para além do disponibilizado pela literatura, elementos que possam corroborar ou refutar as formulações aqui expressas.

Referências

- Abbagnano, N. 1.-1. (2012). *Dicionário de Filosofia* (6ª ed.). (1. e. Alfredo Bosi, & r. e. Benedetti, Trans.) São Paulo, SP, Brasil: WMF Martins Fontes.
- Bello, A. (2019). *Origem, Causas e Consequências da Polarização Política (Tese de Doutorado)*. Universidade de Brasília, Programa de Pós-Graduação em Ciências Políticas. Brasília: Instituto de Ciências Políticas.
- Bobbio, N. 1.-2. (2011). *Direita e esquerda: razões e significados de uma distinção política* (3 ed.). (M. A. Nogueira, Trad.) São Paulo, SP, Brasil: Unesp.
- Bobbio, N. (1984/2019). *O futuro da democracia. Uma defesa das regras do jogo* (16 ed.). Rio de Janeiro/São Paulo, Brasil: Paz e Terra.

- Castro, E. (2016). *Vocabulário de Foucault - Um percurso pelos seus temas, conceitos e autores* (2 ed.). (I. M. Xavier, Trad.) Belo Horizonte, MG, Brasil: Autêntica Editora.
- Castro, E. (2018). *Introdução a Foucault* (1 ed.). (B. d. Magalhães, Trad.) Belo Horizonte, MG, Brasil: Autêntica Editora.
- Ciribeli, J. P., & Paiva, V. H. (Jan-jun de 2011). Redes e mídias sociais na internet: realidades e perspectivas de um mundo conectado. *Mediação*, 13(12), 57-74.
- Dias, V. C. (2016). *"Morando na rede": novos modos de constituição de subjetividades de adolescentes nas redes sociais*. Belo Horizonte, MG, Brasil: CRV.
- Dreyfus, H. L., & Rabinow, P. (1984/1995). *Michel Foucault: Uma trajetória filosófica para além do estruturalismo e da hermenêutica*. (V. P. Carrero, Trad.) Rio de Janeiro, RJ, Brasil: Forense Universitária.
- Durozoi, G., & Roussel, A. (1993). *Dicionário de Filosofia*. (M. Appenzeller, Trad.) Campinas, SP, Brasil: Papirus.
- Empoli, G. D. (2020). *Os engenheiros do caos* (1 ed.). (A. Bloch, Trad.) São Paulo, SP, Brasil: Vestígio.
- Ferreira Neto, J. (Novembro de 2017). A Analítica da Subjetivação em Michel Foucault. *Polis e Psique*, 07-25. doi.org/10.22456/2238-152X.76339
- Foucault, M. (1969/2019a). *A Arqueologia do Saber* (8 ed.). (L. F. Neves, Trad.) Rio de Janeiro, RJ, Brasil: Forense Universitária.
- Foucault, M. (1970/2014a). *A ordem do discurso: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970* (24 ed.). (L. d. Sampaio, Trad.) São Paulo, SP, Brasil: Edições Loyola.
- Foucault, M. (1976/2019b). *História da sexualidade I: A vontade de saber* (8 ed.). (M. T. Albuquerque, & J. Guilhaon Albuquerque, Trans.) Rio de Janeiro/São Paulo, Brasil: Paz e Terra.
- Foucault, M. (2015). *Ditos e escritos, volume IV: estratégia, poder-saber* (3 ed.). (V. L. Ribeiro, Trad.) Rio de Janeiro, RJ, Brasil: Forense Universitária.
- Foucault, M. (2017). *Ditos e escritos, volume V: ética, sexualidade, política* (3 ed.). (E. Monteiro, & I. A. Barbosa, Trans.) Rio de Janeiro, RJ, Brasil: Forense Universitária.
- Foucault, M. (1979/2019c). *Microfísica do Poder* (10ª ed.). (R. Machado, Ed.) Rio de Janeiro/São Paulo, Rio de Janeiro, Brasil: Paz e Terra.
- Freitas, A., & Silva, G. P. (Janeiro-Abril de 2019). Das manifestações de 2013 à eleição de 2018 no Brasil: Buscando uma abordagem institucional. *Novos Estudos*, pp. 137-155. Recuperado a partir de <https://www.scielo.br/j/nec/a/kZmgBYXhY6CMvYYLnv7w6yp/abstract/?lang=pt>

- Globo.com (18 de Junho de 2013). G1. *Imprensa internacional destaca manifestações no Brasil*. São Paulo, SP, Brasil. Recuperado a partir de <http://g1.globo.com/mundo/noticia/2013/06/imprensa-internacional-destaca-manifestacoes-no-brasil.html>
- Gracia, T. I. (13 de 06 de 2014). Foucault o la ética y la práctica de la libertad. Dinamitar espejismos y propiciar insumisiones. *Athenea Digital*, p. 14. Fonte: <http://dx.doi.org/10.5565/rev/athenea.1390>
- Heyes, C. J. (2018). Subjetividade e poder. Em D. Taylor, *Michel Foucault: Conceitos fundamentais* (pp. 203-220). Petrópolis: Vozes.
- Hur, D. U., & Sabucedo, J. M. (2020). *Psicologia dos extremismos políticos* (1ª ed.). Petrópolis, Rio de Janeiro, Brasil: Vozes.
- Leite, R. C. (2011). Aportes teóricos para análise política da universidade. *Educação em Revista [online]*, 27(01), 113-128. Recuperado a partir de <https://doi.org/10.1590/S0102-46982011000100006>.
- Machado, R. (2019). Introdução. Em M. Foucault, *Microfísica do poder* (10 ed., pp. 07-34). Rio de Janeiro/São Paulo, Brasil: Paz e Terra.
- Mansano, S. R. (2009). Sujeito, subjetividade e modos de subjetivação na contemporaneidade. *Revista de Psicologia da UNESP*, 8(2), pp. 110-117. Recuperado a partir de <https://seer.assis.unesp.br/index.php/psicologia/article/view/946>
- Melito, L. (18 de 06 de 2013). *Conheça as origens do Movimento Passe Livre - EBC*. Recuperado a partir de <https://www.ebc.com.br/cidadania/2013/06/conheca-as-origens-do-movimento-passe-livre>
- Peduzzi, P. (21 de Maio de 2020). Agência Brasil. *Mapa do Ensino Superior aponta maioria feminina e branca [online]*. Recuperado a partir de <https://agenciabrasil.ebc.com.br/educacao/noticia/2020-05/mapa-do-ensino-superior-aponta-a-para-maioria-feminina-e-branca#:~:text=O%20estudante%20das%20institui%C3%A7%C3%B5es%20de,de%20at%C3%A9%20dois%20sal%C3%A1rios%20m%C3%ADnimos>.
- Recuero, R., & Gruz, A. (mai-ago de 2019). Cascatas de Fake News Políticas: um estudo de caso no Twitter. *Galáxia (São Paulo, online)* (41), 31-47. Recuperado a partir de doi.org/10.1590/1982-25542019239035
- Ruediger, M. A., Martins, R., Luz, M. D., & Grassi, A. (2014). Ação coletiva e polarização na sociedade em rede para uma teoria do conflito no Brasil contemporâneo. *REVISTA BRASILEIRA DE SOCIOLOGIA*, 203-234.
- Sabucedo, J. M., Alzate, M., & Gómez-Román, C. (2020). Extremismo e secessionismo em contextos de crise - O movimento independentista na Catalunha/Espanha. Em J. M. Sabucedo, & D. U. Hur, *Psicologia dos extremismos políticos* (pp. 16-41). Petrópolis, RJ, Brasil: Vozes.

- Santo, M. O., Diniz, E. H., & Ribeiro, M. M. (2016). Movimento passe livre e as manifestações de 2013: A internet nas jornadas de junho. Em J. A. Pinho, *Artefatos digitais para mobilização da sociedade civil: perspectivas para avanço da democracia* (pp. 141-167). Salvador: EDUFBA.
- Severino, A. J. (1941/2016). *Metodologia do trabalho científico* (24 ed.). São Paulo, SP, Brasil: Cortez.
- Tarrow, S. (1997). *El poder en movimiento. Movimientos sociales, acción colectiva y política*. Madrid: Alianza.
- Tatagiba, L. (2021). Desdemocratização, ascensão da extrema direita e repertórios de ação coletiva. Em L. Avritzer, F. Kerche, & M. Marona, *Governo Bolsonaro: retrocesso democrático e degradação política* (pp. 441-452). Belo Horizonte, MG, Brasil: Autêntica.
- Taylor, D. (2018). *Michel Foucault: Conceitos fundamentais*. (D. Taylor, Ed., & F. Creder, Trad.) Petrópolis, RJ, Brasil: Vozes.
- Tavares, R. (2016). *Esquerda e direita: guia histórico para o século XXI*. Rio de Janeiro, RJ, Brasil: Tinta-da-china Brasil.
- Tomazelli, C. T. (31 de Maio de 2020). Estadão. *Apoiadores de Bolsonaro pedem intervenção militar durante manifestação em Brasília* [online]. Brasília, DF, Brasil. Recuperado a partir de <https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,apoiadores-de-bolsonaro-fazem-novo-protesto-em-brasilia,70003320275>

4 DESCONFIANÇAS E IMPLICAÇÕES NO PERCURSO DE UMA PESQUISA: quando é preciso redefinir rotas¹⁷

RESUMO

Nosso intuito neste trabalho de natureza teórico-metodológica é narrar os obstáculos que surgiram na produção da pesquisa de cunho qualitativo intitulada de *Processos de subjetivação e a experiência política de jovens no Brasil*. Bem como, apresentamos os resultados e discussões da pesquisa, esperando assim, que as implicações por nós enfrentadas, possam contribuir com outras pesquisas no campo das ciências humanas, sobretudo para a psicologia social. Muitas vezes esses entraves não estão previstos no projeto que precede a execução do trabalho. Assim, os eventos contingenciais impõem ao pesquisador que repense rotas para dar conta de responder aos objetivos construídos *a priori*. Por fim, constata-se que o pesquisador no campo das ciências antropológicas precisa ser maleável no que corresponde ao fio metodológico por ele construído. Pois se não o for, ficará preso a vieses que o impedirão de contribuir com o campo científico, mostrando ser contraproducente para a essência do fazer científico.

Palavras-chave: Pesquisa; Desconfianças; Artesanato intelectual; Jovens

DISTRUSTS AND IMPLICATIONS FOR A RESEARCH PATH: when it is necessary to redefine routes

ABSTRACT

Our aim in this theoretical-methodological work is to narrate the obstacles that arose in the production of a qualitative research entitled *Subjectivation processes and the political experience of young people in Brazil*. As well, we present the results and discussions of the research, hoping that the implications we face can contribute to other research in the field of human sciences, especially for social psychology. These obstacles are often not foreseen in the project that precedes the execution of the work. Thus, contingency events require the researcher to rethink routes to be able to respond to the objectives constructed *a priori*. Finally, it appears that the researcher in the field of anthropological sciences needs to be flexible in what corresponds to the methodological thread constructed by him. Because if it doesn't, it will be stuck with biases that will prevent it from contributing to the scientific field, proving to be counterproductive to the essence of scientific practice.

Keywords: Search; Distrust; Reset routes;

4.1 Introdução

Se fosse para escolher uma palavra que marcou e representa esta pesquisa, talvez recorresse ao termo, desconfiança. Desde o início, quando ainda estava em fase embrionária, já havia implicações em desenvolver este trabalho. Foi me indicado por uma professora e coordenadora do curso de psicologia onde me formei que o tema seria polêmico e geraria algumas resistências ao longo do caminho, o que se confirmou ao decorrer e execução da pesquisa.

¹⁷ Este artigo será preparado para submissão à revista Psicologia e Sociedade

Nesse sentido, este artigo tem por finalidade narrar sobre algumas eventualidades que apareceram no fazimento de uma pesquisa de natureza qualitativa como a que realizamos. Ao passo que o pesquisador depara-se com circunstâncias que ultrapassam os arranjos por ele pré-estabelecidos. Fazendo-se necessário desse modo, retraçar suas rotas metodológicas para que seja possível a realização do trabalho pretendido. Algo que nortearam as discussões aqui, estão na concepção da pesquisa entendida como um “artesanato intelectual” e como “prática de um ofício” como disposto nas postulações de Charles Wright Mills (1959/2009¹⁸, pp. 21-59).

O artesanato, argumenta Mills (2009, p. 22), tem por núcleo o próprio indivíduo, onde este está envolvido em cada produção intelectual que esteja trabalhando. Ele continua e diz que tem-se em voga de que uma pessoa experiente seria aquela que por ter feito algo no passado, automaticamente isso influencia o presente e define seu êxito no futuro (Mills, 2009, p. 22). Porém, ao se tratar de um pesquisador no campo social, essas atividades aparentemente recíprocas precisam ser melhor avaliadas, tendo em vista a complexidade que se busca abarcar, pois só dessa forma será possível utilizar-se dessa experiência no auxílio reflexivo, e nesse sentido, moldar-se a si próprio como artesão intelectual (Mills, 2009, p. 22).

A partir das considerações de Mills (2009), resolvemos refletir acerca da pesquisa realizada por nós intitulada de *Processos de subjetivação e a experiência políticas de jovens no Brasil*. Tivemos por objetivo no trabalho citado, compreender os processos de subjetivação relacionados à experiência política de jovens no contexto brasileiro. Onde por intermédio de uma pesquisa de campo, buscamos produzir os dados com a aplicação de um questionário *online* e de entrevistas.

Dessa maneira, ao empreendermos narrar, não apenas os resultados e as discussões de nossa pesquisa, mas também os reveses, as desconfiças e as implicações por nós enfrentados no percurso. Supomos poder corroborar, em alguma medida, com outros pesquisadores jovens e inexperientes nesse ofício, como é o caso daquele que vos fala. Ficando apontado, que mesmo traçando uma metodologia *aprioristicamente*, isso não inibe de aparecer contingências que não poderiam ser previstas no projeto antes de sua execução. Mas

¹⁸ A primeira data indica o ano de publicação original da obra e a segunda data indica a edição consultada pelo o autor que só será pontuada na primeira citação da obra no texto. Nas seguintes será registrada apenas a data de (2019) que se refere ao ano de publicação da obra consultada.

que isso não é um impeditivo para que o trabalho ocorra, sendo apenas, enfrentamentos que devem produzir reflexão e maleabilidade no pesquisador ao que concerne suas concepções teórico-metodológicas. O que leva o pesquisador a ter que redirecionar seu trabalho por rotas alternativas. Sendo isso, parte constituinte de seu artesanato intelectual, como bem salientado por Mills (2009).

4.2 Desconfianças no percurso da pesquisa

Primeira desconfiança: Questões teórico-metodológicas

A primeira desconfiança enfrentada na tessitura deste trabalho foi de cunho epistemológico. Isto porque entrei no programa de pós-graduação em psicologia com certas restrições conceituais, algo que implicaria em demarcações teórico-metodológicos muito diversificadas para a compreensão do objeto a ser analisado. A princípio pensava em imergir na pesquisa pelas lentes da psicanálise, quando me foi apresentado pela banca em uma das etapas de avaliação, a opção de rever o repertório teórico para tornar exequível aquele, até então, pré-projeto de pesquisa. Algo que causou apreensão no início, mas que me dispus a aceitar o desafio.

Contudo, logo no início do trajeto foi se desfazendo as angústias, isto porque minha orientadora sugeriu uma aproximação dos textos de Michel Foucault (1926-1984). Para analisar por intermédio das proposições do filósofo francês a possibilidade de se trabalhar o problema de pesquisa. Comecei então, a leitura e tomar notas de algumas obras como: *A hermenêutica do sujeito*, *Vigiar e punir*, *A ordem do discurso*, *Arqueologia do saber*, *Microfísica do poder*, *História da sexualidade*, *Ditos e escritos IV* e *Ditos e escritos V*, *Subjetividade e verdade*, *Governo de si e dos outros*, *Do governo dos vivos*, dentre outras. Além de recorrer a comentadores do autor. Obras que foram se revelando em ferramentas e repertório para o desenvolvimento da pesquisa, tornando-a factível. Essa imersão e tomadas de nota estão em consonância com o que apresenta Mills (2009), ao falar da pesquisa como a prática de um ofício, isto é, onde o pesquisador vai construindo a manutenção de um arquivo que torna-se gradualmente em sua produção intelectual (p.26).

Sendo assim, a primeira desconfiança se mostra de cunho pessoal, ocorrendo por estar diante de conceitos inexplorados por mim até então. O que se mostrou fator preponderante em descortinar algumas questões nebulosas para alguém não iniciado no pensamento foucaultiano, como era meu caso. Mas ao rearranjar um sistema de arquivos, especialmente de autores que não tinham proximidade, estava em processo de alargamento da imaginação Mills (2009, p. 28), algo que se destacou frutífero no percurso de reflexão e escrita da pesquisa.

Segunda desconfiança: pares na academia

A segunda desconfiança se desencadeou com os pares na academia. Isso ficou constatado quando em determinados momentos foi possível observar certos tensionamentos nas perguntas dos colegas durante a apresentação de um seminário que se deu no cumprimento de créditos obrigatórios no segundo semestre de 2020 na disciplina de “Estudos especiais orientados II”.

Ao terminar a apresentação, um dos colegas se dirigiu a mim com a seguinte indagação:

Qual é o seu posicionamento na pesquisa?

Aquele que ler o presente trabalho e tiver conhecimento de como ocorrem pesquisas na área de ciências humanas, poderá supor que a pergunta foi pertinente, uma vez que em nosso campo de estudo, é quase consenso a concepção de não haver possibilidade em desvincular a subjetividade do pesquisador da pesquisa a qual se está realizando. Contudo, cabe perguntar: Se não é possível haver essa ruptura entre a subjetividade do investigador e o seu trabalho, tendo o colega acesso a essa composição textual, bem como, da verbal durante minha exposição, de qual posicionamento estava exigindo maiores esclarecimentos? Em minha avaliação, a tonalidade em que isso ocorreu, denunciava implicitamente, de uma forma quase inquisitorial, que deixasse explícito de qual lado estou na disputa política instaurada no país.

O que se confirma em outro momento, quando uma colega fez a seguinte sugestão:

Acredito que você poderia citar autores de esquerda, pois notei a falta disso em seu texto.

Ao observar o alvitre de minha nobre colega, acredito em primeiro lugar, não se deve estereotipar arbitrariamente a posição de determinados autores ou mesmo qualquer outra pessoa dentro das perspectivas genéricas de cunho político-partidário. Principalmente em um país multipartidário como é o caso brasileiro no campo político. Todavia, cabe ressaltar, que no corpo teórico cito autores como o cientista político Norberto Bobbio (1909-2004), que em seu livro *Direita e Esquerda: razões e significados de uma distinção política*, se autodeclara de esquerda, o que pode ser constatado no trecho a seguir:

Ainda que eu me considere emotivamente de esquerda, como afirmei no último capítulo (que contrariamente às minhas intenções, acabou por fazer que meu livro fosse entendido como um manifesto eleitoral), a análise que busquei realizar prescinde completamente de juízos de valor (Bobbio, 2011, p. 39, grifos do autor).

Além de Bobbio (1909-2004), o aporte teórico central utilizado neste trabalho é do filósofo francês Michel Foucault (1926-1984), cujos pensamentos são considerados, se não por ele próprio, por terceiros, pertencentes em dados momentos à esquerda política. O que pode ser visto nessa afirmação do filósofo inglês Roger Scruton (2020, p. 142, grifos do autor), ao dizer: "Identifico Foucault como importante pensador da Nova Esquerda, mas devo dizer que sua posição política mudava constantemente e ele sempre ficava satisfeito em rejeitar qualquer rótulo conveniente".

Com isso, mais uma vez pergunto: Qual o posicionamento e ideologia política que meus pares esperavam encontrar nas páginas desta pesquisa? Quais autores gostariam que estivessem na construção do texto? E se minhas concepções políticas não estiverem em consonância com a deles, qual seria o problema? Perceba como automaticamente a discussão é reduzida ao espectro político partidário e logo é abandonada a proposta da pesquisa em si, ou seja, compreender a experiência política dos jovens brasileiros.

É preciso abrir um parênteses neste ponto e deixar registrado, que é compreensível a inquietude de algumas pessoas ao se tocar no assunto político nos últimos tempos. Pois, vale ressaltar que as ciências humanas sempre estiveram relegadas a um lugar de "ciência militante", mas a desqualificação da ciência e os cortes experimentados nas políticas científicas desde 2016 têm tornado o cenário nefasto. As ciências humanas, mais do que

outras grandes áreas do conhecimento estão sob intensa vigilância. Um estado de paranoia e uma desconfiança por sua própria trajetória. Mas fechando o parêntese, acreditamos não poder se anular o conteúdo discursivo em torno do assunto, pois como bem expressou Foucault (2014a, p. 09), o um discurso pode não aparentar relevância, mas logo fica manifesto em suas interdições que surgem pelo confronto, sua conexão com o desejo de poder.

Por fim, cogitamos que esse desafio apareça como um dado que colabora com nossa tese, ou seja, que os modos de subjetivação no campo político têm sido marcados por pensamentos e discursos radicalizados, mas não apenas dos alunos de graduação, como também daqueles inseridos na pós-graduação. Discursos estes que visam classificar e limitar as pessoas e tudo quanto estas façam ao binarismo da narrativa política presente na atualidade. Não temos elementos suficientes nos argumentos até aqui dissertados que venham corroborar para uma afirmativa categórica, até porque nosso sujeito de pesquisa, são da graduação, mas podem ter indicativos para futuras pesquisas que sustentem este prelúdio no que se refere a generalizações no que tange os assuntos políticos.

Terceira desconfiança: Comitê de Ética em Pesquisas com seres humanos (CEP)

Talvez a mais difícil desconfiança enfrentada nesta pesquisa, decorreu na busca da aprovação para a realização da mesma por parte do Comitê de Ética em Pesquisas com Seres Humanos (CEP). Este se mostrou o mais complicado pelo indubitável e conciso motivo, se não houvesse a aprovação por parte do órgão responsável, logo não haveria pesquisa. Pode figurar uma hipérbole argumentativa, mas ao receber o primeiro parecer (vide anexo E), isto se tornou uma iminente possibilidade.

Algumas implicações que foram trazidas à tona pelo (CEP), apresentaram-se um tanto quanto atípicas, como, por exemplo, na 3ª pendência da primeira versão enviada que dizia: “Se existir riscos que impliquem em necessidade de atendimento psicológico, detalhar como isso será encaminhado, de forma clara e objetiva: para onde serão direcionados e se será de forma gratuita ou não (SUS?)”. Esse quesito estava implícito ao dizermos no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), (vide anexo B), o seguinte: Mais uma vez reforçamos que sua participação é importante e voluntária. Você não terá nenhum gasto e

também não receberá nenhum pagamento por participar desse estudo. Com isso, tanto o seu deslocamento como quaisquer outros gastos serão de responsabilidade do pesquisador.

Quando dissemos que não haveria “[...] quaisquer outros gastos serão de responsabilidade do pesquisador”, já seria um indicativo dessa questão levantada pelo Comitê. Ou seja, toda implicação que o participante fosse acometido, estaria a cargo do pesquisador responsável arcar financeiramente com tais prerrogativas.

Além do mais, havíamos descrito que os riscos para a participação seriam mínimos, levando em consideração que na primeira etapa se tratava de um questionário online, e na segunda de uma entrevista realizada individualmente. Tendo em vista a perspectiva por nós abordada dentro da temática política, não havia perguntas com grandes possibilidades de desencadear sofrimentos mentais a ponto de gerar essa desconfiança.

Isso nos deixou um pouco apreensivos e pensativos na busca de compreender o que estava contido nas perguntas do questionário (vide anexo C), e da entrevista (vide anexo D), que suscitou desconfianças no parecerista. Porquê seria de grande teor emocional ou traumático alguém responder qual é a sua preferência política ou em qual curso está matriculado? Quanto é a renda per capita da sua casa? Se estuda em uma instituição pública ou privada? Como a universidade contribui para o seu posicionamento político? Consideramos ao analisarmos a situação, que a resposta mais plausível é que não - como psicólogos concluímos que não seria de forte proporção emocional tais perguntas realizadas no questionário.

Mas acreditamos que na verdade o que provocou as desconfianças, foi o tema da pesquisa, isto é, as impressões que o assunto político tem desencadeado nas relações da população brasileira. Os modos de subjetivação correspondentes a temática política, tem despertado tensões nas relações em todas as esferas sociais, manifestando-se em alguns momentos de maneira transparente e explícita, sendo de fácil constatação. Não obstante, em outros, isso emerge de forma transfigurada e velada.

Assim sendo, esse desafio enfrentado com o Comitê de Ética em Pesquisas com Seres Humanos (CEP), pode aparecer como mais um aspecto para se pensar o que tem permeado os modos de subjetivação estabelecidos no contexto brasileiro nos últimos anos. Pois como estamos imersos na presente conjuntura histórica, não conseguimos ainda dimensionar quais

repercussões podem estar sendo produzidas sobre as subjetividades da população brasileira. Mas se ainda não conseguimos equalizar tais efeitos, ao menos devemos buscar reavaliar a forma de conduta ligada ao campo político. Isso porque, em nosso entendimento, trata-se de uma questão ética do fazer cívico e científico.

Quarta desconfiança: acadêmicos

Outra desconfiança enfrentada no tecimento do trabalho foram os acadêmicos. Nomeio de acadêmicos, especificamente àqueles e àquelas que são pesquisadores, professores vinculados aos programas de pós-graduação e também os coordenadores de curso superior, ou seja, que são profissionais da área. Esse público se tornou um desafio, quando ao entrar em contato com alguns pedindo auxílio no envio do questionário *online* para seus respectivos grupos e círculos próximos, obtive respostas positivas de alguns, ao passo que outros colocaram empecilhos do tipo: “entre em contato com a coordenação”, “envie um e-mail para a secretaria da universidade”. O que a princípio pode parecer normal, dada a burocracia e os trâmites ético-políticos estabelecidos por determinadas instituições.

Mas uma resposta especificamente chamou nossa atenção, sendo emblemático para avaliarmos se eram apenas questões burocráticas que estavam em voga. Assim, selecionamos alguns trechos do diálogo, transcrevemos preservando a identidade da pessoa com quem conversamos, assim observe a troca de mensagens a seguir:

Convite para os participantes

Olá! Você está matriculado em algum curso de nível superior, de qualquer área, a partir do 3º período? Poderia responder a um questionário breve sobre a construção das escolhas políticas durante a formação Universitária? Preencher o formulário durará aproximadamente 15 minutos e suas respostas serão tratadas de forma absolutamente confidencial. Meu nome é Diêgo Alves Fernandes e gostaria de contar com sua colaboração na minha pesquisa de Mestrado em Psicologia. Contribua para o conhecimento científico sobre como ocorre nossas escolhas políticas durante o período de formação superior. Basta acessar o link: <https://forms.gle/GaKCKt3QvqUGJYuM8>

Pedido:

Boa tarde professor (a) ..., tudo bem?! Me chamo Fulano de tal e participei do curso de extensão que você ofereceu sobre família. Esse é o questionário da minha pesquisa de

mestrado. Seria possível você divulgar em seus canais para que os alunos de graduação pudessem responder, por favor?

Resposta do professor (a):

Oi Fulano de tal. Você pode, (sic) vc mesmo, colocar no grupo do curso de extensão que você frequentou. Ainda não desfizemos os grupos de Whatsapp; só o faremos depois do Quinto Encontro do...

Pesquisador:

Entendo, mas no grupo tem alunos de graduação? Porque a pesquisa é direcionada a esse público.

Resposta do professor (a):

-Não posso te garantir. As turmas são diversificadas.... Mas dei uma olhada no seu questionário e no tema da sua pesquisa. Gostaria de te pedir para retirar a postagem do grupo dos Assuntos de Família. Em suma; a discussão dessas extensões é acadêmica e não política. Então, por favor, apague a postagem que eu havia te autorizado a fazer. Não vamos misturar as coisas.... Com certeza você tem outros espaços nos quais aplicar seu questionário.

Pesquisador:

Ok...

Desculpe professor (a), mas não entendi o porquê disso. O questionário é de uma pesquisa acadêmica, não é visando questões políticas partidárias, mas sim, em como a formação superior interfere nesse processo do ponto de vista subjetivo. Contudo, respeito o seu pedido, o qual já foi atendido. Abraços e boa tarde!!!

O que será que mudou, pois antes de ler o questionário, a pessoa responsável pelo curso de extensão e consequentemente pelo grupo de *Whatsapp*, havia permitido a divulgação do questionário, mas ao entrar em contato com a temática voltou atrás. Perceba esse trecho da resposta: “*Em suma, a discussão dessas extensões é acadêmica e não política*”. Devo destacar que essas mensagens não foram trocadas com uma pessoa sem formação, pelo contrário, é alguém que passou por todos os níveis da educação formal, desde a graduação até o pós-doutorado. Portanto, não se trata de uma alguém que não saiba do que está falando ao se referir a questões acadêmicas.

Com isso, uma pesquisa de mestrado que aborda o tema política, não seria acadêmica? Sim, é acadêmica! Mas o fulcro da problemática está contido no gênero da pesquisa em si e não em qualquer outra particularidade. Isto pode ser identificado nessa parte da resposta:

Dei uma olhada no seu questionário e no tema da sua pesquisa. Gostaria de te pedir para retirar a postagem do grupo [...].

Dessa maneira, salta aos olhos quando o assunto é política, a negação do diálogo presente na atualidade. A cada desconfiança enfrentada na confecção da pesquisa foi sendo reforçada nossas suspeitas iniciais, ou seja, que em todos os níveis da esfera social no contexto brasileiro, têm havido cada vez menos possibilidades de diálogos quando o assunto suscitado é política.

Ao passo que em nossa interpretação, isso começa a representar uma disfunção dialógica na contemporaneidade. Disfunção essa não decorrente dos contrastantes presentes nos embates políticos, porque é da própria natureza política que assim seja em todos os tempos (Bobbio, 2011). Mas no que corresponde à busca de manter-se uma viabilidade mínima do diálogo nas relações interpessoais. Para que se possa minimamente ocorrer resoluções de conflitos nas questões sociais e comuns no conjunto da *polis*¹⁹ (Durozoi & Roussel, 1993, p. 373). Para que isso ocorra de maneira operacional na práxis, é necessário que os atores políticos sejam transigentes ao entrarem em contato com o contraditório, podendo a partir disso, chegarem a uma síntese, fruto do posicionamento dialético²⁰ por eles expressado.

Assim, se o *modus operandi* da sociedade, resumir-se em interromper os diálogos todas as vezes que a temática política for proposta. Supomos que gradualmente esteja sendo esvaziada a própria concepção de política, tornando quimérica qualquer tipo de convivência em sociedade nas suas mais diversas contradições. Onde em grande medida as pessoas estarão se relacionando exclusivamente com quem tem o pensamento consonante, e reduzindo de seu ciclo qualquer ideia dissonante.

¹⁹ O sentido etimológico grego, *polis*, refere-se ao que entendemos no português pelo termo cidade (Durozoi e Roussel, 1993).

²⁰ A dialética é tomada aqui como síntese dos opostos, elaborado pelo idealismo romântico, em particular por Hegel (Abbagnano, 2012, p. 318).

Quinta desconfiança: os sujeitos de pesquisa

Diante dos acontecimentos nos últimos oito anos no campo político brasileiro, fiquei intrigado e me dispus a pesquisar sobre o assunto, tendo como sujeitos de investigação os jovens brasileiros. Inicialmente ainda na graduação, produzi um artigo discutindo a temática, mas não fiquei satisfeito com os levantamentos que realizei naquele momento. Assim, cheguei no mestrado com a proposta de continuar o que havia começado no curso de psicologia, mas com a perspectiva de alcançar resultados mais satisfatórios dos que havia obtido na empreitada anterior; porém, não saiu exatamente como o planejado.

Alguns dos motivos, foram as questões epistemológicas já descritas anteriormente, algo superado no percurso. Outras estão relacionadas às contingências advindas com a pandemia da Covid-19. Mas acima de tudo, a baixa aderência dos sujeitos de pesquisa para a construção dos dados foi um dos quesitos que marcou de maneira mais acentuada a investigação.

A quinta e última desconfiança, talvez seja a que mais gerou descontentamento e reflexão. Pois nesse ponto, trata-se do núcleo do trabalho, ou seja, onde se encontra a construção dos dados de pesquisa. Sem os sujeitos aceitando participar das etapas da pesquisa, automaticamente estão reduzidas as probabilidades e possibilidades de chegarmos a considerações de maior consistência ao que nos propomos investigar, isto é, compreender os modos de subjetivação que são preponderantes na escolha política de estudantes no percurso de sua formação universitária. Ao passo que foi necessário, modificar o foco e ampliar para a experiência política dos jovens no contexto brasileiro. Pois o público pretendido não foi alcançado como antes havíamos cogitado que seria.

Pesquisas na área de ciências humanas possuem muitos imprevistos pela evidente razão de estarmos lhe dando com o ineditismo que os seres humanos podem proporcionar com mudanças de comportamento, reconfiguração de rotinas, de hábitos e até mesmo na forma de pensar. Porém, devemos confessar que houve demasiada surpresa com a baixa receptividade, pois como indicado em outro momento, é pela via da internet que pessoas próximas aos 30 anos estão se socializando politicamente (Hur & Sandoval, 2020). Além do quê, tem ficado evidente que os assuntos políticos têm sido pauta nas discussões dos brasileiros

nos últimos anos e os maiores meios de buscar informações sobre o assunto são a TV e a internet (Stabile & Bülow, 2021, p. 484).

Então, esta desconfiança por parte dos sujeitos de pesquisa seria um “não dado”, que na verdade configura-se como um dos elementos constitutivos do não diálogo quando o assunto é política, algo destacado por nós no segundo artigo *Discurso político polarizado e seus efeitos nos modos de subjetivação de estudantes universitários no brasil*. Evidentemente não ser possível aferir disto, pelo menos nos moldes propostos pelo formato comum em pesquisas, uma construção de dados empíricos que cheguem a um peremptório método de indução; para que se possa a partir disso, realizar qualquer tipo de generalização, inclusive a afirmação que acabamos de fazer. Mas cogitamos, que levando em conta todo o material teórico construído somado aos dados, mesmo que seja por inferência, seria possível ao menos aludir que algumas informações aqui construídas possuem relevância para a área da psicologia social.

Mesmo se as hipóteses teóricas não forem corroboradas, desconsiderar o silogismo aqui apresentado seria um equívoco, uma vez que, não são todas as pesquisas de cunho qualitativo que respondem a finalidades nesses parâmetros. Isto porque se pode, a partir de trabalho, retirar questões com “[...] objetivos práticos que não a eximem (sic) da produção de ideias e do desenvolvimento de modelos de inteligibilidade em relação à questão pesquisada” (González-Rey, 2017, p. 11). Com isso, queremos dizer que pode-se extrair deste trabalho, ferramentas e dados que contribuam em outro momento para o entendimento do objeto de pesquisa aqui investigado, algo relevante para outros empreendimentos em futuros estudos envolvendo o tema proposto.

Isto posto, como entender então as complexidades do tema escolhido se as subjetividades que contém as respostas que procurávamos não estão disponíveis em grande quantidade para a análise? De que modo desvelar quais dispositivos estão presentes na conjuntura brasileira que corrobora para entendermos a experiência política dos jovens? Assim, o que nos resta é de fato aprofundar nos preceitos qualitativos que a nós foi concedido e abandonar qualquer perspectiva quantitativa que possamos em algum momento ter almejado. Porém, isso não mostra-se como um problema incontornável, uma vez que a

natureza da pesquisa é qualitativa. Mas é inegável que ocorreu certo revés no fato de não conseguirmos alcançar o público preterido.

Logo, as questões contingenciais foram determinantes para nos conduzir até aqui e indicar o quanto pesquisas elaboradas no campo das ciências antropológicas são indiscutivelmente interdependentes de eventos que escapam ao planejamento contido no delineamento metodológico e teoria empregada *aprioristicamente* à construção dos dados empíricos. O que deixa notabilizado o quanto o pesquisador precisa ser maleável e desprendido da rigidez ao que concerne suas premissas para que a execução de seu trabalho seja viabilizada. Caso contrário, ficará somente no papel suas pretensões que ao entrar em contato com o campo, demonstram o quanto essas podem não estar em conexão com suas hipóteses.

4.3 Resultados e discussão da pesquisa

4.3.1 Materiais e métodos utilizados no questionário online

No primeiro momento do trabalho elaboramos um questionário *online* utilizando um modelo de formulário disponibilizado pelo *Google Docs*. O questionário foi divulgado na internet por meio de mídias sociais digitais como, *Facebook*, *Whatsapp*, *Instagram* e *Twitter*. O questionário ficou disponível para o público responder durante o período de pouco mais de 2 meses, começando em 21 de novembro de 2020 e encerrando a possibilidade de respostas em 25 de janeiro de 2021. Sendo concedida a última resposta no dia 02 de dezembro de 2020.

Para a primeira etapa da pesquisa havíamos cogitado a princípio um número de 400 respondentes, amostra que proporciona o coeficiente levando em consideração a população brasileira. Aqui surgiu um dado interessante, pois em mais de um mês da divulgação do questionário por nossos perfis pessoais do *Facebook*, com mais de 1200 pessoas, outro perfil na mesma plataforma com mais de 4000 mil pessoas, sendo muitos destes estudantes de cursos superiores, professores e coordenadores de cursos universitários. Além da divulgação pelo *Whatsapp*, com vários contatos dentro da academia, participando de muitos grupos contendo esse público. Também foi enviado para vários perfis estudantis por meio do *direct* do *Instagram*. Com todas as tentativas pelas vias citadas, obtivemos 37 respondentes, número que ficou abaixo de 10% do planejado.

Todavia ao analisarmos a conjuntura em que a pesquisa estava sendo produzida, chegamos a conclusão que o desenho metodológico selecionado *a posteriori* era o possível dada as circunstâncias. Isto porque uma vez que as aulas presenciais haviam sido canceladas, como alcançar o público universitário se não por intermédio das mídias sociais digitais? Como ter acesso a um grande número de estudantes que não se encontravam nos espaços acadêmicos para que pudéssemos os abordar convidando a participar da pesquisa? Mas houve um fortalecimento por adotar essa estratégia após depararmos durante o levantamento bibliográfico com o apontamento feito por Hur e Sandoval (2020), ao dizerem que os jovens próximos dos 30 anos não realizam sua socialização política pelos canais do tipo grêmios estudantis e semelhantes, mas sim, por meio da internet e veículos da mídia de massa como Rádio e Tv.

Assim, ao optarmos pela divulgação do questionário pelas mídias digitais por intermédio da internet, tal como, *Facebook, Instagram, Whatsapp, Twitter*, consideramos ser uma escolha acertada, pois sendo esses os locais de maior trânsito do público estudantil em busca de socialização política Hur e Sandoval (2020, p. 135) e da maioria dos brasileiros em busca por informações políticas Stabile e Bülow (2021, p. 484), nada mais eficiente que transmitir por esses canais o questionário de pesquisa.

Mas então, como explicar apenas os 37 respondentes do questionário? Será que o algoritmo não fez com que o questionário chegasse a esse público? O interesse do público universitário e jovem ao que corresponde à política encontra-se apenas na esfera dos embates e confrontos? A pandemia está sendo um fator novo que modificou os modos de subjetivação a tal ponto de o assunto político não estar mais em voga? Ou na verdade, o que há é uma despolitização e desinteresse desse público pelos os assuntos em torno do debate político, conforme dito por Baquero e Moraes (2014, p. 69). Estas são perguntas difíceis de serem respondidas, uma vez que o que obtivemos foi mais um “não dado”, em detrimento de farto material para analisarmos.

4.3.2 Demonstração e discussão dos dados da aplicação do questionário

A metodologia empregada nesta pesquisa sofreu deslocamentos ao longo do percurso, decorrentes de algumas razões, dentre as quais, alinhamentos teóricos entre pesquisador e orientador (a), devido a pandemia da Covid-19. *A priori* quando ainda estava disposto no formato de projeto, havíamos estabelecido que nos dirigíamos até os campus universitários abordando os estudantes e convidando-os a participar da pesquisa. Algo que automaticamente teve que ser repensado uma vez que as aulas presenciais foram todas suspensas por causa da pandemia. Como destacado na metodologia da pesquisa, recorremos à análise de conteúdo para a aferição dos dados, onde elencamos algumas categorias de análise, como pode ser acompanhado na figura abaixo:

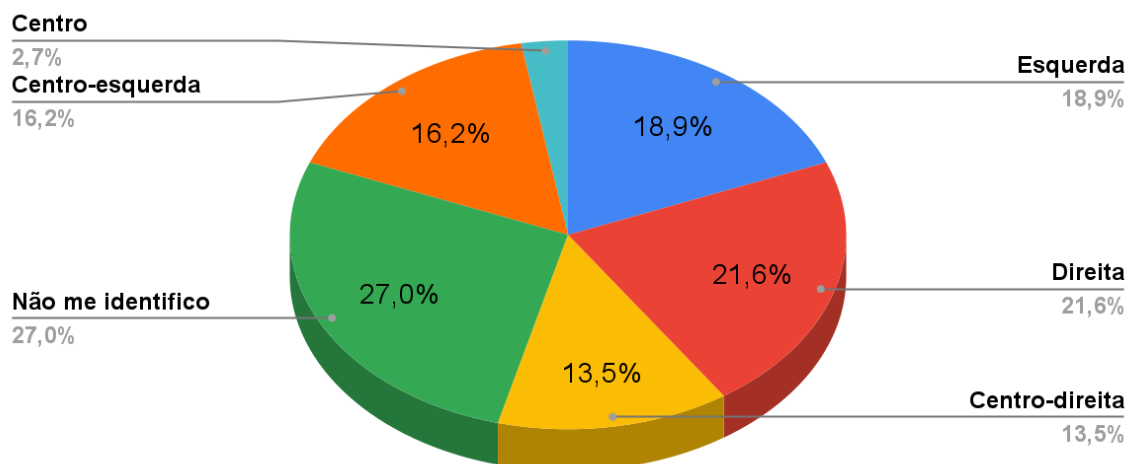
Essas categorias foram elaboradas após a construção dos dados via questionário. A partir disso, transformamos em porcentagem o número dos respondentes dentro de cada categoria escolhida em consonância com os objetivos do trabalho. O intuito desta escolha, decorre da busca de agregarmos todas as categorias de maneira organizada e didática para realizarmos as análises e descrevê-las agrupadas. Ressaltando apenas, que não se trata de um levantamento quantitativo, uma vez que não termos atingimos o coeficiente necessário que seria de 400 pessoas, mas visamos uma interpretação qualitativa somada aos dados advindos das entrevistas na segunda etapa do trabalho.

Com isso, a primeira categoria elencada corresponde a posição política dos participantes no questionário, isso para podermos ponderar sobre alguns pontos importantes envolvendo a subjetivação política dos estudantes, como pode ser visto na figura 03 a seguir:

Figura 03:

Resultado das respostas acerca da subjetividade dos jovens relacionado a posição político-partidária

POSIÇÃO POLÍTICO-PARTIDÁRIA DOS ESTUDANTES



Fonte: Elaborado pelo autor

Como pode ser observado na figura 03, ao serem perguntados em qual espectro político-partidário se localizam, 21,6% dos estudantes declararam-se de direita, outros 18,9% disseram ser de esquerda; já os que responderam ser de centro-direita, somam 13,5% e outros 16,2% apontaram se identificar com a centro-esquerda; por último, 27% dos respondentes manifestaram não se identificar em nenhum campo político-partidário. Cabe ressaltar, que ao serem perguntados se possuem ou não ligação com algum partido político, dos 37 participantes, apenas um respondeu ter ligação com o Partido dos Trabalhadores (PT).

Salientamos que ao tentarmos compreender os processos de subjetivação no que diz respeito ao âmbito político, não foi intenção reduzir a discussão a elementos ideológicos presentes na política-partidária. Mas supomos que estes podem evidenciar algumas questões em torno da subjetividade e da cosmovisão política dos estudantes que ultrapassem o estatuto partidário. Visto que segundo Bobbio (2011, p. 51), as concepções de esquerda-direita “[...] indicam programas contrapostos com relação a diversos problemas cuja solução pertence a política, contrastes não só de ideias, mas também de valorações a respeito da direção a ser seguida pela sociedade [...]”.

Tavares (2016, p. 36), explica que “direita e esquerda não são apenas ideologias um tanto quanto fixas, [...] mas também têm uma expressão social, tática e estratégica. A esquerda e a direita podem ser, em simultâneo ou sucessivamente, uma forma de estar na sociedade e na cultura [...]”. Nesta linha, a título de exemplo, ao pensarmos nos discursos político-partidários vigentes nos últimos anos, enunciados em torno de assuntos como aborto, descriminalização das drogas, posse de armas, temas de gênero e racismo estiveram presentes na sociedade, quer na voz de políticos profissionais, quer por agentes da sociedade civil, dentre os quais, estudantes universitários.

Partindo dessa premissa, ou seja, de entendermos em qual parte do binômio direita-esquerda do discurso político-partidário se localizam os universitários, podemos começar a estabelecer alguns parâmetros de análise. Isso porque ao se identificarem com pautas desses grupos, infere-se que em alguma medida, quer seja em parte ou em sua totalidade, esses estudantes compartilham dos discursos ideológicos defendido pelos agentes políticos, manifestando assim as relações de poder indicadas por Foucault (2019b). Além disso, como sustentado por Foucault (2014a), em sua aula inaugural no *Collège de France*:

Por mais que um discurso seja aparentemente bem pouca coisa, as interdições que o atingem revelam, logo, rapidamente, sua ligação com o desejo e com o poder. Nisto não há nada de espantoso, visto que o discurso - como a psicanálise nos mostrou - não é simplesmente aquilo que manifesta (ou oculta) o desejo; e visto que - isto a história não cessa de nos ensinar - o discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou sistemas de dominação, mas aquilo porque, pelo que se luta, o poder do qual nos queremos apoderar (Foucault, 2014a, pp. 09-10, grifos do autor).

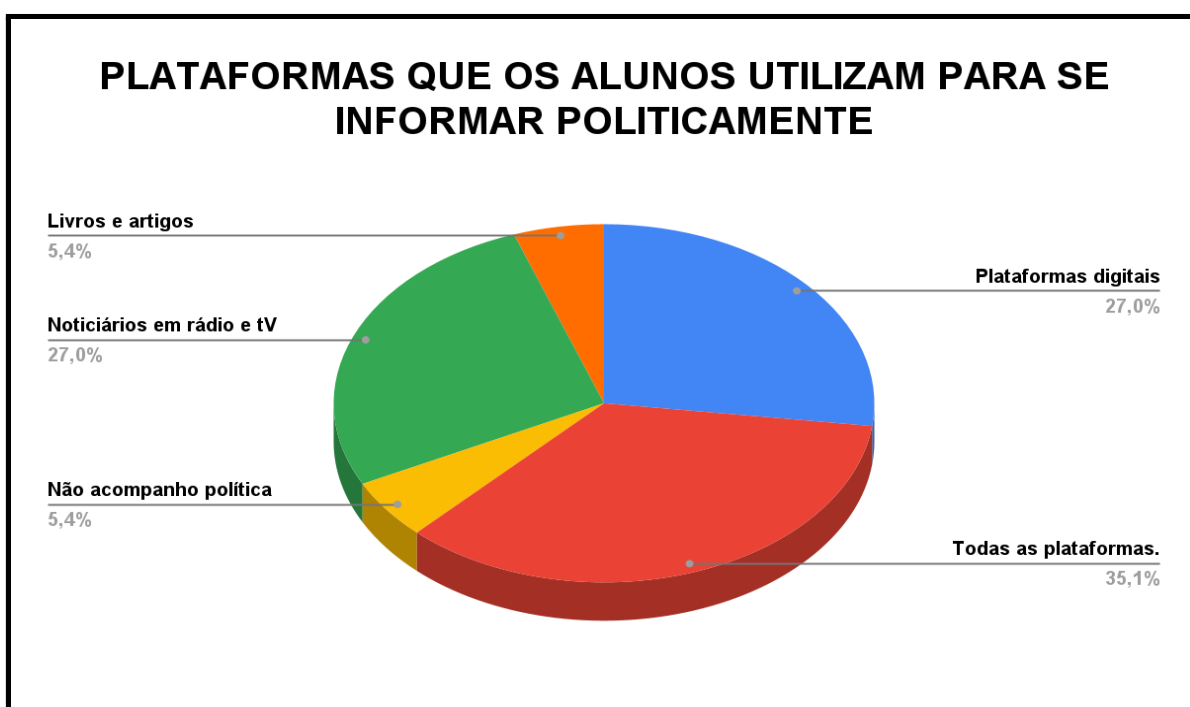
Dessa forma, o que está de fato em voga ao se identificarem com tais manifestações discursivas político-partidárias, é a disputa estabelecida nas relações de poder, onde o grupo, o discurso e as ideias defendidas pelo sujeito é que devem prevalecer em detrimento daqueles que possuem um pensamento contrastante.

Não é acidental escolhermos os pólos antagônicos para apontar essa descrição, isto é, direita e esquerda - isso decorre por considerarmos os demais posicionamentos, ou seja, centro, centro-direita ou centro esquerda, contendo pessoas com maior grau de aceitação de discordâncias no campo político. Obviamente que isto não é uma regra, mas pela própria opção de se afastar da díade, direita-esquerda, podemos inferir que subjetivamente esses sujeitos não são adeptos aos extremos políticos. Bobbio (2011, pp. 11-12), alerta que tanto a

direita, quanto a esquerda política, tendem a ver o centro como pertencente ao seu oposto e não como ala moderada. Assim transparece que as relações de poder são mais acirradas entre os que se colocam em algum ponto dos pólos.

Figura 04

Resultado das respostas no que corresponde a forma de obtenção de informação e socialização política dos estudantes



Fonte: Elaborado pelo autor

A figura 04 mostra a plataforma utilizada pelos estudantes para a obtenção de informações e socialização política, onde 27% responderam se informar por meio de plataformas digitais, do tipo, *Instagram*, *Whatsapp*, *Facebook* e semelhantes. Outros 27% alegam se informar através dos noticiários de rádio e TV. Aqueles que buscam se inteirar politicamente por meio de livros e artigos totalizam 5,4%. Já 35,1% dizem que acompanham política por todas as plataformas disponíveis, os 5,4% restantes, afirmam não se informar politicamente por nenhuma plataforma. Assim, os que informam-se por rádio e TV, mídias digitais e todas as plataformas, totalizam 89,1% dos respondentes.

Esses dados estão em certa medida em conformidade com o que nos diz Stabile e Bülow (2021), ao afirmarem que “os meios tradicionais (em especial, televisão) têm se mantido como relevantes fontes de informação política ao longo do tempo” (p. 484, grifos dos autores). Eles continuam e dizem que uma pesquisa de opinião realizada pelo Senado Federal em 2009, apontou que 67% dos participantes tinham como fonte central de informação política a TV, em segundo lugar despontou a internet com 19% (Stabile & Bülow, 2021, p. 484). Após dez anos da pesquisa, ou seja, em 2019, ao se contrastar os mesmos dispositivos, excluindo apenas aqueles que disseram não se informar politicamente, constatou-se que a televisão continua em 1º lugar com 53%, estando a internet em 2º lugar com 33% das pessoas dizendo se informarem por esse meio politicamente (Stabile & Bülow, 2021, p. 484)

Relacionamos esses dados com a idade dos participantes, dentro do universo dos 37 respondentes do questionário, 48,7% estão entre 18-24 anos, isto é, 18 pessoas, sendo esse grupo a maioria. Já entre os 25-39 anos, somam o total de 40,5%, ou seja, 15 pessoas. Por fim, entre os 40-59 anos, 10,8%, sendo 04 pessoas, ficando este como perfil minoritário entre os participantes. Nenhum dos sujeitos ultrapassaram 60 anos de idade. Isso relacionado a faixa etária da maioria dos estudantes universitários brasileiros na atualidade como indicado por Peduzzi (2020), que consiste em alunos entre 19 e 24 anos matriculados em instituições públicas é de 59,2% dos estudantes. Nas universidades privadas essa média cai um pouco dentro da mesma faixa etária, que é de 53,7%, e de 25 e 29 anos é de 18,0% (Peduzzi, 2020).

Assim, nas instituições privadas os estudantes abaixo dos 30 anos somam um total de 71,7%, e nas universidades públicas próximo dos 60%. Esses resultados corroboram com o assinalado por Hur e Sandoval (2020, p. 135), ao dizerem que a socialização política da maioria dos jovens próximos aos 30 anos, ocorre por intermédio de mídias de comunicação de massa e mais recentemente, pela internet e não por meio de grêmios estudantis e coisas do gênero.

Além do mais estes dados corroboram com determinadas considerações apresentadas no artigo *Discurso político polarizado e seus efeitos nos modos de subjetivação de jovens no Brasil*, onde consideramos que de fato os processos de subjetivação políticos dos jovens ocorrem em demasia por esses meios de comunicação e interação virtual. Como indicado por Empoli (2020), na contemporaneidade essas plataformas são as ferramentas e veículos que

propiciam a circulação de discursos políticos radicalizados e extremistas, além das chamadas *fake news*. Algo que possui um alcance massivo da população, produzindo potencialmente o que chamamos de *modos de subjetivação polarizados*. Assim, dentro do escopo dos participantes do questionário ficou que, 78,4% estudam em instituições privadas e o restante de 21,6% em universidades públicas. Deste montante, 48,6% possuem entre 18 e 24 anos de idade, já na faixa etária dos 25-39, totalizam 40,5%.

Outro detalhe está no que concerne ao gênero, pois das 37 pessoas que participaram do questionário, 51,4% se identificaram pertencentes ao gênero feminino e os 48,6% restantes ao masculino. Dessa forma, 19 sujeitos são do gênero feminino e 18 pessoas do gênero masculino. Esse ponto serviu para pensarmos nas eleições presidenciais no Brasil no ano de 2018, que está diretamente ligado à experiência política dos jovens.

Pois no quesito gênero, quando Bolsonaro era apresentado nas primeiras pesquisas de opinião durante a sua candidatura, constatou-se que a maioria dos seus apoiadores era composta por homens (Nicolau, 2020, p. 53). O que pode ser percebido em uma pesquisa do Ibope apresentada em 16 de agosto de 2018, onde o ainda candidato tinha 26% de apoio dentre os homens e apenas 13% entre as mulheres (Nicolau, 2020, p. 53). Porém, entre o primeiro e segundo turno aconteceu uma virada e o número de mulheres que votaram no presidenciável cresceu. Algo que pode ser acompanhado com os dados da pesquisa do Eseb-2018, destacando que Bolsonaro obteve 53% dos votos válidos do público feminino e manteve a alta aderência entre os homens com 64%, enquanto que seu adversário, Fernando Haddad, teve aproximadamente 47% dos votos entre as mulheres e apenas 36% entre público masculino (Nicolau, 2020, p. 57).

Todos esses dados somados aos que dizem Hur e Sandoval (2020, p. 135), ao citarem uma pesquisa do Ibope (Instituto Brasileiro de Opinião e Estatística), onde esta apontou que as pessoas entre 16 e 34 anos, foi preponderantemente o público votante em Bolsonaro, correspondendo 60% de seus eleitores. Este candidato, que na perspectiva de Hur e Sandoval (2020, p. 135), possui um discurso pautado na “violência e punição”. Assim o público que sobressaiu numericamente em adesão ao discurso de Bolsonaro, foram as pessoas com maior recurso materiais e mais escolarização (Hur & Sandoval, p. 135). Cabe neste ponto frisar, que

esse foi o critério de idade que utilizamos para chamar de jovens em nossa pesquisa, ou seja, aqueles que possuem entre 16 e 34 anos de idade.

4.3.3 Materiais e métodos para as entrevistas

Todas as entrevistas foram filmadas, sendo quatro presenciais e uma por meio do *Microsoft Teams*. Para realizarmos as filmagens utilizamos um celular, um tripé contendo suporte para celular e *right light* para iluminação e um microfone de lapela e um notebook. Havíamos destacado que permanecendo inviável a efetivação das entrevistas presenciais, quer fosse por causa de dificuldades em nos deslocar ou em decorrência da pandemia da Covid-19, todas as entrevistas seriam feitas por intermédio de *softwares*. Entretanto, foi viabilizado a possibilidade para a realização de quatro entrevistas presenciais, devido a todos os participantes serem da mesma cidade do pesquisador. Assim, foram tomadas e seguidas todas as medidas sanitárias como uso de máscara, álcool em gel e o distanciamento social.

A aplicação do segundo instrumento na produção dos dados de nossa pesquisa, isto é as entrevistas, foram realizadas quatro presencialmente, e uma de forma remota. Das cinco entrevistas, duas foram feitas no mesmo dia e as outras três em dias alternados. Do total de participantes, três se autodeclararam do gênero masculino e dois do gênero feminino. Dois dos respondentes se dispuseram em dirigir-se ao local indicado para a realização da entrevista e dois disponibilizaram sua casa para que fossem realizadas as entrevistas. Ficando apenas uma entrevista a ser realizada por meio do *software*, como já indicado anteriormente.

Como indicamos em nossa metodologia, esperávamos ter entrevistado cerca de 20 pessoas. Quantidade estabelecida em correlação com as respostas que aguardávamos obter diante da pergunta de número 09 do questionário (Anexo B), que foi: *Você se localiza em qual posição política?* As pessoas teriam que escolher por 01 dentre as seguintes possibilidades de respostas: *Direita; esquerda; centro; centro-direita; centro-esquerda* ou *não sei*. Adotamos como critério selecionar 05 pessoas que correspondem a cada pensamento político indicado nas possibilidades de resposta, ou seja, 05 pessoas de direita, 05 de esquerda, 05 de centro e 05 que não sabia qual a sua posição política. O que nos disponibilizaria um recorte de contrastes do pensamento político. Contudo, nossa expectativa não foi correspondida, pois

para que isso vigorasse, precisaria que ao responder o questionário, o sujeito deixasse seu contato demonstrando interesse em participar da segunda etapa da pesquisa. Ao passo que, como indicado no tópico anterior, houve somente 37 respondentes, quando esperávamos ter 400. Dos 37 que responderam, apenas 10 se propuseram a participar da segunda etapa, destes, somente 5 responderam ao convite enviado.

Assim, o instrumento escolhido para ser empregado na segunda etapa da pesquisa, isto é, as entrevistas, estava intrinsecamente ligado ao instrumento utilizado na primeira etapa, ou seja, o questionário. Cada grupo composto de 05 pessoas, corresponderia ao recorte do processo de subjetivação, tanto individual, quanto grupal dos jovens brasileiros. O que nos poderia nos demonstrar, se existe algo em comum que ligue a posição política dos sujeitos do mesmo grupo ou de grupos divergentes, bem como, indicaria o que difere entre eles. Ao termos forçados pelas contingências a modificar nosso escopo de análise contido na ideia inicial, optamos a partir de então, somente pela compreensão dos indivíduos tomados particularmente. Deixando a concepção de grupo fora do rol de aferição, isto por não termos dados suficientes que corroboram com nossa primeira proposta.

4.3.4 Análise das entrevistas

Após termos transcrito todas as respostas das entrevistas, destacamos as questões que se relacionam diretamente com nossa temática. Visando responder aos objetivos específicos de nossa pesquisa que foram: indicar elementos políticos presentes na conjuntura brasileira a partir de 2013 que possam ser relevantes para a produção das subjetividades dos jovens; identificar quais são os meios utilizados pelos jovens tanto para obterem informações quanto para estabelecerem sua socialização política na contemporaneidade; último, apontar alguns componentes na conjuntura brasileira dos últimos anos que possam se articular com a experiência política dos jovens.

Utilizamos como critério de averiguação dos dados produzidos a análise de conteúdo disposta na perspectiva de Bardin (2011), nos convidando, enquanto analistas, a proceder como arqueólogos (p.45). Que trabalha por intermédio dos “vestígios: os ‘documentos’ que pode descobrir. Mas os vestígios são a manifestação de estados, dados e de fenômenos”

(Bardin, 2011, p. 45, grifos da autora). Nessa perspectiva, os indícios deixados nas respostas dos participantes é exatamente veículo que nos concede a possibilidade de compreendermos o fenômeno por nós investigado, isto é, o entendimento no que concerne a experiência política dos jovens no Brasil. Procedemos para interpretar os dados que codificamos via inferência, onde enquanto analistas, extraímos partido do manejo das mensagens que manipulamos seguindo uma logicidade dedutiva, conhecimentos acerca das mensagens ou do seu ambiente do nosso sujeito de pesquisa conforme apontado Bardin (2011, p. 45). Para tanto, elencamos as seguintes categorias:

Figura 05

Categorias elaboradas para análise das entrevistas

CATEGORIAS
01- Subjetividade dos jovens no que concerne política 02- Elementos na universidade que contribuem para a subjetivação política dos jovens 03- Polarização política. 04- Plataformas utilizadas para se informar e socializar politicamente

Fonte: Elaborado pelo autor

Para se chegar a cada categoria foram construídas perguntas que estivessem ligação com os objetivos da pesquisa, onde cada uma possui em torno de si mais de uma pergunta, algumas com mais elementos outras com menos, isso ao que atribuímos a partir do referencial teórico e das respostas dos entrevistados ter mais importância para a subjetivação dos jovens. Ao que foram dispostas da seguinte forma:

01- Subjetividade dos jovens no que concerne à política.

- a) Quando você ouve a palavra política o que você pensa? Por quê?
- b) Você é filiado em algum partido ou político específico? Se sim, qual?
- c) Você possui alguma posição política definida? Se sim, qual seria e se não, por quê?
- d) Para você o que é ser de esquerda, direita ou centro no contexto brasileiro?

02- Elementos na universidade que contribuem para a subjetivação política dos jovens.

- a) Qual curso e período você está matriculado?
- b) Em quais aspectos você considera que o percurso universitário contribui para o posicionamento político dos estudantes? Desse modo, quais efeitos você entende que isso gera na sociedade?
- c) Em sua interpretação, a academia produz conhecimentos relevantes para a sociedade? Com isso, como você avalia a produção científica, como sendo algo que orienta a vida das pessoas no dia a dia ou não?

03- Polarização política.

- a) Você tem pessoas em seu ciclo estudantil próximo que possui posicionamento político divergente do seu? Como é essa experiência para você?
- b) Você considera que a existência de posições políticas divergentes seja ou não fundamental para o funcionamento da democracia nos moldes brasileiros. Por quê?
- c) Na sua opinião a sociedade seria melhor ou pior se não houvesse posições políticas contrárias? Por quê?
- d) Como você classifica o comportamento político das pessoas que se encontram em outro espectro político que você? Por quê?
- e) Você considera que o ambiente universitário subsidia a pluralidade de posicionamentos políticos? Por quê?

04- Plataformas utilizadas para se informar e socializar politicamente.

- a) Por meio de qual plataforma você se informa sobre questões políticas?

A partir disso, exporemos as respostas dos entrevistados, preservando suas identidades os chamando respectivamente pelo pseudônimo ligado ao curso no qual estavam matriculados, seguido de sua idade e religião. Visto que isso não transparece em nada quem são essas pessoas, tendo em vista, a multidão de indivíduos que estão matriculados em cursos superiores que coincidem com o dos respondentes.

Categoria 01:

Ao serem perguntados o que compreendem ao ouvir a palavra política responderam:

Advogado, 29 anos, evangélico protestante:

A prefeitura, eu acho que a política envolve tudo né?! A princípio a gente pensa nas pessoas que estão no poder, não só as que estão à frente de tudo, ou seja, os políticos. Em tudo tem uma política, como a política da empresa, tem a política da cidade, tem uma política do país.

Engenheiro de produção, 34 anos, cristão evangélico:

De imediato acredito que política se refere, um todo, constituinte, leis, direitos civis. Baseado praticamente nisso, política em prol do cidadão, pelo menos teria que ser. No meu ponto de vista, política se baseia em população, cidadania.

Jornalista, 29 anos, evangélica protestante:

Primeiramente penso em questões sociais, penso em leis, penso na sociedade, pelo incrível que pareço, penso em saneamento básico, educação. Por fim, vem a mente politicagem. Penso em questões sociais, porque política é isso, voltada para questões sociais, foi construída para isso, para defender e estruturar questões sociais. Educação, saúde e saneamento básico são direitos do ser humano que estão ligados à política concedendo esses direitos a população. E politicagem porque ao olhar a política no Brasil, o que consigo enxergar é mais uma disputa entre políticos do que um anseio em ajudar mesmo a população. Então eu acabo definindo o termo politicagem dessa forma.

Engenheiro mecatrônico e mecânico, 36 anos, agnóstico:

Bom a palavra política, eu enquanto estudante de engenharia temos um certo consenso nessa área. A gente não consegue (*sic*) opinar muito sobre isso, porque nós da engenharia, das exatas, não nos preocupamos muito com a política. Nós seguimos mais na nossa área mesmo, entendeu?! Certamente que cursamos algumas disciplinas humanas, como filosofia e cultura religiosa, nessas matérias que são mais visadas pela política, que tem mais envolvimento com política. Inclusive os professores já têm essa ideologia deles, de um senso político deles. Por exemplo, sem a gente perceber eles interrompem um pouquinho a aula para falar um de política, até essa questão do governo também entendeu?! As ideias deles. Provavelmente a gente é praticamente neutro, não seguimos nenhum um, nem o outro. Na área de engenharia estudamos muito, não nos preocupamos com política. A política vai de acordo com o envolvimento que você está, por exemplo, estou no curso de engenharia, não ouvimos muito sobre política, mas se estivesse no curso de direito, seria diferente.

Psicóloga, 29 anos, espírita umbandista:

Penso que algo essencial para nossa vida em sociedade, pois é uma das bases

fundamentais para o nosso cotidiano. Em nossa sociedade a política é extremamente necessária. É engraçado, porque antes de entrar na graduação, eu não dava tanta importância para política... acho que é uma questão cultural do Brasil de a gente não querer falar muito de política, não querer estudar sobre política por achar tudo muito burocrático. Ficar na visão do senso comum, só existe ladrão, é tudo uma porcaria, mas depois de ingressar na universidade... vejo que na nossa vida em sociedade, tudo é política... a educação, a saúde, lazer, cultura. Então a política está em todos esses aspectos, não tem como viver em sociedade sem a política.

Na categoria 01, que corresponde a manifestação subjetiva dos participantes acerca do tema político, é possível notar em todas as respostas que mesmo todos eles sendo estudantes de curso superior, não utilizaram uma linguagem especializada, ou seja, fundamenta em pressupostos teóricos sobre o assunto. Não existe nenhum demérito nessa observação, ao contrário, acreditamos que por meio desse vestígio ser possível deduzir logicamente por inferência como salientado por Bardin (2011, p. 45), que de fato a experiência política deles passa pelas impressões do seu dia a dia. Não havendo assim, um discurso preparado, recorrendo a argumentos de autoridade para expressarem o que pensam sobre o assunto político.

Ainda em conexão com a categoria 01, quando perguntamos se eram filiados a algum partido político, todos responderam não possuir ligação com as legendas. Vemos que essas respostas corroboram com as proposições de Baquero e Moraes (2014, p. 69), ao dizerem que muitas pesquisas de opinião apontaram para o descontentamento, afastamento e indiferença dos jovens quando o tema é política. Aproximadamente sete anos após as pesquisas citadas por Baquero e Moraes (2014), os jovens entrevistados apresentam experienciar a política de maneira apartidária e algumas vezes apolítica. Algo que estava presente também nas Jornadas de Junho em 2013, (G1, 2013); (Santo; Diniz & Ribeiro, 2016); (Corrochano; Dowbor & Jardim, 2018) e (Couto, 2021).

Já ao perguntarmos se tinham uma posição política definida, as respostas variam um pouco, como pode ser visto nas respostas:

Advogado, 29 anos, evangélico protestante:

Acho que sim, sou mais conservador, pelo menos eu prezo mais pela família, o direito à vida, pela não legalização de drogas. Por vários motivos, acho que sou mais conservador, até mesmo pelo fato de como fui criado, pelo que a gente aprendeu. Então acho que os bons costumes devemos manter.

Engenheiro de produção, 34 anos, cristão evangélico:

Atualmente não. Porque existem pontos na democracia hoje que chamam muito a minha atenção. Por exemplo, essa obrigatoriedade de votar, em uma democracia que você é obrigado, então... se é obrigado não é uma democracia, tem alguma coisa errada. Existe essa mescla de partidos, política no Brasil tem mudado muito, particularmente não vejo políticos de direita, conservadores, no meu ponto de vista existem extremistas. Tanto extremistas de direita, quanto de esquerda, e os extremos, não... aí vêm um centro que é ligado... Então, atualmente não tenho uma posição formada e definida, um partido.

Jornalista, 29 anos, evangélica protestante:

Hoje não, na verdade tenho dito a uns cinco anos, mesmo antes de entrar na faculdade, que não vejo no Brasil uma política, uma esquerda, uma direita definida. Por exemplo, os princípios da direita são norteados pelo que a direita propõe, de igual forma a esquerda, não vejo essa distinção. Antes de entrar na faculdade não votei em duas eleições, por isso, não consigo entender, falta clareza. Hoje em dia continuo sem um posicionamento político, como direita ou esquerda, na última eleição votei em um partido do centro. Mas não posso dizer que tenho um posicionamento político estabelecido.

Engenheiro mecatrônico e mecânico, 36 anos, agnóstico:

Sou mais neutro como tenho dito, ou seja, não possuo ligação com partidos políticos.

Psicóloga, 29 anos, espírita umbandista:

Hoje tenho uma posição política de esquerda. Isto por causa de toda a construção que tivemos, principalmente pelo governo Lula. Hoje eu tenho essa visão, antes não.

É possível perceber nas respostas que dois dos respondentes, sendo eles o advogado e a psicóloga, indicam se localizar na díade, direita-esquerda. Pois quando o advogado, diz ser mais conservador e tudo que muitas vezes é trazido com esse estereótipo, podemos creditar seu posicionamento ao espectro da direita no contexto brasileiro. Não definindo a um partido que possa o representar, mas contendo em sua fala componentes genéricos do tipo: “- eu prezo mais pela família, o direito à vida, pela não legalização de drogas”. Mas algo nisso não é genérico, a expressão “eu” está ligada ao conteúdo de sua resposta que na atualidade se assemelha com o discurso do presidente em exercício Jair Messias Bolsonaro. Que coloca todos os dissidentes do seu pensamento do lado oposto do binômio da direita, isto é, na esquerda e contra todos esses valores (Tatagiba, 2021, p. 448).

Já a psicóloga, define de maneira mais específica qual legenda encontra sua

representatividade, ou seja, na esquerda. Citando como representante desses valores o ex-presidente da República Luíz Inácio Lula da Silva. Aqui é possível constatar mais o reconhecimento representativo que se faz pelo personalismo de um político específico. O que também pôde ser visto na resposta do advogado. Sendo isso, uma característica propiciada pelo sistema partidário brasileiro (Oliveira & Turgeon, 2015, p. 591). Algo que não causa espanto, pois em outros países, ao se perguntar sobre a posição política dos indivíduos, é comum os mesmos tenderem a se manifestar de maneira positiva, ou seja, na aderência de um partido específico (Nicolau, 2020, p. 80). No caso brasileiro, pelo menos desde 1989, começou a se acrescentar nas pesquisas, perguntas sobre qual partido a pessoa não votaria sob nenhuma hipótese. Assim, as respostas coincidem mais na direção de negar os partidos em lugar de aderir a alguma legenda (Nicolau, 2020, p. 80).

Todos os demais, isto é, o engenheiro de produção, a jornalista e o engenheiro mecatrônico e mecânico, não definiram seu posicionamento, transparecendo sua maleabilidade que muitas vezes é uma característica de quem adere ao centro político; quer seja o centro-centro, centro-esquerda ou centro-direita que compõem uma *pentíade* junto com direita-esquerda (Bobbio, 2011, pp. 54-55, grifo nosso). Essa posição política apresenta a vontade de fazer imperar o equilíbrio entre os polos, quer seja isso, por opção ou indecisão, não querendo que nenhuma das duas pontas do binômio obtenha vitória, por ter um julgamento formado negativamente sobre ambas as vertentes direita-esquerda (Tavares, 2016, p. 23). O que automaticamente afasta esses sujeitos dos extremos do binômio.

Agora quando questionados acerca do seu entendimento do que é ser de esquerda, direita ou de centro no Brasil, assim manifestaram sua experiência:

Advogado, 29 anos, evangélico protestante:

Acho que ser de direita talvez seria ser mais conservador, seguir mais para o lado da família. Agora esquerda, acho que é um pouco mais liberal, as pessoas pensam que não precisa prestar algum... não tem limite, elas não se põe um limite. O centro tenta dosar, quer ser conservador, mas também quer ter sua liberdade, não que ser de direita, você não vai ser conservador, vai ter sua liberdade ,só que só vai presar mais por coisas que o outro lado não vai prestar tanto com isso.

Engenheiro de produção, 34 anos, cristão evangélico:

No meu ponto de vista hoje no Brasil a esquerda se resume em militância. A ser de direita

é basicamente ser contra os militantes de esquerda, o que acaba se tornando um extremismo. O centro quer mesclar, fica em cima do muro, não tem argumentos suficientes, é ir para o lado que está vencendo, hoje o centro é basicamente isso, busca fazer novas alianças para não sair da politicagem. Resumindo, esquerda é militância, já aqueles que se dizem de direita, na minha opinião, que deveria ser os conservadores e ter conhecimento do que é o conservadorismo, os princípios éticos de família, de sociedade acaba se tornando extremismo, porque quer ir contra a militância. O centro fica ali no meio deles. Se perguntar quem é de direita, conservador no Brasil hoje não conheço, o que existe é extremismo.

Jornalista, 29 anos, evangélica protestante:

Esse é o problema. O contexto brasileiro não dá uma explicação clara de onde se localizam direita, esquerda ou centro. É mais uma disputa de egos do que de pensamentos e ideologias. O centro está ali, para “balancear”, a direita e a esquerda não são fidedignas no que propõe. Então, compreendo que no Brasil a partir do que já analisei, não vejo uma definição, há uma disputa de poderes e egos de direita contra esquerda. é como se fosse uma rixa, ambas não lutam pelos princípios de sua ideologia. O nome direita e esquerda só serve para definir quem está de cada lado.

Engenheiro mecatrônico e mecânico, 36 anos, agnóstico:

Tudo a mesma coisa, tudo doença. As pessoas de esquerda não aceitam os de direita e vice-versa e o centrão está em cima do muro, nem com um, nem com o outro. Essa é minha opinião. Outra coisa, essa questão de direita e esquerda é até engraçado, se você não for do meu lado, te perseguimos. O pessoal de direita é a mesma coisa, olha aí a situação do Bolsonaro, ele pode ser uma pessoa honesta, que não roubou, ele não tem culpa, mas as pessoas que seguem ele é doente, se você ficar contra o presidente, os seguidores dele tentam te prejudicar. A mesma coisa são as pessoas de esquerda, se for contra, eles te agridem.

Psicóloga, 29 anos, espírita umbandista.

Ainda fico muito confusa de fazer uma distinção entre um e outro. é algo que até fazia quando estávamos em regime presencial, porque eu buscava um conhecimento maior... Mas para mim as políticas de esquerda é aquele no qual o governo possa estar dando... não é base... é a importância do governo nas políticas públicas. Acho de extrema importância o governo garantir as necessidades básicas da população brasileira, ou seja, educação, saúde, lazer e cultura, isso é essencial. As políticas de direita, acho que o governo vai contra as políticas de esquerda nessa questão das políticas públicas... no qual ele [governo] responsabiliza a população por essa garantia, por essas necessidades básicas... eu não sei rrsrrsr, fico confusa. Mas acho que esse é o ponto mais importante entre uma [esquerda] e a outra [direita].

Aqui acreditamos transparecer alguns fatores importantes para refletirmos no que concerne à experiência política dos jovens. Pois evidencia-se como todos tem dificuldades em explicitar o que seria até mesmo a concepção política mais próxima do seu pensamento.

Sendo recorrente, por exemplo, a ideia de ser difícil definir isso no Brasil o que são direita-esquerda e centro. Dificuldade essa descrita pela literatura, havendo críticas e apontamentos no campo da ciência política sobre o assunto (Tarouco e Madeira, 2013); (Oliveira & Turgeon, 2015); (Tavares, 2016); (Maciel, Alarcon & Gimenes, 2017); (Bolognesi, Babireski & Maciel, 2019). Ao que deduzimos, esse fator está analogamente corroborado do ponto de vista da manifestação das subjetividades e na experiência política dos pesquisados.

Assim a experiência política da população brasileira, sobretudo dos jovens, passa por uma “desorientação” política-partidária, pois o elevado número de legendas, que segundo Nicolau (2017, p. 89), é o maior número do mundo em regimes democráticos, criam dificuldades para o público identificar-se e conseguir realizar observações mais precisas sobre o que é ser de direita, de esquerda ou de centro no Brasil.

Dessa forma, cogitamos que esse cenário desfavorece uma politização-partidária por parte dos jovens. Pois se fosse menos multifacetado as composições políticas, como, por exemplo, no caso dos Estados Unidos e outros países, poderia propiciar uma parca confusão para os indivíduos se situarem e classificarem de forma concisa sua subjetividade e experiência política em torno da temática.

Categoria 02:

Agora passemos analisar a segunda categoria, ou seja, quais elementos na universidade, segundo a percepção dos jovens contribuem para a subjetivação política dos discentes e para a sociedade como todo, uma vez que é o local que aglutina em torno de si uma economia política da verdade (Foucault, 2019c, p. 52). Assim, quando indagados em quais aspectos o percurso universitário contribui para o posicionamento político dos estudantes e quais os efeitos isso pode gerar na sociedade. Se posicionaram dessa forma:

Advogado, 29 anos, evangélico protestante:

É difícil responder porque eles falam que você tem direito de escolha, mas eles te impõe algo que você, aparentemente a maioria segue, então acho que esse aspecto é meio falho nas universidades hoje... A maioria dos professores, das pessoas que estão à frente do curso da faculdade, sempre se posicionam para um lado e quando você tem um

posicionamento contrário eles barram você dizendo: “Não vamos entrar nesse mérito”, mas sempre puxando para o lado a qual eles seguem, se é esquerda, direita, se é centro-esquerda, centro-direita... Assim, acho que têm um efeito meio, como eu posso dizer?! Hum, o efeito talvez contrário pelo fato de você está na universidade, você tá ali para pensar, para escolher algo você pensar ou para você seguir, acho que muitas vezes você é barrado. Dessa forma eu acho que esse aspecto seja talvez negativo, os professores colocam ali algo que eles acham que para eles está certo e se você posicionar de forma contrária, eles já logo te podam (*sic*). Então nesse aspecto negativo, cerca de 90% dos professores fazem isso.

Engenheiro de produção, 34 anos, cristão evangélico:

Basicamente na construção do conhecimento, as análises críticas em relação à política mesmo, nos faz ser mais criteriosos nas escolhas, nos faz pensar. Porque qualquer curso que você esteja fazendo na universidade é uma tentativa de promover o pensamento, quer o conhecimento, despertando a curiosidade, é uma forma de fazer pensar diferente do habitual, comum [...]. Já aqueles que têm essa possibilidade tem que ser mais criteriosos com suas escolhas, porque acho que a faculdade nos faz pensar mais, refletir mais automaticamente. Isso devido porque qualquer atividade que você for fazer na faculdade requer o pensamento, te exige pensar antes de responder qualquer coisa. Acho que é isso, pelo menos é o que percebo até o 7º período da engenharia que é exata, por mais lógico que sejam os cálculos, isso te exige pensar de que forma vai chegar a esse resultado. Com isso, eu particularmente transfiro essa forma de pensar para vida... Ficamos mais criteriosos né?! [...] E a sociedade falando de política, você pode simplesmente simpatizar, gostar, ser parente.

Jornalista, 29 anos, evangélica protestante:

Mas consigo perceber que dentro da faculdade onde estudo se trabalha muito com o olhar crítico, não é imposto um parâmetro, ou seja, que você deve seguir tal linha, você deve optar por tal ensinamento. Não, é sempre baseado no teor crítico, você vai se tornar uma pessoa crítica para poder começar a analisar e a partir disso tomar decisões. Só que quando você toma pessoas como referência, quando você consegue enxergar pessoas como sua referência e você entende que está em uma que Universidade e começa a ter seus professores como referência, querendo ou não de alguma forma isso influencia. Não vejo que a instituição em si influencie na formação política, mas as referências que temos dentro dela, o fato de quererem nos ensinar ser críticos para poder a partir daí analisar uma posição política e escolher uma, é algo que é importante mas acaba sendo anulado pelo fato de ter uma pessoa como referência, você acaba querendo se portar como ela. Então isso acaba interferindo dessa forma na escolha política. Uma coisa acaba quase anulando a outra, ou seja, você tem que construir um olhar crítico, mas a sua referência, seu desejo de ser como aquela pessoa que você tem como referência, acaba tirando o olhar crítico. Então, acredito que a universidade, a instituição em si mesma, ela não influencia tanto, mas o que influencia mesmo são as pessoas que são referências dentro da instituição...

Engenheiro mecatrônico e mecânico, 36 anos, agnóstico:

Depende, porque a cinco anos atrás existiam mais aspectos no governo anterior. Pois existia uma espécie de manipulação, algumas pessoas no caso da engenharia que tem

alguma ligação com o governo. Por exemplo, muitos alunos na instituição têm bolsa, com isso no governo anterior, o governo do PT [Partido dos Trabalhadores], estava dando bolsas demais para manipular o aluno [...] Nesse caso até 2015 era muita bolsa, sem fronteiras, normalmente não havia muita fiscalização na época, era só fazer o teste e pronto, vai embora. O governo na época não ligava o que a pessoa iria fazer em outro país, só queria ter o apoio do estudante. Por isso, as pessoas que mais brigam por política são da área das ciências humanas, que em 100%, uns 60% estuda com bolsa, o que tem muita influência sobre eles... Isso é uma manipulação, você está adestrando os estudantes. Você não tem condições de estudar e receber uma bolsa em troca?! Tanto é que na eleição passada entre Bolsonaro e o PT, aconteceu muita briga, o pessoal da esquerda estavam sendo manipulados e não aceitavam falar mal, pedindo para ninguém votar contra eles, por causa disso. A política é muito forte na área de humanas, o que faz eles serem muito cegos, não conseguindo diferenciar muitas coisas. Por exemplo, eles não se importam se o político que está no poder roube, contanto que dê a eles o que eles querem, pode ficar para sempre. São esses os efeitos que entendo sobre esse assunto.

Psicóloga, 29 anos, espírita umbandista:

Na psicologia em todos os aspectos... porque desde de que entrei na graduação a política é uma questão muito abordada nas disciplinas... principalmente na sociologia, história da psicologia. Desde de que entrei a política está sendo abordada e interfere em todos os aspectos da minha formação... Principalmente uma questão crítica de tudo que está acontecendo... despertar um interesse político e você ter uma visão crítica diante de tudo que está acontecendo. Como falei anteriormente... Ah não ligo para política, isso não tem importância, a partir daí ingressar na universidade desperta isso, uma visão crítica sobre a política. Considero isso algo totalmente positivo, porque só participando da política para melhorarmos... porque se a gente ignorar na hora de ir votar, não entender o que está acontecendo [...] Quando entrei na universidade já tinha 23 ou 24 anos, se perguntasse para mim o que era direita e esquerda, não sabia... só criticava a partir do que era noticiado e exposto pela mídia, mas não tinha nenhum conhecimento político. Então, é importante para formarmos uma visão crítica e consciente de tudo quanto está acontecendo, para assim termos um voto consciente e mudar o nosso contexto. Sem isso não é possível.

Aqui temos vários pontos destacados pelos jovens que servem de parâmetro para se analisar os processos de subjetivação que ocorrem via universidade. O primeiro está em torno da questão crítica, pois na avaliação dos respondentes a universidade é um lugar que propicia isso ou pelo menos deveria fazê-lo. Mesmo que a palavra “crítica” apareça apenas nas respostas do engenheiro de produção e na da jornalista, entre linhas também está intrínseca nas respostas do advogado e do engenheiro mecatrônico e mecânico. Porque independente de os sujeitos estarem atravessados por circunstâncias que os municia e também constrange pelas

mesmas normatizações e práticas, essas que são controversas vez ou outra, não eliminam as chances de manifestação de liberdade ou subjetividade do indivíduo (Taylor, 2018, p. 231).

Assim, ter uma atitude crítica na perspectiva foucaultiana, é um posiciona-se singularmente em resposta ao presente; de forma *sui generis*, agir criticamente implica pensar, dizer, e estabelecer laços que transpareça que este, o sujeito, seja insubordinado “contra as condições prevaletentes que revelam essas condições como contingentes [...]” (Taylor, 2018, p. 231).

Utilizando o argumento indutivo Marconi e Lakatos (2019), supomos ser possível constatar que estejam em voga as relações de poder conforme proposto por Foucault (2015). Pois essa posição paradoxal em que se encontra o sujeito, que por um lado exprime uma insurreição, mas que em contrapartida, se vê por vezes subordinado aos discursos do professor, da instituição, das disciplinas cursadas, da ciência produzida nesses espaços. Que há ainda momentos em que oportunizam sua subjetividade de se rebelar contra a economia política da verdade presente em instituições como a universidade (Foucault, 2019c, p. 52). Pois “as relações de poder são relações de força, enfrentamentos, portanto, sempre reversíveis” (Foucault, 2015, p. 227).

Nesse sentido, fica demonstrado por meio das respostas dos entrevistados, que a universidade, juntamente com todo sistema educacional, continua sendo um *locus* de subjetivações (Sinder & Paula, 2019, p. 35). Mas que esses espaços não asfixiam a possibilidade da imersão da subjetividade dos jovens. Mesmo tendo regimes de verdade que visem autorizar e desautorizar quais discursos devem ou não circular (Foucault, 2014c, p. 85). Assim, o sujeito encontra-se no impasse de um por um lado ter que constituir-se como tal e por outro ter que acolher verdades oriundas de modelos normativos que foram pré-estabelecidas e são independentes de sua vontade (Sinder & Paula, 2019, pp. 34-35).

Obviamente não podemos ser ingênuos e pensar que houve ou haverá uma subjetividade “pura” e completamente independente, que advenha das microlutas apresentadas pelos sujeitos entrevistados. Pois, como bem nos lembra Foucault (2014c), nos regimes de verdade, o indivíduo é constrangido a aderir tais discursos (p. 85). Além do fato, do sujeito inclinar-se naturalmente aquilo que é tido como sendo a verdade (Foucault, 2014c, p. 87). Porém, mediante as atitudes críticas dos mesmos, estas podem apontar para o fato de

suas subjetividades conseguirem ainda, irromper contra as amarras do poder os proporcionando experienciar suas concepções políticas a partir de uma relação singular com o que é tido por verdade.

Categoria 03:

Ao buscarmos compreender na terceira categoria se havia manifestações polarizadas dentro do universo na experiência política dos jovens entrevistados. Não obtivemos dentro do público investigado elementos suficientes que corroborem com a nossa hipótese de estar vigente na sociedade contemporânea o que denominamos de *modos de subjetivação polarizados* como apresentamos no capítulo *Discurso político polarizado e seus efeitos nos modos de subjetivação dos jovens no Brasil*. Pois ao serem questionados se possuem relação próxima com pessoas de pensamentos distintos. Ou se consideram a existência de pensamentos contrários para a manutenção da democracia. Bem como, se a universidade propicia pluralidade no debate político. Com exceção do engenheiro de produção e do engenheiro mecatrônico e mecânico, que com suas respostas reforçam o estigma estereotipado que se têm dos cursos de humanas e cursos de exatas, pois assim responderam as questões:

Engenheiro de produção, 34 anos, cristão evangélico.

Complicado, acho que não... Por causa da resposta da pergunta anterior, nunca tivemos essa discussão, quando se fala de pluralidade, corresponde a tudo, diversas crenças, diversas culturas. Posso estar enganado, mas quando se fala em pluralidade é nesse sentido, não é?! Então, esses assuntos assim no meu curso não são debatidos, não são falados, os alunos a nossa volta, pouco se fala, no meu caso, não.

Engenheiro mecatrônico e mecânico, 36 anos, agnóstico.

No prédio da engenharia não tem muito essa discussão política, mas se você for em outro prédio que discutem muito sobre esse assunto, a pessoa pode ser influenciada, porque os que estão lá tentam convencer as pessoas que eles estão certos. Apesar de que uns 70% das pessoas de engenharia são neutros ou nulos (em assuntos políticos), alguns são influenciados mas outros não... Depende do ponto de vista e de onde você for na universidade, porque tudo lá é separado, mas se o pessoal de engenharia começar a frequentar os outros prédios pode então começar a serem influenciados, entendeu?!

De forma antagônica, os outros três, isto é, o advogado, a jornalista e a psicóloga,

responderam positivamente dizendo que universidade é um espaço que propicia debates políticos viabilizando a pluralidade. Supomos que esse dado, como dito, que aponta para o reforçamento de uma estereotipia no contraste entre cursos de exatas e de humanas, que talvez precise da atenção dos agentes de educação superior para esse fato. Pois mesmo que não seja intrínseco aos ditos cursos de exatas abordar pautas de cunho político, essas instituições possuem como já afirmado neste trabalho um lugar privilegiado na subjetivação dos jovens Sinder e Paula (2019). Algo que acreditamos contribuir para que os jovens nas disciplinas exatas possam estar no debate político também dentro dos centros acadêmicos. O que propiciará em nosso entender experiências políticas mais pluralizadas e diversificadas no que tange os cursos e áreas também.

Diante desse dado, cogitamos pelo método-indutivo Marconi e Lakatos (2019, p. 89), que a polarização política seja algo mais presente nas plataformas sociais digitais, como apontado pela literatura (Empoli, 2020); (Hur & Sabucedo, 2020); (Nicolau, 2020); (Mercuri & Lima-Lopes, 2020); (Tatagiba, 2021). Porém, não se apresentando de forma contundente na subjetividade e no cotidiano dos entrevistados em suas mais diversas relações, quer sejam com familiares e amigos, quer seja no âmbito estudantil.

Categoria 04:

Na quarta e última categoria elencada para analisarmos, indagamos aos estudantes que dissessem por intermédio de qual plataforma eles se informavam politicamente. Assim responderam:

Advogado, 29 anos, evangélico protestante:

Muito internet e hoje onde trabalho também né... Porque hoje faço estágio no fórum, a gente conversa muito, então através das pessoas e da internet.

Engenheiro de produção, 34 anos, cristão evangélico:

A maior parte pelos telejornais e acompanho um pouco pelas redes sociais.

Jornalista, 29 anos, evangélica protestante:

Internet, sites de política no geral, grupos de jornalismo político e livros.

Engenheiro mecatrônico e mecânico, 36 anos, agnóstico:

Vídeos no Youtube, vejo vídeos de ambos os lados direita, esquerda e centrão, para tirar minhas conclusões, porque se assistir um lado só eles vão estar falando mal do outro e vice-versa.

Psicóloga, 29 anos, espírita umbandista:

Hoje é complicado falar dessas plataformas, porque as informações chegam muito distorcidas para nós... então temos que ficar muito atentos para isso. Assisti muito no jornal... sempre assisti muito jornal, algo que foi muito prejudicial para mim. Porque na época ficava só queimando o PT [Partido dos trabalhadores], que o PT era ladrão, era isso, era aquilo... eu fui muito nessa onda de eleitora eleitora do PT a odiar o PT. Então hoje ao assistir aos jornais, as informações, tenho uma visão muito crítica das informações que estou obtendo. Também por meio das redes sociais, sigo páginas de pessoas influentes que estão de acordo com a minha visão política, com aquilo que acredito e obtenho informação a partir de postagens deles. Então, pelas mídias sociais e pela mídia televisiva.

No que corresponde ao meio de obtenção e socialização política dos jovens entrevistados, suas respostas coincidem com os dados apresentados por (Hur & Sandoval, 2020); (Nicolau, 2020); (Léon, 2020) e (Sabile e Bülow, 2021). Assim, a TV e a internet, demonstraram ser os meios mais utilizados pelos participantes para se informarem politicamente.

Ao passo que isso acarreta fatores do tipo, o papel das *fake news* que atravessam a utilização da internet conforme salientado por (Recuero & Gruzd, 2019) e (Empoli, 2020). O crescimento contínuo na aderência dessas ferramentas para obtenção de informação e socialização política, ficou claramente refletido nas manifestações de 2014, onde constatou-se uma mobilização massiva de jovens que se organizaram por intermédio desses dispositivos (Ruediger; Martins; Luz & Grassi, 2014).

Por fim, infere-se disso que inevitavelmente a experiência política do público estudado passa pelas informações veiculadas na TV e pelo escrutínio das redes sociais digitais na internet. Essa grande conexão pode ser algo que, na avaliação de Mercuri & Lima-Lopes (2020), pode causar danos tanto pessoais quanto para a democracia (p. 1217). Isso devido ao discurso de ódio e a polarização política que circula na *web*. Estando, portanto, este fato, estritamente ligado com as análises e considerações que realizamos acerca das questões envolvendo a polarização política na categoria 03. Nesse sentido, talvez seja mais preciso falarmos de modos de subjetivação política no contexto da internet. Se assim

permanecer, isto é, se as subjetividades continuarem a manifestarem-se nesses parâmetros no ambiente virtual, talvez seja apenas um prelúdio do que ocorrerá na sociedade fora das redes, sendo uma extensão desta para além das telas.

4.4 Considerações finais

Chegamos ao fim deste trabalho de pesquisa, com algumas considerações e levantamentos de dados que corroboram, mas em contrapartida, com questões que possam colocar em xeque algumas hipóteses levantadas. Supondo que isso seja da natureza do fazer científico em qualquer área, o que inclui as ciências humanas, mais precisamente a psicologia social.

Destacamos na primeira seção onde tratamos sobre as várias desconfiâncias e implicações por nós enfrentadas no tecimento deste trabalho, o que nos obrigou a refazer as direções metodológicas antes estabelecidas. Isso em decorrência das mais variadas motivações, por exemplo, as questões teórico-epistemológicas; elementos em torno do tema que pode ter produzido inquietações nos mais diversos atores envolvidos, com nossos sujeitos da pesquisa, nos pares na academia, nos agentes acadêmicos e no comitê de ética em pesquisas. Mas todo esse arcabouço de enfrentamentos foi tomado como próprio da construção do artesão intelectual que é o pesquisador (Mills, 2009, p. 22). Onde cada detalhe do processo é parte constituinte do todo que irá resultar, não só no empreendimento em que o pesquisador está no momento, mas como um constructo de experiência para trabalhos futuros. Sendo a pesquisa dessa forma entendida como um ofício (Mills, 2009).

Ademais, como apresentamos, não conseguimos atingir o número de respondentes no questionário na primeira etapa. Algo que inviabilizou uma quantidade mais significativa de participantes na segunda etapa da pesquisa. Podendo ser isso, resultado das contingências, dentre as quais, a mais significativa, a pandemia da COVID-19. Pois diante desse acontecimento tivemos que refazer a metodologia, e apostar todas as nossas fichas de divulgação e convite para os jovens participarem da pesquisa por meio das redes sociais digitais na internet. O que presumimos ter tido um alcance menos preciso de nosso sujeito alvo da pesquisa. Ao passo que isso automaticamente reduziu a produção dos dados para que

podéssemos ser mais abrangentes e paradoxalmente também termos condições de quem sabe ser mais precisos com as proposições arguidas.

Dessa forma, buscamos responder aos objetivos de nosso trabalho, julgando que isso pôde ter sido feito, se não em sua totalidade, ao menos alguma fração disso foi atingido. Onde de forma indutiva, ou seja, partimos das singularidades e particularidades das respostas dos sujeitos por nós investigados, que nesse caso é o grupo de jovens brasileiros, chegamos às considerações aqui formuladas.

Neste sentido, discurramos de que modo a subjetividade dos jovens entrevistados no concerne a política, eles não argumentaram partindo de premissas teóricas, de autoridades no assunto, pelo contrário manifestaram claramente como cada um entende o que é política dentro de sua óptica. O que, em nosso entendimento, fundamentado a partir da análise de conteúdo na perspectiva de Bardin (2011), demonstra-se como um vestígio da manifestação genuína da subjetividade deles ao que concerne sua experiência política. Assim não foi um discurso produzido para entregar a nós pesquisadores, mas sim, parte integrante daquilo que eles vivenciam em seu dia a dia.

Algo que é um aditivo que essa subjetivação política dos jovens, está presente nas universidades que ainda possui como descrito por Sinder e Paula (2019), um lugar de privilégio na subjetivação dos jovens. Onde todos os entrevistados neste trabalho em alguma medida disseram que nesse ambiente o debate político acontece. Mesmo aqueles que argumentaram que nos cursos considerados de exatas, o tema político é pouco abordado, sendo um fator mais comum nos cursos de humanas, ou mesmo discordando das premissas presentes nesses locais. Só de estarem fazendo isso, já demonstram o que Foucault reputava como sendo uma atitude crítica (Taylor, 2018, p. 231). Sendo o indício de suas subjetividades emergindo em meio às relações de poder (Foucault, 2015, p. 227). Instauradas nessas instituições que são verdadeiros depositários da “economia política da verdade” (Foucault, 2019c, p. 52).

Ademais, outro detalhe no que tange a experiência política dos sujeitos entrevistados, encontra-se em eles não apresentarem uma identificação e ligação com as legendas políticas. Algo que não causa espanto devido a panteão de siglas existentes no Brasil, o que dificulta essa possibilidade de proximidade dos sujeitos com os partidos, como bem aponta a literatura

especializada (Tarouco e Madeira, 2013); (Oliveira & Turgeon, 2015); (Tavares, 2016); (Maciel, Alarcon & Gimenes, 2017); (Bolognesi, Babireski & Maciel, 2019). Tendo apenas como exceção, a psicóloga, que por vezes em suas respostas citou o Partido dos Trabalhadores (PT). Porém, até mesmo no caso dela, acreditamos que esteja em voga o personalismo, pois o nome do ex-presidente Luíz Inácio Lula da Silva, por vezes antecede a sigla do partido. Nessa mesma direção, estavam os argumentos do advogado, que coaduna muito com os discursos do presidente em exercício, Jair Messias Bolsonaro, caindo igualmente em uma identificação com a personalidade política e não com algum partido político.

Apontamos também o quanto a experiência e socialização política dos jovens brasileiros têm passado consideravelmente pelo escrutínio das informações veiculadas na TV e na Internet, algo que vem perdurando ao longo dos anos (Hur & Sandoval, 2020); (Nicolau, 2020); (Léon, 2020) e (Sabile e Bülow, 2021). Sendo este um fato importante que precisa de mais investigações que elucidem como essa forma de subjetivação política possa estar impactando as pessoas, sobretudo os jovens. Tendo em vista os riscos que podem estar envolvidos nesse processo, tanto para a pessoa, quanto para a democracia (Mercuri & Lima-Lopes, 2020, p. 1217).

Contudo, os dados que conseguimos, não corroboram com nossa hipótese de estar havendo modos de subjetivação polarizados no Brasil. O que nos levou a cogitar se existe esse modo de subjetivação polarizado, este ainda restringe-se a internet e as formas dos sujeitos se relacionarem por essa via. Onde impera uma polarização e discursos de ódio quando o assunto é política (Empoli, 2020); (Hur & Sabucedo, 2020); (Nicolau, 2020); (Mercuri & Lima-Lopes, 2020); (Tatagiba, 2021). O que pode estar sendo um ensaio, para que venha ocorrer também fora das redes.

Assim sendo, recomendamos que outros estudos sejam realizados abordando os pontos que ultrapassaram nosso escopo de pesquisa. Isso porque algumas limitações marcaram nossa trajetória neste trabalho. A título de exemplo, realizar levantamentos do engajamento especificamente político dos jovens na *web* e como as *fake news* efetivamente estão afetando esse processo. Apresentar outros desenhos metodológicos que tenham como instrumentos outras ferramentas para coleta e produção de dados. Do tipo grupo focal, pesquisa ação, envio e solicitação de aplicação de questionário via departamentos de

secretariado das escolas e universidades. Pois acreditamos que não chegamos perto de saturar a temática, aliás, muito pelo contrário, diante da pesquisa e levantamento bibliográfico, apresentou não haver uma quantidade considerável de trabalhos envolvendo o assunto entre os anos de 2013 a 2018. Tornando-se em uma oportunidade que viabilize mais pesquisas envolvendo a temática em questão.

Referências

- Abbagnano, N. (2012). *Dicionário de filosofia* (6 ed., Vol. 1). (A. Bosi, Ed., A. Bosi, & I. C. Benedetti, Trans.) São Paulo, SP, Brasil: WMF Martins Fontes.
- Baquero, M., & Moraes, J. (2014). Padrões de comportamento político juvenil com novas tecnologias de mídia: o papel da Tv e da Internet na construção da cultura política no Brasil. *Tempo da Ciência*, 21(42), 69-84.
- Bello, A. (2019). *Origem, Causas e Consequências da Polarização Política. (Doutorado)*. Universidade de Brasília, Programa de Pós-Graduação em Ciências Políticas. Brasília: Instituto de Ciências Políticas. Fonte: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/37008>
- Bardin, L. (2011). *Análise de conteúdo* / (1 ed.). (L. A. Reto, & A. Pinheiro, Trans.) São Paulo, SP, Brasil: Edições 70.
- Bobbio, N. (2011). *Direita e esquerda: razões e significados de uma distinção política* (3 ed.). (M. A. Nogueira, Trad.) São Paulo, SP, Brasil: Unesp.
- Bolognesi, B., Babireski, F. R., & Maciel, A. P. (Mai/Ago de 2019). Conhecendo o vazio: congruência ideológica e partidos políticos no Brasil. *Política & Sociedade*, 18(42), 86-116.
- Corrochano, M. C., Dowbor, M., & Jardim, F. A. (jan-abr de 2018). Juventudes e participação política no Brasil do século XXI: quais horizontes? *Laplace em Revista*, 04(01), 50-66.
- Couto, C. G. (2021). Do governo-movimento ao pacto militar-fisiológico. Em L. Avritzer, F. Kerche, & M. Marona, *Governo Bolsonaro: retrocesso democrático e degradação política* (1 ed., pp. 35-49). Belo Horizonte, MG, Brasil: Autêntica.
- Durozoi, G., & Roussel, A. (1993). *Dicionário de Filosofia*. (M. Appenzeller, Trad.) Campinas, SP, Brasil: Papirus.
- Empoli, G. D. (2020). *Os engenheiros do caos* (1 ed.). (A. Bloch, Trad.) São Paulo, SP, Brasil: Vestígio.

- Foucault, M. (1970/2014a). *A ordem do discurso: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970* (24 ed.). (L. d. Sampaio, Trad.) São Paulo, SP, Brasil: Edições Loyola.
- Foucault, M. (1979/80/2014c). *Do governo dos vivos: Curso no Collège de France*. (E. Brandão, Trad.) São Paulo, SP, Brasil: Editora WMF Martins Fontes.
- Foucault, M. (2015). *Ditos e escritos, vol IV: estratégia, poder-saber* (3 ed.). (V. L. Ribeiro, Trad.) Rio de Janeiro, RJ, Brasil: Forense Universitária.
- Foucault, M. (1979/2019c). *Microfísica do Poder* (10ª ed.). (R. Machado, Ed.) Rio de Janeiro/São Paulo, Rio de Janeiro, Brasil: Paz e Terra.
- Globo.com. (18 de Junho de 2013). G1. *Imprensa internacional destaca manifestações no Brasil*. São Paulo, SP, Brasil. Acesso em 04 de Julho de 2020, disponível em <http://g1.globo.com/mundo/noticia/2013/06/imprensa-internacional-destaca-manifestacoes-no-brasil.html>
- González-Rey, F. (2017). *Pesquisa qualitativa e subjetividade: os processos de construção da informação*. (M. A. Silva, Trad.) São Paulo, SP, Brasil : Cengage Learning.
- Hur, D. U., & Sabucedo, J. M. (2020). Apresentação: Psicologia dos extremismos políticos e polarizações sociais . Em D. U. Hur, & J. M. Sabucedo, *Psicologia dos extremismos políticos* (1ª ed., pp. 07-15). Petrópolis, Rio de Janeiro, Brasil: Vozes.
- Hur, D. U., & Sandoval, S. (2020). Psicologia Política da polarização e extremismo no Brasil: Neoliberalismo, crise e neofascismos. Em D. U. Hur, & J. M. Sabucedo, *Psicologia dos extremismos políticos* (pp. 117-146). Petrópolis, RJ, Brasil: Vozes.
- León, L. P. (23 de 08 de 2020). *Brasil tem 152 milhões de pessoas com acesso à internet*. Fonte: Agência Brasil: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2021-08/brasil-tem-152-milhoes-de-pessoas-com-acesso-internet>
- Maciel, A. P., Alarcon, A. d., & Gimenes, É. R. (2017). Partidos políticos e espectro ideológico: parlamentares, especialistas, esquerda e direita no Brasil . Revista Eletrônica de Ciência Política, 8(3), 72-88. doi:DOI: <http://dx.doi.org/10.5380/recp.v8i3.54834>
- Marconi, M. d., & Lakatos , E. M. (2019). *Fundamentos de metodologia científica* (8 ed.). São Paulo, SP, Brasil: Atlas.
- Mercuri, K. T., & Lima-Lopes, R. E. (mai/ago de 2020). Discurso de ódio em mídias sociais como estratégia de persuasão popular. *Dossiê: Trabalhos de linguística aplicada*, 59(2), 1216-1238. doi:<http://dx.doi.org/10.1590/01031813760991620200723>

- Mills, C. W. (2009). *Sobre o artesanato intelectual e outros ensaios*. (M. L. Borges, Trad.) Rio de Janeiro, RJ, Brasil: Jorge Zahar.
- Nicolau, J. (2020). *O Brasil dobrou à direita: uma radiografia da eleição de Bolsonaro em 2018* (1 ed.). Rio de Janeiro, RJ, Brasil : Zahar.
- Oliveira, C., & Turgeon, M. (Dezembro de 2015). Ideologia e comportamento político no eleitorado brasileiro. *Opinião Pública*, 21(03), 574-600.
- Peduzzi, P. (21 de Maio de 2020). Agência Brasil. *Mapa do Ensino Superior aponta maioria feminina e branca*. Brasília, DF, Brasil. Acesso em 28 de Setembro de 2020, disponível em <https://agenciabrasil.ebc.com.br/educacao/noticia/2020-05/mapa-do-ensino-superior-aponta-para-maioria-feminina-e-branca#:~:text=O%20estudante%20das%20institui%C3%A7%C3%B5es%20de,de%20at%C3%A9%20dois%20sal%C3%A1rios%20m%C3%AAdnimos.>
- Ruediger, M. A., Martins, R., Luz, M. D., & Grassi, A. (2014). Ação coletiva e polarização na sociedade em rede para uma teoria do conflito no Brasil contemporâneo. *Revista brasileira de sociologia*, 203-234.
- Santo, M. O., Diniz, E. H., & Ribeiro, M. M. (2016). Movimento passe livre e as manifestações de 2013: A internet nas jornadas de junho. Em J. A. Pinho, *Artefatos digitais para mobilização da sociedade civil : perspectivas para avanço da democracia* (pp. 141-167). Salvador: EDUFBA.
- Stabile, M., & Bülow, M. v. (2021). O velho não morreu, o novo já está aqui: informação e participação digital na era do bolsonarismo. Em L. Avritzer, F. Kerche, & M. Marona, *Governo Bolsonaro: retrocesso democrático e degradação política* (1 ed., pp. 481-494). Belo Horizonte , MG, Brasil: Autêntica.
- Sinder, M., & Paula, M. d. (2019). A concepção de sujeito na pós modernidade: um desafio para a educação: pensando com Foucault. Em M. d. Paula, *Educação, poder, resistência e subjetividade: pensando com Foucault* (pp. 25-42). Florianópolis, Brasil: Insular.
- Tatagiba, L. (2021). Desdemocratização, ascensão da extrema direita e repertórios de ação coletiva. Em L. Avritzer, F. Kerche, & M. Marona, *Governo Bolsonaro: retrocesso democrático e degradação política* (pp. 441-452). Belo Horizonte , MG, Brasil: Autêntica.
- Tarouco, G. d., & Madeira, R. M. (Mar de 2013). Partidos, Programas e o debate sobre esquerda e direita no Brasil. *Revista de Sociologia e Política*, 21(45), 149-165.
- Tavares, R. (2016). *Esquerda e direita: guia histórico para o século XXI*. Rio de Janeiro, RJ, Brasil: Tinta-da-china Brasil.
- Taylor, D. (2018). Práticas de si. Em D. Taylor, *Michel Foucault: Conceitos fundamentais* (F. Creder, Trad., pp. 221-238). Petrópolis, RJ, Brasil: Vozes.

Referências

- Abbagnano, N. (2012). *Dicionário de filosofia* (6 ed., Vol. 1). (A. Bosi, Ed., A. Bosi, & I. C. Benedetti, Trans.) São Paulo, SP, Brasil: WMF Martins Fontes.
- Baquero, M., & Moraes, J. (2014). Padrões de comportamento político juvenil com novas tecnologias de mídia: o papel da Tv e da Internet na construção da cultura política no Brasil. *Tempo da Ciência*, 21(42), 69-84.
- Bello, A. (2019). *Origem, Causas e Consequências da Polarização Política. (Doutorado)*. Universidade de Brasília, Programa de Pós-Graduação em Ciências Políticas. Brasília: Instituto de Ciências Políticas. Fonte: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/37008>
- Bardin, L. (2011). *Análise de conteúdo* / (1 ed.). (L. A. Reto, & A. Pinheiro, Trans.) São Paulo, SP, Brasil: Edições 70.
- Bobbio, N. (1984/2019). *O futuro da democracia. Uma defesa das regras do jogo* (16 ed.). Rio de Janeiro/São Paulo, Brasil: Paz e Terra.
- Bobbio, N. (2011). *Direita e esquerda: razões e significados de uma distinção política* (3 ed.). (M. A. Nogueira, Trad.) São Paulo, SP, Brasil: Unesp.
- Bolognesi, B., Babireski, F. R., & Maciel, A. P. (Mai/Ago de 2019). Conhecendo o vazio: congruência ideológica e partidos políticos no Brasil. *Política & Sociedade*, 18(42), 86-116.
- Castro, E. (2016). *Vocabulário de Foucault - Um percurso pelos seus temas, conceitos e autores* (2 ed.). (I. M. Xavier, Trad.) Belo Horizonte, MG, Brasil: Autêntica Editora.
- Castro, E. (2018). *Introdução a Foucault* (1 ed.). (B. d. Magalhães, Trad.) Belo Horizonte, MG, Brasil: Autêntica Editora.
- Ciribeli, J. P., & Paiva, V. H. (Jan-jun de 2011). Redes e mídias sociais na internet: realidades e perspectivas de um mundo conectado. *Mediação*, 13(12), 57-74.
- Corrêa, S. F. (2016). *O 'sujeito' da interpretação em Nietzsche e Foucault: uma leitura da genealogia da moral e da ética do cuidado de si*. (R. Moura, Ed.) Curitiba, PR, Brasil: CRV.
- Corrochano, M. C., Dowbor, M., & Jardim, F. A. (jan-abr de 2018). Juventudes e participação política no Brasil do século XXI: quais horizontes? *Laplace em Revista*, 04(01), 50-66.
- Coutinho, J. P. (2018). *Ideias Conservadoras explicadas a revolucionários e reacionários*. São Paulo, SP, Brasil: Três Estrelas.
- Couto, C. G. (2021). Do governo-movimento ao pacto militar-fisiológico. Em L. Avritzer, F. Kerche, & M. Marona, *Governo Bolsonaro: retrocesso democrático e degradação política* (1 ed., pp. 35-49). Belo Horizonte, MG, Brasil: Autêntica.

- Deleuze, G. (2019). *Foucault*. (C. S. Martins, & R. Ribeiro, Trans.) São Paulo, SP, Brasil: Brasiliense.
- Deslauriers, J.-P., & Kérisit, M. (2008). O delineamento de pesquisa qualitativa. Em J. Poupard, J.-P. Deslauriers, L.-H. Groulx, A. Laperrière, R. Mayer, & Á. Pires, *A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos* (A. C. Nasser, Trad., pp. 127-153). Petrópolis, RJ, Brasil: Vozes.
- Dias, V. C. (2016). *"Morando na rede": novos modos de constituição de subjetividades de adolescentes nas redes sociais*. Belo Horizonte, MG, Brasil: CRV.
- Dreyfus, H. L., & Rabinow, P. (1995). *Michel Foucault: Uma trajetória filosófica para além do estruturalismo e da hermenêutica*. (V. P. Carrero, Trad.) Rio de Janeiro, RJ, Brasil: Forense Universitária.
- Durozoi, G., & Roussel, A. (1993). *Dicionário de Filosofia*. (M. Appenzeller, Trad.) Campinas, SP, Brasil: Papirus.
- Empoli, G. D. (2020). *Os engenheiros do caos* (1 ed.). (A. Bloch, Trad.) São Paulo, SP, Brasil: Vestígio.
- Ferreira Neto, J. (Novembro de 2017). A Analítica da Subjetivação em Michel Foucault. *Polis e Psique*, 07-25.
- Fonseca, M. A. (2011). *Michel Foucault e a constituição do sujeito* ([e-book] 3 ed.). São Paulo, SP, Brasil: EDUC.
- Foucault, M. (1981/82/2010a). *A Hermenêutica do Sujeito* (3 ed.). (F. Ewald, A. Santana, F. Gros, Eds., M. A. Fonseca, & S. T. Muchail, Trans.) São Paulo, SP, Brasil: WMF Martins Fontes.
- Foucault, M. (1982/83/2010b). *Governo de si e dos outros*. (E. Brandão, Trad.) São Paulo, SP, Brasil: WMF Martins Fontes.
- Foucault, M. (1970/2014a). *A ordem do discurso: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970* (24 ed.). (L. d. Sampaio, Trad.) São Paulo, SP, Brasil: Edições Loyola.
- Foucault, M. (1975/2014b). *Vigiar e punir: nascimento da prisão* (42 ed.). (R. Ramalhete, Trad.) Petrópolis, RJ, Brasil: Vozes.
- Foucault, M. (1979/80/2014c). *Do governo dos vivos: Curso no Collège de France*. (E. Brandão, Trad.) São Paulo, SP, Brasil: Editora WMF Martins Fontes.
- Foucault, M. (2015). *Ditos e escritos, vol IV: estratégia, poder-saber* (3 ed.). (V. L. Ribeiro, Trad.) Rio de Janeiro, RJ, Brasil: Forense Universitária.

- Foucault, M. (1980/81/2016). *Subjetividade e Verdade*. (F. Gros, F. Ewald, A. Fontana, Eds., & R. C. Abílio, Trad.) São Paulo, SP, Brasil: WMF Martins Fontes.
- Foucault, M. (2017). *Ditos e escritos, vol V: ética. sexualidade. política* (3 ed.). (E. Monteiro, & I. A. Barbosa, Trans.) Rio de Janeiro, RJ, Brasil: Forense Universitária.
- Foucault, M. (1969/2019a). *A Arqueologia do Saber* (8 ed.). (L. F. Neves, Trad.) Rio de Janeiro, RJ, Brasil: Forense Universitária.
- Foucault, M. (1976/2019b). *História da sexualidade 1: A vontade de saber* (8 ed.). (M. T. Albuquerque, & J. A. Guilhaon Albuquerque, Trans.) Rio de Janeiro/São Paulo, Brasil: Paz e Terra.
- Foucault, M. (1979/2019c). *Microfísica do Poder* (10ª ed.). (R. Machado, Ed.) Rio de Janeiro/São Paulo, Rio de Janeiro, Brasil: Paz e Terra.
- Freitas, A., & Silva, G. P. (Janeiro-Abril de 2019). Das manifestações de 2013 À eleição de 2018 no Brasil: Buscando uma abordagem institucional. *Novos Estudos*, 137-155. Fonte: <https://www.scielo.br/j/nec/a/kZmgBYXhY6CMvYYLnv7w6yp/abstract/?lang=pt>
- Freixo, E. d. (2019). *Polarização política brasileira: ideologia e discurso na cena política nacional*. Curitiba, PR, Brasil: Juruá.
- Fuks, B. B., & Rudge, A. M. (2018). Em torno da complexa articulação sujeito e cultura. *Psicologia USP*, 29(1), 1-9. doi:<http://dx.doi.org/10.1590/0103-656420160153>
- Fuser, I. (2018). América Latina: progressismo, retrocesso e resistência. *SAÚDE DEBATE*, 42(3), 78-89.
- Globo.com. (18 de Junho de 2013). G1. *Imprensa internacional destaca manifestações no Brasil*. São Paulo, SP, Brasil. Acesso em 04 de Julho de 2020, disponível em <http://g1.globo.com/mundo/noticia/2013/06/imprensa-internacional-destaca-manifestacoes-no-brasil.html>
- González-Rey, F. (2017). *Pesquisa qualitativa e subjetividade: os processos de construção da informação*. (M. A. Silva, Trad.) São Paulo, SP, Brasil: Cengage Learning.
- González-Rey. (2003). *Sujeito e subjetividade*. São Paulo: Thomson.
- Gracia, T. I. (13 de 06 de 2014). Foucault o la ética y la práctica de la libertad. Dinamitar espejismos y propiciar insumisiones. *Athenea Digital*, p. 14. Fonte: <http://dx.doi.org/10.5565/rev/athenea.1390>
- Guattari, F., & Rolnik, S. (1996). *Micropolítica: Cartografias do Desejo* (4 ed.). Petrópolis, RJ, Brasil: Vozes.
- Heyes, C. J. (2018). Subjetividade e poder. Em D. Taylor, *Michel Foucault: Conceitos fundamentais* (pp. 203-220). Petrópolis: Vozes.

- Hur, D. U., & Sabucedo, J. M. (2020). Apresentação: Psicologia dos extremismos políticos e polarizações sociais . Em D. U. Hur, & J. M. Sabucedo, *Psicologia dos extremismos políticos* (1ª ed., pp. 07-15). Petrópolis, Rio de Janeiro, Brasil: Vozes.
- Hur, D. U., & Sandoval, S. (2020). Psicologia Política da polarização e extremismo no Brasil: Neoliberalismo, crise e neofascismos. Em D. U. Hur, & J. M. Sabucedo, *Psicologia dos extremismos políticos* (pp. 117-146). Petrópolis, RJ, Brasil: Vozes.
- Leite, R. C. (2011). Aportes teóricos para análise política da universidade . *Educação em Revista [online]*, 27(01), 113-128.
- León, L. P. (23 de 08 de 2020). *Brasil tem 152 milhões de pessoas com acesso à internet*. Fonte: Agência Brasil:
<https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2021-08/brasil-tem-152-milhoes-de-pessoas-com-acesso-internet>
- Lima, N. L., Berni, J. T., & Dias, V. C. (2019). Apresentação. Em N. L. Lima, J. T. Berni, V. C. Dias , L. H. Teixeira , D. Costa , B. Dionísio , . . . V. M. Barbosa, *A escola navega na web: que onda é essa?* (p. 266). Belo Horizonte , MG, Brasil: Universo & Cidade.
- Lynch, R. A. (2018). A teoria do Poder de Foucault. Em D. Taylor, *Michel Foucault: Conceitos Fundamentais* (F. Creder, Trad., pp. 23-40). Petrópolis: Vozes.
- Machado, R. (2019). Introdução. Em M. Foucault, *Microfísica do poder* (10 ed., pp. 07-34). Rio de Janeiro/São Paulo, Brasil: Paz e Terra.
- Mansano, S. R. (2009). Sujeito, subjetividade e modos de subjetivação na contemporaneidade. *Revista de Psicologia da UNESP*, 8(2), 110-117. Acesso em 20 de setembro de 2020, disponível em
<https://seer.assis.unesp.br/index.php/psicologia/article/view/946>
- Marconi, M. d., & Lakatos , E. M. (2019). *Fundamentos de metodologia científica* (8 ed.). São Paulo, SP, Brasil: Atlas.
- Martins, L. A., & Peixoto Junior, C. A. (Mai-ago de 2013). Deslocamentos na Governamentalidade: a subjetivação como resistência ético-política em Foucault. *Psicologia Política*, 13(27), 245-259.
- Martins, L. P. (2021). *Sujeitos de verdade: Foucault e uma genealogia da psicanálise* (1 ed.). Curitiba, PR, Brasil: Kotter editorial.
- Mayorga, C. (abril-junho de 2013). Pesquisar a juventude e sua relação com a política – Notas metodológicas. *Estudos de Psicologia*, 343-350.
- McGushin, E. (2018). A teoria e a prática da subjetividade de Foucault. Em D. Taylor, *Michel Foucault: conceitos fundamentais* (F. Creder, Trad., pp. 164-184). Petrópolis, RJ: Vozes.

- Melito, L. (18 de 06 de 2013). *Conheça as origens do Movimento Passe Livre - EBC*. Fonte: Portal EBC:
<https://www.ebc.com.br/cidadania/2013/06/conheca-as-origens-do-movimento-passe-livre>
- Mercuri, K. T., & Lima-Lopes, R. E. (mai/ago de 2020). Discurso de ódio em mídias sociais como estratégia de persuasão popular. *Dossiê: Trabalhos de linguística aplicada*, 59(2), 1216-1238. doi:<http://dx.doi.org/10.1590/01031813760991620200723>
- Mills, C. W. (2009). *Sobre o artesanato intelectual e outros ensaios*. (M. L. Borges, Trad.) Rio de Janeiro, RJ, Brasil: Jorge Zahar.
- Moreira Martins, L. A., & Peixoto Junior, C. A. (MAIO-AGO de 2013). Deslocamentos na Governamentalidade: a subjetivação como resistência ético-política em Foucault. *Psicologia Política*, 13(27), 245-259.
- Moreira, M. M. (2019). Poder e norma: um estudo foucaultiano para pensar o corpo disciplinado na educação. Em M. d. (org), *Educação, poder, resistência e subjetividade: Pensando com Foucault* (pp. 125-142). Florianópolis, SC, Brasil: Insular.
- Nicolau, J. (2020). *O Brasil dobrou à direita: uma radiografia da eleição de Bolsonaro em 2018* (1 ed.). Rio de Janeiro, RJ, Brasil : Zahar.
- Oliveira, C., & Turgeon, M. (Dezembro de 2015). Ideologia e comportamento político no eleitorado brasileiro. *Opinião Pública*, 21(03), 574-600.
- Paula, M. d. (2019). Introdução. Em M. d. (org.), & N. R. Moura (Ed.), *Educação, poder, resistência e subjetividade: Pensando em Foucault* (pp. 11-24). Florianópolis, SC, Brasil: Insular.
- Peduzzi, P. (21 de Maio de 2020). Agência Brasil. *Mapa do Ensino Superior aponta maioria feminina e branca*. Brasília, DF, Brasil. Acesso em 28 de Setembro de 2020, disponível em <https://agenciabrasil.ebc.com.br/educacao/noticia/2020-05/mapa-do-ensino-superior-aponta-para-maioria-feminina-e-branca#:~:text=O%20estudante%20das%20institui%C3%A7%C3%B5es%20de,de%20at%C3%A9%20dois%20sal%C3%A1rios%20m%C3%ADnimos.>
- Recuero, R., & Gruzd, A. (mai-ago de 2019). Cascatas de Fake News Políticas: um estudo de caso no Twitter. *Galaxia (São Paulo, online)*(41), 31-47.
- Rink, A., & Hourí, M. d. (2019). Coletivos Feministas e heterotopias: a educação não formal forjando transformações na educação superior. Em M. d. Paula, *Educação, poder, resistência e subjetividade: pensando com Foucault* (pp. 59-84). Florianópolis, Brasil: Insular.
- Rubião, A. (2013). *História da Universidade: Genealogia para um "modelo participativo"*. Coimbra: EDIÇÕES ALMEDINA, SA. Acesso em 20 de 05 de 2020, disponível em https://books.google.com.br/books?id=I0xRAgAAQBAJ&printsec=frontcover&hl=pt-BR&source=gbs_ge_summary_r&cad=0#v=onepage&q&f=false

- Ruediger, M. A., Martins, R., Luz, M. D., & Grassi, A. (2014). Ação coletiva e polarização na sociedade em rede para uma teoria do conflito no Brasil contemporâneo. *Revista brasileira de sociologia*, 203-234.
- Sabucedo, J. M., Alzate, M., & Gómez-Román, C. (2020). Extremismo e secessionismo em contextos de crise - O movimento independentista na Catulunha/Espanha. Em V. autores, D. U. Hur, & J. M. Sabucedo (Eds.), *Psicologia dos extremismos políticos* (pp. 16-41). Petrópolis, RJ, Brasil: Vozes.
- Santo, M. O., Diniz, E. H., & Ribeiro, M. M. (2016). Movimento passe livre e as manifestações de 2013: A internet nas jornadas de junho. Em J. A. Pinho, *Artefatos digitais para mobilização da sociedade civil : perspectivas para avanço da democracia* (pp. 141-167). Salvador: EDUFBA.
- Santos, L. (2019). O imaginário em torno da qualidade de ensino e a produção da subjetividade como forma de resistência. Em M. d. Paula, *Educação, poder, resistência e subjetividade: pensando com Foucault* (pp. 85-104). Florianópolis, Brasil: Insular.
- Scruton, R. (2020). *Tolos, fraudes e militantes: pensadores da Nova Esquerda* (7 ed.). (A. Bonrruquer, Trad.) Rio de Janeiro, RJ, Brasil: Record.
- Severino, A. J. (1941/2016). *Metodologia do trabalho científico* (24 ed.). São Paulo, SP, Brasil: Cortez.
- Sinder, M., & Paula, M. d. (2019). A concepção de sujeito na pós modernidade: um desafio para a educação: pensando com Foucault. Em M. d. Paula, *Educação, poder, resistência e subjetividade: pensando com Foucault* (pp. 25-42). Florianópolis, Brasil: Insular.
- Spink, P. K. (jul./dez de 2003). Pesquisa de Campo em Psicologia Social . *Psicologia & Sociedade*, pp. 18-42.
- Sposito, M. P., & Tarábola, F. d. (out.-dez de 2016). Experiência universitária e afiliação: multiplicidade, tensões e desafios da participação política dos estudantes . *Educ. Soc.*, 37(137), 1009-1028. doi:<https://doi.org/10.1590/ES0101-73302016166158>
- Stabile, M., & Bülow, M. v. (2021). O velho não morreu, o novo já está aqui: informação e participação digital na era do bolsonarismo. Em L. Avritzer, F. Kerche, & M. Marona, *Governo Bolsonaro: retrocesso democrático e degradação política* (1 ed., pp. 481-494). Belo Horizonte , MG, Brasil: Autêntica.
- Stone, B. E. (2018). Subjetividade e verdade. Em D. Taylor, *Michel Foucault: Conceitos fundamentais* (pp. 185-202). Petrópolis : Vozes.
- Sueth, R., & Paula, M. d. (2019). Políticas de avaliação do trabalho acadêmico e seus desdobramentos na pós-graduação . Em M. d. Paula, *Educação, Poder, Resistência e Subjetividade: pensando com Foucault* (pp. 181-208). Florianópolis , SC, Brasil: Insular.

- Tarouco, G. d., & Madeira, R. M. (Mar de 2013). Partidos, Programas e o debate sobre esquerda e direita no Brasil. *Revista de Sociologia e Política*, 21(45), 149-165.
- Tarrow, S. (1997). *El poder en movimiento. Movimientos sociales, acción colectiva y política*. Madrid: Alianza.
- Tatagiba, L. (2021). Desdemocratização, ascensão da extrema direita e repertórios de ação coletiva. Em L. Avritzer, F. Kerche, & M. Marona, *Governo Bolsonaro: retrocesso democrático e degradação política* (pp. 441-452). Belo Horizonte, MG, Brasil: Autêntica.
- Tavares, R. (2016). *Esquerda e direita: guia histórico para o século XXI*. Rio de Janeiro, RJ, Brasil: Tinta-da-china Brasil.
- Taylor, D. (2018). Introdução: Poder, liberdade e subjetividade. Em D. Taylor, *Michel Foucault: Conceitos fundamentais* (F. Creder, Trad., pp. 09-19). Petrópolis, RJ, Brasil: Vozes.
- Taylor, D. (2018). Práticas de si. Em D. Taylor, *Michel Foucault: Conceitos fundamentais* (F. Creder, Trad., pp. 221-238). Petrópolis, RJ, Brasil: Vozes.
- Tomazelli, C. T. (31 de Maio de 2020). Estadão. *Apoiadores de Bolsonaro pedem intervenção militar durante manifestação em Brasília*. Brasília, DF, Brasil. Acesso em 04 de Julho de 2020, disponível em <https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,apoiadores-de-bolsonaro-fazem-novo-protesto-em-brasilia,70003320275>

APÊNDICE A: TCLE PARA O QUESTIONÁRIO
PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS
Pró-Reitoria de Pesquisa e de Pós-graduação
Comitê de Ética em Pesquisa – CEP

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

N.º Registro CEP: CAAE 35471120.6.0000.5137

Título do Projeto: Processos de Subjetivação e escolha política na formação universitária

Prezado Sr (a),

Você está sendo convidado a participar de uma pesquisa que estudará os processos de subjetivação que atravessam os sujeitos durante sua formação universitária e que esteja ligado a sua escolha política.

Os critérios de inclusão para a participação desta pesquisa consistem em: O respondente ter 18 anos ou mais; responder voluntariamente ao questionário. Estar devidamente matriculado (a), do 3º período em diante no instante em que participa da pesquisa em algum curso de nível superior. Sua participação neste estudo consiste em responder a 30 questões, estima-se que o preenchimento do formulário durará aproximadamente 15 minutos. As questões são sobre a formação universitária e as possíveis relações do percurso formativo com seu posicionamento político.

Os riscos de sua participação neste estudo são mínimos, mas caso sinta algum desconforto emocional durante o preenchimento do formulário e precise de atendimento psicológico em decorrência disso, poderá entrar em contato através do número de telefone ou e-mail do responsável pela pesquisa disponibilizado ao final deste termo, para um acolhimento inicial, dada a experiência profissional como psicólogo clínico, onde será oferecido atendimento de forma remota. Outro detalhe a ser destacado é que você pode interromper sua participação a qualquer momento, não havendo nenhum prejuízo pessoal ou econômico.

Acreditamos que o participante será beneficiado (a), através dos dados produzidos por esta pesquisa, em compreender o que durante a formação universitária coopera para sua escolha

política. Além dos dados produzidos pela pesquisa terem o potencial de trazer avanços para a compreensão de estudos nas ciências humanas, o que pode em alguma medida, refletir na qualidade de vida dos sujeitos, sendo o participante um desses agentes da sociedade em questão. Você terá acesso aos resultados que serão disponibilizados posteriormente, por meio da publicação de artigos e/ou livros derivados do estudo.

As informações obtidas nesse estudo serão confidenciais, sendo assegurado o sigilo sobre sua participação em todas as fases da pesquisa, e quando da apresentação dos resultados em publicação científica ou educativa, uma vez que os resultados serão sempre apresentados como retrato de um grupo e não de uma pessoa. Você poderá se recusar a participar ou a responder algumas das questões a qualquer momento, não havendo nenhum prejuízo pessoal se esta for a sua decisão. Todo material coletado durante a pesquisa ficará sob a guarda e responsabilidade do pesquisador responsável pelo período de 5 (cinco) anos e, após esse período, será destruído.

Pesquisador responsável: Diêgo Alves Fernandes

E-mail: psidiegofernandes@gmail.com

Cel.: (31) 9 9493-7613

Este estudo foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, coordenado pela Prof.^a Cristiana Leite Carvalho, que poderá ser contatado em caso de questões éticas, pelo telefone 3319-4517 ou e-mail cep.proppg@pucminas.br.

Obs: Recomendamos que você GUARDE uma cópia desse documento.

Li e concordo com os termos aqui estabelecidos!

APÊNDICE B: TCLE PARA A ENTREVISTA
PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS
Pró-Reitoria de Pesquisa e de Pós-graduação
Comitê de Ética em Pesquisa – CEP

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

N.º Registro CEP: CAAE 35471120.6.0000.5137

Título do Projeto: Processos de Subjetivação e escolha política na formação universitária

Prezado Sr (a),

Você está sendo convidado a participar de uma pesquisa que estudará os processos de subjetivação que atravessam o sujeito durante sua formação universitária que estejam direta e indiretamente ligados à sua escolha política, isto é, serão levados em consideração tudo que ocorre durante no período que você esteja cursando o ensino superior e que possa de alguma maneira corroborar em sua opção no campo político.

O convite para sua participação na segunda etapa da pesquisa, resultou por você ter respondido ao questionário online, disponibilizado na primeira etapa da pesquisa pelas redes sociais. Além disso, você também foi selecionado por atender aos critérios de inclusão elencados a seguir: Possui 18 anos ou mais; está cursando algum curso de nível superior do 3º período em diante; por se disponibilizar a responder voluntariamente as perguntas na entrevista. E por último, corresponde a composição da amostra selecionada a partir do questionário, ao que se refere o seu posicionamento político, conforme respondido na primeira etapa da pesquisa. Isto para que possamos avaliar de maneira comparativa como ocorre os processos de subjetivação de alunos das diferentes matrizes políticas.

Supomos que os riscos para sua participação neste estudo sejam mínimos, podendo apresentar um certo desconforto emocional. Caso isto ocorra, e o participante precise de atendimento psicológico, ele (a) poderá entrar em contato através do número de telefone ou e-mail do responsável pela pesquisa disponibilizado ao final do presente termo. Onde será encaminhado (a) para o atendimento psicológico via Clínica Escola da Pontifícia Universidade - PUC Minas. Esclarecendo que todas as entrevistas serão realizadas de forma individual, logo o

participante só terá contato com o pesquisador. Não sendo exposto a discussões grupais ou algo do gênero. Um detalhe relevante é que você pode se recusar a participar ou responder perguntas a qualquer momento, não havendo nenhum prejuízo pessoal ou econômico.

Reputamos que o participante e a sociedade da qual ele faz parte poderá ser beneficiado (a), a partir do momento que os dados elaborados, venham ser disponibilizados com a publicação de artigos e/ou livros que estarão disponíveis posteriormente. Quando então, o participante terá acesso aos resultados da pesquisa, tendo em vista que o avanço em pesquisas para o ser humano, pode promover o bem-estar e a qualidade de vida das pessoas no âmbito social, cultural e civil, do qual o sujeito é parte constituinte.

Sua participação neste estudo consiste em responder algumas perguntas em uma entrevista semiestruturada, o que levará aproximadamente 45 minutos. Será realizada uma coleta de dados com questões que sobre sua formação universitária que possua relação com seu posicionamento político. Será utilizado um gravador além de um diário de campo para fazer anotações que sejam pertinentes a proposta da pesquisa. As gravações e transcrições estão destinadas estritamente para descrição dos dados coletados durante a pesquisa. Garantindo com isso, que dado o término do estudo, os dados pessoais não serão, sob nenhuma hipótese, expostos para qualquer outra finalidade que não seja as já descritas aqui.

As informações obtidas nesse estudo serão confidenciais, sendo assegurado o sigilo sobre sua participação em todas as fases da pesquisa, e quando da apresentação dos resultados em publicação científica ou educativa, uma vez que os resultados serão sempre apresentados como retrato de um grupo e não de uma pessoa. Você poderá se recusar a participar ou a responder algumas das questões a qualquer momento, não havendo nenhum prejuízo pessoal se esta for a sua decisão.

Mais uma vez reforçamos que sua participação é importante e voluntária. Você não terá nenhum gasto e também não receberá nenhum pagamento por participar desse estudo. Com isso, tanto o seu deslocamento como quaisquer outros gastos serão de responsabilidade do pesquisador.

As informações obtidas nesse estudo serão confidenciais, sendo assegurado o sigilo sobre sua participação, quando da apresentação dos resultados em publicação científica ou educativa, uma vez que os resultados serão sempre apresentados como retrato de um grupo e não de uma

pessoa. Você poderá se recusar a participar ou a responder algumas das questões a qualquer momento, não havendo nenhum prejuízo pessoal se esta for a sua decisão. Todo material coletado durante a pesquisa ficará sob a guarda e responsabilidade do pesquisador responsável pelo período de 5 (cinco) anos e, após esse período, será destruído.

Você receberá uma cópia deste termo onde consta o telefone e o endereço do pesquisador responsável, podendo tirar suas dúvidas sobre o projeto e sua participação, agora ou a qualquer momento.

Pesquisador responsável: Diêgo Alves Fernandes, . Cel. (31) 9 9493-7613

Este estudo foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, coordenado pela Prof.^a Cristiana Leite Carvalho, que poderá ser contatado em caso de questões éticas, pelo telefone 3319-4517 ou e-mail cep.proppg@pucminas.br.

Belo Horizonte, de 2020.

Dou meu consentimento de livre e espontânea vontade para participar deste estudo.

Nome do participante (em letra de forma)

Assinatura do participante ou representante legal

Data

Obrigado pela sua colaboração e por merecer sua confiança.

Diêgo Alves Fernandes _____

Nome (em letra de forma) e Assinatura do pesquisador

Data

Autorizo gravação (☐) Não autorizo gravação (☐)

APÊNDICE C: ROTEIRO DE PERGUNTAS DO QUESTIONÁRIO

PROCESSOS DE SUBJETIVAÇÃO E ESCOLHA POLÍTICA NA FORMAÇÃO UNIVERSITÁRIA

Uma vez esclarecido do que se trata a presente pesquisa você concorda em participar? Marcar apenas uma oval.

O a) Sim

O b) Não

Dados sobre vínculo institucional.

As primeiras questões tratam do seu vínculo institucional, bem como, as possíveis implicações que a instituição possui ou não em sua escolha política durante esse período estudantil!

01- Qual a natureza da instituição que você estuda? Marcar apenas uma oval.

O a) Pública

O b) Privada

02- Em qual curso você está matriculado (a)?

03- Qual período está cursando atualmente?

04- Em qual estado está localizada a Universidade que você está matriculado (a)?

05- Entre muito, pouco ou nada quanto você acredita que a entrada na universidade modificou sua posição política? Marcar apenas uma oval.

O a) Muito

O b) Pouco

O c) Nada

06- Em sua opinião, entre muito, pouca ou nada, quanto a Universidade contribui para o seu posicionamento político? Marcar apenas uma oval por linha.

	Muito	pouco	nada
A posição política dos professores	☐	☐	☐
A posição política dos colegas	☐	☐	☐
O conteúdo das disciplinas ensinadas em sala de aula	☐	☐	☐

07- Você participa ou participou de alguma organização relacionada a políticas estudantis coletiva na Universidade? Marcar apenas uma oval.

O a) Sim

O b) Não

Dados sobre seu posicionamento político.

Nesta sessão você irá responder a perguntas relacionadas com seu posicionamento político.

08- Entre muito, pouco ou nada quanto você considera que o período de formação universitária seja crucial para o posicionamento político dos estudantes? Marcar apenas uma oval.

O a) Muito

O b) Pouco

O c) Nada

09- Você se localiza em qual posição política? Marcar apenas uma oval.

O a) Esquerda

O b) Direita

O c) Centro

O d) Centro-esquerda

O e) Centro-direita

O f) Não sei

10- Você possui ligação ou filiação com algum partido político? Se sim, qual?

O a) Moderado

O b) Polarizado

O c) Não sei

11- Você analisa o cenário político brasileiro na atualidade como sendo moderado ou polarizado?

12- O que você considera mais importante em um governo? Marcar apenas uma oval.

a) A ideologia defendida pelo governo, por exemplo, ser progressista, socialista conservador, liberal, direita, esquerda, centro-esquerda ou centro-direita.

b) A situação econômica e o bem-estar financeiro propiciado pelas políticas adotadas pelo governo, independentemente da ideologia.

c) O preparo intelectual e a capacidade discursiva dos governantes.

d) Não me interessa por pautas políticas, nem pelas ideologias defendidas por governos.

13- Por meio de qual plataforma você mais se informa politicamente? Marcar apenas uma oval.

O a) Livros, artigos e revistas

O b) Jornais, noticiários em rádio e televisão

O d) Plataformas digitais como Whatsapp, Instagram, Facebook, e outros.

O e) Todas acima.

O f) Não faço leitura e nem acompanho noticiários relacionados a política

14- Na escala de 1 a 5, quanto você conseguiria conceituar teoricamente o que significa (centro, direita e esquerda) no campo político? Marcar apenas uma oval.

1 2 3 4 5

Pouco O O O O O Muito

15- Na escala de 0 a 5 quanto aproximadamente você manteria em seu círculo próximo de amigos, pessoas com posições políticas opostas a sua? Sendo que 0 não manteria e 5 manteria amizades próximas com essas pessoas. Marcar apenas uma oval.

0 1 2 3 4 5

Não manteria ☐ ☐ ☐ ☐ ☐ ☐ Sim manteria

16- Entre muito possível, pouco possível, não terminaria ou terminaria. Qual a possibilidade de você romper amizades devido a motivações políticas? Marcar apenas uma oval.

☐ a) Muito possível

☐ b) Pouco possível

☐ c) Não terminaria

☐ d) Terminaria

17- Entre muito possível, pouco possível ou não me afastaria. Qual a chance de você se afastar de familiares por motivações políticas?

☐ a) Muito possível

☐ b) Pouco possível

☐ c) Não me afastaria

☐ d) Me afastaria

18- Como você considera que a sociedade seria se não houvesse posições políticas contrárias?

☐ a) Muito melhor

☐ b) Muito pior

19- Na escala de 1 a 5, você considera que seja desnecessário ou fundamental, as posições políticas divergentes para o bom funcionamento da democracia. Sendo 1 desnecessário e 5 fundamental? Marcar apenas uma oval.

1 2 3 4 5

Desnecessário O O O O O Fundamental

20- Na escala de 01 a 05, qual o seu sentimento quando em uma conversa alguém busca defender as ideias políticas que são divergentes do seu posicionamento. Sendo 01 fica indiferente e 05 fica com raiva.

1 2 3 4 5

Indiferente O O O O O Raiva

Dados socioeconômicos e posições políticas dos pais.

Aqui você está inserido perguntas que buscam compreender os fatores socioeconômicos, além da posição política dos pais ou responsáveis.

21- Renda familiar per capita, ou seja, de todos os moradores da casa? Marcar apenas uma oval

O a) Entre um e quatro salários mínimos

O b) Entre cinco e dez salários mínimos

O c) Acima de dez salários mínimos

O d) Não sei

22- Você possui renda própria? Marcar apenas uma oval.

O a) Sim

O b) Não

23- Qual a posição política do seu pai ou responsável? Marcar apenas uma oval.

O a) Direita

O b) Esquerda

O c) Centro

O d) Não sei

O e) Não tenho pai

24- Qual a posição política da sua mãe ou responsável? Marcar apenas uma oval.

- O a) Direita
- O b) Esquerda
- O c) Centro
- O d) Não sei
- O e) Não tenho mãe

Dados pessoais

você descreverá qual o seu gênero, etnia/raça, religião, idade e outros.

25- Idade? Marcar apenas uma oval

- O a) 18-24 anos
- O b) 25-39 anos
- O c) 40-59 anos
- O d) Mais de 60 anos

26- Como você se identifica no que corresponde a etnia/raça?

27- Quanto a gênero, como você se identifica?

28- Você possui religião? Se sim, qual?

29- Teremos uma segunda etapa do estudo em que é muito importante conversarmos com pessoas de posicionamentos políticos diferentes, você gostaria de ser convidado (a) para o aprofundamento do tema? Se sim, insira seu e-mail para a próxima resposta! Marcar apenas uma oval

O a) Sim

O b) Não

30- Se sua resposta para a pergunta anterior foi SIM, insira seu endereço de e-mail para um possível convite para a segunda etapa da pesquisa.

APÊNDICE D: ROTEIRO PARA A ENTREVISTA**PROCESSOS DE SUBJETIVAÇÃO E ESCOLHA POLÍTICA NA FORMAÇÃO
UNIVERSITÁRIA**

- 01- Qual a cidade, estado e a natureza da instituição que você estuda, isto é, pública ou privada?
- 02- Em qual curso e período você está matriculado (a)?
- 03- Quando você ouve a palavra política o que você pensa? Por quê?
- 04- Em quais aspectos você considera que o percurso universitário contribui para o posicionamento político dos estudantes? Desse modo, quais efeitos você entende que isso pode gerar na sociedade?
- 05- Você acredita que há algo específico na formação universitária que inspire o posicionamento político dos estudantes? Por quê?
- 06- Você considera que o ambiente universitário subsidia a pluralidade de posicionamentos políticos? Por quê?
- 07- Para além da contribuição que a universidade tem na escolha política dos estudantes, você considera que ela produz ou não um senso crítico no que concerne à política? Por quê?
- 08- Em sua interpretação, a academia produz conhecimentos relevantes para a sociedade? Com isso, como você avalia a produção científica, como sendo algo que orienta a vida das pessoas no dia a dia ou não?
- 09- Você tem pessoas em seu ciclo estudantil próximo que possui posicionamento político divergente do seu? Como é essa experiência para você?

10- Você considera que a existência de posições políticas divergentes seja ou não fundamental para o funcionamento da democracia nos moldes brasileiros . Por quê?

11- Você possui alguma posição política definida? Se sim, qual seria e se não por quê?

12- Para você o que é ser de esquerda, direita ou centro, no contexto brasileiro?

13- Você é filiado em algum partido ou político específico? Se sim, qual?

14- Por meio de qual plataforma você se informa sobre questões políticas?

15- Na sua opinião a sociedade seria melhor ou pior se não houvesse posições políticas contrárias? Por quê?

16- Como você classifica o comportamento político das pessoas que se encontram em outro espectro político que você? Por quê?

17- Como você avalia a condução da crise de pandemia da COVID-19 por parte dos políticos brasileiros?

18- Você considera que o discurso sobre a vacinação ou não dos brasileiros deve ser discutido por políticos, pelos Ministros do Supremo Tribunal Federal ou que isso deveria ser debatido e determinado apenas pelos infectologistas, médicos, demais especialistas e órgãos reguladores?

19- Qual é a renda familiar per capita da sua casa?

20- Você possui renda própria?

21- Qual o seu nome completo e idade?

22- Qual o seu estado civil?

23- Como você se identifica no que corresponde a etnia/raça?

24- Quanto a gênero, como você se identifica?

25- Você possui religião? Se sim, qual?

APÊNDICE E: PRIMEIRO PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE
CATÓLICA DE MINAS GERAIS -
PUCMG



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: Processos de subjetivação e escolha política durante a formação universitária

Pesquisador: DIEGO ALVES FERNANDES

Área Temática:

Versão: 1

CAAE: 35471120.6.0000.5137

Instituição Proponente: Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais - PUC-MG

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 4.306.184

Apresentação do Projeto:

O projeto de pesquisa apresentado parte da seguinte pergunta: Qual a relação entre a escolha política dos estudantes com sua formação universitária? O objetivo é compreender os fatores presentes nos modos de subjetivação e que são determinantes na escolha política de estudantes no percurso de sua formação universitária. Trata-se de uma pesquisa qualitativa ancorada teoricamente nas áreas de psicologia social, ciências políticas e da psicologia política. As técnicas a serem utilizadas são: análise documental, questionário virtual e entrevistas. O questionário será composto de perguntas fechadas e será encaminhado pelas plataformas digitais -Facebook, Instagram, Whatsapp para os alunos universitários, matriculados nos cursos de graduação das universidades. Em seu conteúdo será feito uma consulta ao universitário sobre a possibilidade de ceder uma entrevista posteriormente, a ser agendada por e-mail, que poderá ser virtual ou presencial, de acordo com a vigência da recomendação da OMS sobre o isolamento social. Serão disponibilizados o Termo de Consentimento Livre Esclarecido (TCLE) para assinatura e devolução do mesmo ao pesquisador. O autor propõe realizar 20 entrevistas com as pessoas que responderam positivamente sobre a possibilidade de conceder uma entrevista. Para a leitura analítica será utilizado a análise de conteúdo.

Objetivo da Pesquisa:

Objetivo Primário:

Endereço: Av. Dom José Gaspar, 500 - Prédio 03, sala 228

Bairro: Coração Eucarístico

CEP: 30.535-901

UF: MG

Município: BELO HORIZONTE

Telefone: (31)3319-4517

Fax: (31)3319-4517

E-mail: cep.propgg@pucminas.br

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE
CATÓLICA DE MINAS GERAIS -
PUCMG



Continuação do Parecer: 4.306.184

- Compreender que fatores estão presentes nos modos de subjetivação e que são determinantes na escolha política de estudantes no percurso de sua formação universitária.

Objetivos Secundários:

- Descrever o cenário de polarização política no contexto brasileiro;
- Apontar quais componentes da formação universitária se articulam com a escolha política dos estudantes;
- Identificar quais fatores são determinantes na escolha política dos estudantes.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Riscos: os riscos com essa pesquisa são MÍNIMOS, como, podendo causar desconfortos emocionais e psicológicos.

Benefícios: Supomos a ocorrência de modos de subjetivação singulares durante a formação universitária dos sujeitos, por ser esse um período histórico e importante para eles. Impactando-os direta e indiretamente em diversas áreas, dentre as quais, nas relações familiares, no âmbito político, econômico e social, acentuando-se, assim, seu grau de relevância não só para a esfera acadêmica como também para no campo social e político.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

- 1 - Em relação à metodologia do estudo, o pesquisador não define os critérios para a seleção dos 20 entrevistados que serão convidados a participar das entrevistas, o que pode comprometer o aspecto ético.
 - 2 - Em relação aos riscos de "desconfortos emocionais e psicológicos", é necessário esclarecer como a assistência será ofertada se será gratuita. Como possibilitar isso no caso dos questionários serem distribuídos por redes sociais? Os riscos apresentados são os mesmos para as duas técnicas de coleta de dados, questionário e entrevista; entretanto as implicações envolvidas nestas duas técnicas podem apresentar riscos diferentes.
- O contato fornecido no caso de riscos deve ser o telefone pessoal e/ou e-mail, não sendo recomendado o endereço do pesquisador. Além disso, sendo distribuído por redes sociais, o participante pode se encontrar em local/município distante do endereço fornecido.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Os documentos anexados pelo pesquisador estão adequados às normas vigentes. São eles: Folha de Rosto, Projeto detalhado, modelo de TCLE para as entrevistas e modelo de TCLE para o

Endereço: Av. Dom José Gaspar, 500 - Prédio 03, sala 228

Bairro: Coração Eucarístico

CEP: 30.535-901

UF: MG

Município: BELO HORIZONTE

Telefone: (31)3319-4517

Fax: (31)3319-4517

E-mail: cep.propgg@pucminas.br

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE
CATÓLICA DE MINAS GERAIS -
PUCMG



Continuação do Parecer: 4.306.184

questionário. Ambos apresentam espaço para assinatura dos participantes. No caso de entrevistas, parece ser viável, mas no caso de questionário distribuído em redes sociais pode não ser exequível. O modelo de TCLE não informa que o participante foi escolhido a partir das respostas do questionário. Também não ficou claro como será obtido o cadastro dos estudantes universitários para aplicação do questionário.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Pendências:

- 1 - Esclarecer como serão recrutados e selecionados os participantes do estudo que responderão ao questionário. Esclarecer quais serão os critérios de escolha dos estudantes que serão entrevistados.
 - 2 - Apresentar riscos e benefícios específicos para cada um dos modelos de TCLE, visto que são técnicas diferentes, com implicações diferentes em relação a estes quesitos.
 - 3 - Se existir riscos que impliquem em necessidade de atendimento psicológico, detalhar como isso será encaminhado, de forma clara e objetiva: para onde serão direcionados e se será de forma gratuita ou não (SUS?).
 - 4 - Revisar a informação em que consta o endereço do pesquisador, substituindo pelo telefone e e-mail, visto que a aplicação de questionários por redes sociais pode ter um alcance para além do local indicado.
 - 5 - Substituir o espaço de assinaturas do TCLE utilizado para aplicação do questionário para o formato "li e concordo", em razão das dificuldades em obter TCLE assinado para essa técnica. Nesse caso, recomendar ao participante que guarde uma cópia do TCLE.
 - 6 - Informar no TCLE para as entrevistas que os participantes foram escolhidos a partir das respostas (indicar os critérios) decorrentes da participação no questionário.
- (*) Anexar Carta Resposta, datada e assinada pelo pesquisador responsável, relativa às pendências listadas. Solicita-se que as respostas sejam enviadas de forma ordenada, atendendo a cada uma das pendências listadas conforme os itens das Conclusões desse parecer, indicando-se também a localização das possíveis alterações no protocolo. Sinalizar as alterações realizadas, quando for o caso.

Considerações Finais a critério do CEP:

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Endereço: Av. Dom José Gaspar, 500 - Prédio 03, sala 228
Bairro: Coração Eucarístico **CEP:** 30.535-901
UF: MG **Município:** BELO HORIZONTE
Telefone: (31)3319-4517 **Fax:** (31)3319-4517 **E-mail:** cep.propgg@pucminas.br

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE
CATÓLICA DE MINAS GERAIS -
PUCMG**



Continuação do Parecer: 4.306.184

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1591614.pdf	22/07/2020 20:31:08		Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Projeto.pdf	22/07/2020 20:30:52	DIEGO ALVES FERNANDES	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLEB.pdf	22/07/2020 20:12:30	DIEGO ALVES FERNANDES	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLEA.pdf	22/07/2020 20:12:14	DIEGO ALVES FERNANDES	Aceito
Folha de Rosto	folhaderosto.pdf	16/07/2020 08:37:24	DIEGO ALVES FERNANDES	Aceito

Situação do Parecer:

Pendente

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

BELO HORIZONTE, 29 de Setembro de 2020

**Assinado por:
CRISTIANA LEITE CARVALHO
(Coordenador(a))**

Endereço: Av. Dom José Gaspar, 500 - Prédio 03, sala 228

Bairro: Coração Eucarístico

CEP: 30.535-901

UF: MG

Município: BELO HORIZONTE

Telefone: (31)3319-4517

Fax: (31)3319-4517

E-mail: cep.proppg@pucminas.br

APÊNDICE F: SEGUNDO PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE
CATÓLICA DE MINAS GERAIS -
PUCMG

**PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP****DADOS DO PROJETO DE PESQUISA**

Título da Pesquisa: Processos de subjetivação e escolha política durante a formação universitária

Pesquisador: DIEGO ALVES FERNANDES

Área Temática:

Versão: 2

CAAE: 35471120.6.0000.5137

Instituição Proponente: Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais - PUC-MG

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 4.380.059

Apresentação do Projeto:

O projeto de pesquisa apresentado parte da seguinte pergunta: Qual a relação entre a escolha política dos estudantes com sua formação universitária? O objetivo é compreender os fatores presentes nos modos de subjetivação e que são determinantes na escolha política de estudantes no percurso de sua formação universitária. Trata-se de uma pesquisa qualitativa ancorada teoricamente nas áreas de psicologia social, ciências políticas e da psicologia política. As técnicas a serem utilizadas são: análise documental, questionário virtual e entrevistas. O questionário será composto de perguntas fechadas e será encaminhado pelas plataformas digitais - Facebook, Instagram, Whatsapp para os alunos universitários, matriculados nos cursos de graduação das universidades. Em seu conteúdo será feito uma consulta ao universitário sobre a possibilidade de ceder uma entrevista posteriormente, a ser agendada por e-mail, que poderá ser virtual ou presencial, de acordo com a vigência da recomendação da OMS sobre o isolamento social. Serão disponibilizados o Termo de Consentimento Livre Esclarecido (TCLE) para assinatura e devolução do mesmo ao pesquisador. O autor propõe realizar 20 entrevistas com as pessoas que responderam positivamente sobre a possibilidade de conceder uma entrevista. Para a leitura analítica será utilizado a análise de conteúdo.

Objetivo da Pesquisa:

Objetivo Primário:

- Compreender que fatores estão presentes nos modos de subjetivação e que são determinantes

Endereço: Av. Dom José Gaspar, 500 - Prédio 03, sala 228

Bairro: Coração Eucarístico

CEP: 30.535-901

UF: MG

Município: BELO HORIZONTE

Telefone: (31)3319-4517

Fax: (31)3319-4517

E-mail: cep.proppg@pucminas.br

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE
CATÓLICA DE MINAS GERAIS -
PUCMG



Continuação do Parecer: 4.380.059

na escolha política de estudantes no percurso de sua formação universitária.

Objetivos Secundários:

- Descrever o cenário de polarização política no contexto brasileiro;
- Apontar quais componentes da formação universitária se articulam com a escolha política dos estudantes;
- Identificar quais fatores são determinantes na escolha política dos estudantes.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Riscos: os riscos com essa pesquisa são mínimos, como, podendo causar desconfortos emocionais e psicológicos.

Benefícios: Supomos a ocorrência de modos de subjetivação singulares durante a formação universitária dos sujeitos, por ser esse um período histórico e importante para eles. Impactando-os direta e indiretamente em diversas áreas, dentre as quais, nas relações familiares, no âmbito político, econômico e social, acentuando-se, assim, seu grau de relevância não só para a esfera acadêmica como também para no campo social e político.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

O projeto é exequível e não apresenta impedimentos éticos para sua realização.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Os termos de apresentação obrigatória foram anexados. O TCLE relativo à aplicação do questionário está incompleto; o TCLE relativo à entrevista não informa que o participante foi selecionado a partir das repostas do questionário (não fica claro, tendo sido informados outros critérios).

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Pendências:

- 1 - O TCLE que será aplicado junto ao questionário nas redes sociais está incompleto (utilizar como parâmetro o modelo disponível no Portal da PUC Minas). Recomendamos que o texto seja mais objetivo e direto, em linguagem acessível, porém, contendo todas as informações exigidas pela Resolução 466/12.
- 2 - Acrescentar ao final do TCLE da entrevista as opções () autorizo gravação () não autorizo gravação. O TCLE não informa que o participante foi selecionado entre aqueles que responderam o questionário enviado pelas redes sociais. Também recomenda-se simplificar as informações sobre

Endereço: Av. Dom José Gaspar, 500 - Prédio 03, sala 228

Bairro: Coração Eucarístico

CEP: 30.535-901

UF: MG

Município: BELO HORIZONTE

Telefone: (31)3319-4517

Fax: (31)3319-4517

E-mail: cep.propgg@pucminas.br

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE
CATÓLICA DE MINAS GERAIS -
PUCMG**



Continuação do Parecer: 4.380.059

critérios de seleção, tornando-as mais diretas e objetivas. Recomenda-se, por exemplo, retirar o critério de exclusão (deixando apenas o critério de inclusão).

(*) Anexar Carta Resposta, datada e assinada pelo pesquisador responsável, relativa às pendências listadas. Solicita-se que as respostas sejam enviadas de forma ordenada, atendendo a cada uma das pendências listadas conforme os itens das Conclusões desse parecer, indicando-se também a localização das possíveis alterações no protocolo. Sinalizar as alterações realizadas, quando for o caso.

Considerações Finais a critério do CEP:

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1591614.pdf	08/10/2020 12:35:38		Aceito
Outros	Cartarespostaapedencias.pdf	08/10/2020 12:35:09	DIEGO ALVES FERNANDES	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	ProjetoProcessosdesubjetivacaoeescolhapoliticanaformaouniversitaria.pdf	08/10/2020 12:29:18	DIEGO ALVES FERNANDES	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_DO_QUESTIONARIO.pdf	08/10/2020 12:23:34	DIEGO ALVES FERNANDES	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_DA_ENTREVISTA.pdf	08/10/2020 12:23:12	DIEGO ALVES FERNANDES	Aceito
Folha de Rosto	folhaderosto.pdf	16/07/2020 08:37:24	DIEGO ALVES FERNANDES	Aceito

Situação do Parecer:

Pendente

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

Endereço: Av. Dom José Gaspar, 500 - Prédio 03, sala 228

Bairro: Coração Eucarístico

CEP: 30.535-901

UF: MG

Município: BELO HORIZONTE

Telefone: (31)3319-4517

Fax: (31)3319-4517

E-mail: cep.propogg@pucminas.br

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE
CATÓLICA DE MINAS GERAIS -
PUCMG



Continuação do Parecer: 4.380.059

BELO HORIZONTE, 04 de Novembro de 2020

Assinado por:
CRISTIANA LEITE CARVALHO
(Coordenador(a))

Endereço: Av. Dom José Gaspar, 500 - Prédio 03, sala 228

Bairro: Coração Eucarístico

CEP: 30.535-901

UF: MG

Município: BELO HORIZONTE

Telefone: (31)3319-4517

Fax: (31)3319-4517

E-mail: cep.proppg@pucminas.br

APÊNDICE G: PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE
CATÓLICA DE MINAS GERAIS -
PUCMG

**PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP****DADOS DO PROJETO DE PESQUISA**

Título da Pesquisa: Processos de subjetivação e escolha política durante a formação universitária

Pesquisador: DIEGO ALVES FERNANDES

Área Temática:

Versão: 3

CAAE: 35471120.6.0000.5137

Instituição Proponente: Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais - PUC-MG

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 4.408.200

Apresentação do Projeto:

O projeto de pesquisa apresentado parte da seguinte pergunta: Qual a relação entre a escolha política dos estudantes com sua formação universitária? O objetivo é compreender os fatores presentes nos modos de subjetivação e que são determinantes na escolha política de estudantes no percurso de sua formação universitária. Trata-se de uma pesquisa qualitativa ancorada teoricamente nas áreas de psicologia social, ciências políticas e da psicologia política. As técnicas a serem utilizadas são: análise documental, questionário virtual e entrevistas. O questionário será composto de perguntas fechadas e será encaminhado pelas plataformas digitais - Facebook, Instagram, Whatsapp para os alunos universitários, matriculados nos cursos de graduação das universidades. Em seu conteúdo será feito uma consulta ao universitário sobre a possibilidade de ceder uma entrevista posteriormente, a ser agendada por e-mail, que poderá ser virtual ou presencial, de acordo com a vigência da recomendação da OMS sobre o isolamento social. Serão disponibilizados o Termo de Consentimento Livre Esclarecido (TCLE) para assinatura e devolução do mesmo ao pesquisador. O autor propõe realizar 20 entrevistas com as pessoas que responderam positivamente sobre a possibilidade de conceder uma entrevista. Para a leitura analítica será utilizado a análise de conteúdo.

Objetivo da Pesquisa:

Objetivo Primário:

- Compreender que fatores estão presentes nos modos de subjetivação e que são determinantes

Endereço: Av. Dom José Gaspar, 500 - Prédio 03, sala 228

Bairro: Coração Eucarístico

CEP: 30.535-901

UF: MG

Município: BELO HORIZONTE

Telefone: (31)3319-4517

Fax: (31)3319-4517

E-mail: cep.proppg@pucminas.br

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS - PUCMG



Continuação do Parecer: 4.408.200

na escolha política de estudantes no percurso de sua formação universitária.

Objetivos Secundários:

- Descrever o cenário de polarização política no contexto brasileiro;
- Apontar quais componentes da formação universitária se articulam com a escolha política dos estudantes;
- Identificar quais fatores são determinantes na escolha política dos estudantes.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Riscos: os riscos com essa pesquisa são mínimos, como, podendo causar desconfortos emocionais e psicológicos.

Benefícios: Supomos a ocorrência de modos de subjetivação singulares durante a formação universitária dos sujeitos, por ser esse um período histórico e importante para eles. Impactando-os direta e indiretamente em diversas áreas, dentre as quais, nas relações familiares, no âmbito político, econômico e social, acentuando-se, assim, seu grau de relevância não só para a esfera acadêmica como também para no campo social e político.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

O projeto é exequível e não apresenta impedimentos éticos para sua realização.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Os termos de apresentação obrigatória foram anexados e estão de acordo com as normas vigentes.

Recomendações:

A seguinte frase no TCLE da Entrevista está repetida: "Sua participação é importante e voluntária. Você não terá nenhum gasto e também não receberá nenhum pagamento por participar desse estudo. Portanto, tanto o seu deslocamento como quaisquer outros gastos serão de responsabilidade do pesquisador".

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Sem pendências. Observar o item "Recomendações".

Considerações Finais a critério do CEP:

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Endereço: Av. Dom José Gaspar, 500 - Prédio 03, sala 228
Bairro: Coração Eucarístico **CEP:** 30.535-901
UF: MG **Município:** BELO HORIZONTE
Telefone: (31)3319-4517 **Fax:** (31)3319-4517 **E-mail:** cep.propgg@pucminas.br

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE
CATÓLICA DE MINAS GERAIS -
PUCMG**



Continuação do Parecer: 4.408.200

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1591614.pdf	05/11/2020 18:50:35		Aceito
Outros	Cartarespostaapedencias.pdf	05/11/2020 18:49:57	DIEGO ALVES FERNANDES	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Projeto processos de subje tivacao e escolha politica na formacao universitaria.pdf	05/11/2020 18:47:43	DIEGO ALVES FERNANDES	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE ENTREVISTA APENDICE B.pdf	05/11/2020 18:47:24	DIEGO ALVES FERNANDES	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE QUESTIONARIO APENDICE A.pdf	05/11/2020 18:47:06	DIEGO ALVES FERNANDES	Aceito
Folha de Rosto	folhaderosto.pdf	16/07/2020 08:37:24	DIEGO ALVES FERNANDES	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

BELO HORIZONTE, 19 de Novembro de 2020

**Assinado por:
CRISTIANA LEITE CARVALHO
(Coordenador(a))**

Endereço: Av. Dom José Gaspar, 500 - Prédio 03, sala 228

Bairro: Coração Eucarístico

CEP: 30.535-901

UF: MG

Município: BELO HORIZONTE

Telefone: (31)3319-4517

Fax: (31)3319-4517

E-mail: cep.propgg@pucminas.br